



**Universidade de Aveiro** Departamento de Línguas e Culturas  
2015

**HELENA PATRÍCIA  
DA SILVA SOUSA**

**DESAFIOS DA TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE  
AUDIÊNCIAS JURÍDICAS**





**HELENA PATRÍCIA  
DA SILVA SOUSA**

**DESAFIOS DA TRANSCRIÇÃO E TRADUÇÃO DE  
AUDIÊNCIAS JURÍDICAS**

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, realizado sob a orientação científica da Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Eugénia Pereira, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro, e coorientação científica da Professora Cláudia Maria Pinto Ferreira, Leitora do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.



## **o júri**

presidente

**Professora Doutora Maria Teresa Murcho Alegre**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (presidente)

**Professora Doutora Márcia Liliana Seabra Neves**  
Professora Adjunta Convidada da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Águeda -  
Universidade de Aveiro (arguente)

**Professora Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira**  
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)



## **agradecimentos**

Aos meus pais e restante família,

À minha irmã, por me dar motivos para continuar,

Às minhas orientadora e coorientadora, pelo tempo, dedicação e paciência dispendidos,

Ao Doutor Celso Cruzeiro e ao seu gabinete, pela prestabilidade em ceder o material para este projeto,

Aos meus amigos que me apoiaram sempre,

Às minhas colegas de curso, que sabem quem são, pela força e amizade demonstrada,

À pessoa especial, simplesmente por tudo.





**palavras-chave**

tradução, tradução jurídica, transcrição, transcrição jurídica, reconhecimento de voz, audiências

**resumo**

A transcrição é uma atividade geralmente subestimada, que surge muitas vezes aliada, numa fase posterior, à tradução. O presente projeto apresenta a transcrição e a tradução como duas tarefas que se complementam, quando aplicadas à área jurídica. Por outro lado, aborda os tipos de transcrição, bem como o recurso aos *softwares* de reconhecimento de voz para efetuar esta tarefa. Nele se reflete, ainda, sobre os desafios da tradução jurídica e, mais concretamente, sobre as dificuldades encontradas por quem traduz um texto cujo ponto de partida é a transcrição.



**keywords**

translation, legal translation, transcription, legal transcription, voice recognition, hearings

**abstract**

Transcription is an activity extremely underrated and often is, at a later stage, combined with translation. This project presents both transcription and translation as two complementary tasks, within a legal scope. Besides that, it also presents the types of transcription, as well as the use of voice recognition softwares to transcribe. Moreover, this project establishes the challenges of the legal translation and more specifically, the obstacles for those who translate a text that was a previous transcription.



## Índice

1	Introdução.....	1
2	A Transcrição.....	3
2.1	Tipos de Transcrição .....	4
2.1.1	Termos de comparação entre os diferentes tipos de transcrição.....	8
2.1.2	Regras da transcrição verbatim .....	9
2.2	Transcrição Jurídica .....	10
2.3	Voice Recognition Software – VRS, uma mais-valia?.....	12
3	A Tradução Jurídica .....	15
3.1	Tradução, recursos e ferramentas .....	15
3.2	Linguagem jurídica .....	18
3.3	Os maiores entraves da Tradução Jurídica .....	20
3.3.1	Ausência de Tradutores Juramentados .....	20
3.3.2	Confidencialidade.....	21
3.3.3	Responsabilidade civil.....	23
3.3.4	Diferenças entre sistemas legais .....	24
4	Metodologia .....	27
4.1	Procura de material áudio .....	28
4.2	Transcrição convencional.....	29
4.3	Transcrição com recurso a ferramenta VRS .....	30
4.4	Tradução com MemoQ.....	31
4.5	CD anexado ao projeto.....	32
5	Reflexões críticas .....	33
5.1	Reflexão crítica sobre a Transcrição .....	33
5.2	Reflexão crítica sobre a Tradução.....	37
6	Considerações finais .....	45
7	Referências Bibliográficas .....	49
	Apêndice I – Transcrições .....	57
	Audiência nº 1 .....	59

Audiência nº 2 .....	69
Audiência nº 3 .....	73
Audiência nº 4 .....	79
Apêndice II - Traduções .....	91
Audience nº 1 .....	93
Audience nº 2 .....	103
Audience nº 3 .....	103
Audience nº 4 .....	110
Apêndice III – Base de dados .....	Presente na versão digital em CD
Apêndice IV – Memória de Tradução .....	Presente na versão digital em CD

### **Índice de Tabelas**

1. Exemplos ilustrativos dos tipos de transcrição .....	7
2. Características principais dos tipos de transcrição .....	8
3. Resumo das vantagens e desvantagens dos tipos de transcrição .....	36

### **Índice de Imagens**

1. Transcrição convencional com o Transcriber .....	30
2. <i>Software Dragon Dictation</i> .....	31

## 1 Introdução

Após ter concluído a licenciatura em Tradução, em 2013, na Universidade de Aveiro, e tendo em conta que a área legal sempre me despertou imenso interesse, enveredei pelo Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas, no mesmo estabelecimento de ensino. Este projeto surge, como tal, no âmbito da conclusão do 2º ciclo de estudos.

Para mim, a atividade da tradução representa muito mais do que uma mera transposição de palavras de uma língua para a outra. Efetivamente, é possível associar a tradução a inúmeras outras atividades, que me suscitam bastante curiosidade, como é o caso da edição e da transcrição, pois é interessante ver de que forma cada uma delas afeta a tradução. Foi então com base neste pensamento que optei por elaborar um projeto menos convencional, que abordaria a transcrição e a tradução, sem nunca descurar o carácter jurídico. Este projeto vem igualmente colmatar algumas lacunas que existem no nosso país, sobretudo no que diz respeito à informação disponível sobre transcrição jurídica e *softwares* de reconhecimento de voz (VRS, em inglês). Neste sentido, exponho, informações relevantes, difíceis de encontrar na nossa língua e no contexto nacional.

Mais recentemente, e tal como foi referido anteriormente, um novo tipo de *software* está a tentar penetrar no mercado – não apenas da tradução, mas também da comunicação –, o VRS (Voice Recognition Software), que promete revolucionar o mundo da tradução.

É com base nesta ideia que decidi optar pela associação entre a tradução e a tecnologia, para realizar o meu projeto de Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas. Sendo eu uma amante incurável do mundo da tecnologia, que está em constante evolução, e tendo em conta que, no Plano Curricular do Mestrado supracitado tive a ocasião de frequentar duas unidades curriculares intituladas “Ferramentas Tecnológicas de Apoio À Tradução” e “Tradução Audiovisual”, decidi recorrer a suportes digitais para poder apresentar uma atividade de transcrição jurídica e a posterior tradução desta.

Na realização deste projeto, e após a pesquisa efetuada para elaborar o enquadramento teórico (no qual exponho os traços gerais e entraves da tradução

jurídica, as características e tipos da transcrição geral e jurídica, bem como informações sobre VRS), centrei a parte prática, numa primeira fase, na transcrição de audiências, tanto de forma convencional, como com recurso a VRS. Apenas desta forma foi possível comparar e estabelecer as vantagens e desvantagens de cada uma das formas de transcrição. De seguida, procedi à tradução das audiências, utilizando o MemoQ, e criei igualmente uma base de dados e uma memória de tradução, que disponibilizo no CD em anexo, para quem pretender recorrer às mesmas. Para a tradução, e para além de fontes externas às quais recorri para tentar encontrar os equivalentes de palavras terminologicamente mais específicas, utilizei essencialmente dicionários de português, francês e bilingue (tal como a *Infopédia*, o *Priberam* e o *Larousse*). Após cada uma das tarefas, elaborei análises, nas quais expus as principais e mais relevantes dificuldades com as quais fui confrontada. Assim, delineei e patenteei os maiores problemas que um transcritor e um tradutor jurídico têm de superar, embora tudo isso seja muito geral, pois todos sabemos que as dificuldades variam de texto para texto e de pessoa para pessoa.

Neste projeto, para além de procurar alcançar objetivos, tais como a melhoria das capacidades tradutivas, o alargamento do conhecimento do léxico jurídico e a obtenção de um produto final de qualidade, esforcei-me também para apresentar informação pouco disponível (ou até mesmo indisponível) em Português de Portugal, tal como já foi referido, apoiando-me, para o efeito, na minha própria prática de tradução. Neste sentido, considero que os objetivos e as metas estabelecidas foram totalmente cumpridos, e até mesmo superados, tendo as fontes referenciadas contribuído imenso para o sucesso da elaboração deste projeto.



## 2 A Transcrição

A informação disponível sobre transcrição, enquanto método de registo de dados, é escassa, tal como nos dizem Halcomb & Davidson (2006): “There is limited literature regarding the process of transcription of interview audiorecordings [...] despite a growth in the use of interviews as a method of data collection” (p. 42).

A transcrição, tarefa muitas vezes relegada para segundo plano, ou mesmo desvalorizada, não é mais do que o ato de passar para o discurso escrito um discurso proferido oralmente. Esta atividade é “obrigatória sempre que [...] há o registo de dados por meio de gravação áudio ou vídeo” (Costa, 2001, p. 12).

Costa (2001) explica-nos sucinta, mas objetivamente e de forma completa, o objetivo da transcrição: ela “(...) visa preparar e uniformizar os dados a fim de permitir e facilitar o manuseamento da informação a submeter a análise sistemática e interpretação posteriores” (p. 5). Por outras palavras, o facto de se possuir os dados registados em discurso escrito permite proceder a uma análise mais pormenorizada e detalhada do material oral. Apesar de ser necessário recorrer ao material escrito para obter a informação do suporte oral, este método permite que se tomem notas, que se avance e se recue nas páginas escritas, evitando, assim, a quem analisa o conteúdo do discurso oral, que coloque o áudio/vídeo para trás ou para a frente vezes sem conta.

Costa, R.P (2001, p. 5) cita Uwe Flick (1995), investigador na área da sociologia e psicologia, e acrescenta ainda que:

Ainda que as gravações devam ser conservadas, e mesmo que o investigador volte a ouvi-las por alguma razão especial, uma vez obtido o registo textual, a análise far-se-á principalmente com recurso à transcrição, doravante perspetivada como a informação “em bruto” da investigação empírica e “a única” (versão da) realidade disponível para o investigador. (Flick, 1995, p. 177)

Este conjunto de fatores não impede que o material recolhido valha por si só ou seja o suficiente. Em vários casos, na área jurídica, o material transcrito vem acompanhado de material complementar informativo e de registos complementares

de dados, como apontamentos relevantes ou captações de imagens (no caso do material audiovisual).

Qualquer que seja o seu tipo, como veremos de seguida, a atividade de transcrição obriga a uma transformação do discurso oral para o discurso escrito, e nunca é imediata e direta – é antes um conjunto de decisões sobre o que se está a ouvir e sobre a forma como se vai transcrever essa informação (decidindo-se, por exemplo, entre o uso ou não de uma vírgula, de um ponto final e do início de uma nova frase). É importante “dar conta de que a transcrição do discurso oral simples, sem arranjo, não torna o discurso inteligível depois de escrito” (Guerra, 2006, p. 70). Assim, o transcritor deverá sempre ter em mente que o texto escrito tem de ser inteligível, fazendo os “arranjos” necessários e encontrando um equilíbrio entre a vivacidade do discurso oral e a formalidade que se espera do discurso escrito.

Recai, assim, sobre o transcritor a decisão de transcrever ou não o que foi dito e de escolher a forma como vai reproduzir essa informação, tendo sempre em mente que nenhum dado crucial pode ser descartado na transcrição. Não há, contudo, que esquecer que a transcrição deve “facilitar o acesso ao conteúdo, em primeiro lugar, mais do que à forma do discurso” (Costa, 2001, p. 6).

## 2.1 Tipos de Transcrição

Tendo em conta que o material de que dispomos em Português Europeu, sobre esta matéria, é bastante limitado, procurei investigar essencialmente em documentos ingleses.

No decorrer do meu estágio extracurricular, realizado numa conceituada empresa de tradução espanhola, descobri, por intermédio da informação disponível no *site* da mesma, que a transcrição pode ser feita de várias formas, de vários tipos. Cabe, então, ao transcritor fazer jus da sua experiência e optar pelo tipo de transcrição que é mais adequado à situação.

A transcrição verbatim é a mais utilizada nas áreas que requerem maior pormenorização, tal como a ciência ou a investigação. Segundo Halcomb & Davidson (2006), este tipo de transcrição foi descrito por Poland (1995) como “the word-for-word reproduction of verbal data, where the written words are an exact

replication of the Verbatim Transcription Services recorded (video or audio) words” (p. 38). Por outras palavras, dá-se o nome de transcrição verbatim às transcrições que permanecem completamente fiéis ao discurso oral, incluindo “all interjections, signs of emotions (coughs, sighs, chuckles, etc.), false starts and shifts in thought processes” (“Types of transcription”) (p. 38). Desta forma, a fidelidade diz sobretudo respeito ao conteúdo da frase e, mais concretamente, aos significados e percepções do discurso oral. O facto de a transcrição ser feita de forma tão precisa permite que seja reproduzida qualquer marca de oralidade suscetível de ser revelante para o discurso (tal como o tom do discurso ou um *false start* da frase).

Durante a transcrição verbatim, maioritariamente utilizada quando se recorre ao método de transcrição dito convencional, quatro aspetos essenciais devem ser preservados: devem capturar-se todas as palavras, sem se fazer o chamado *paraphrasing* (reescrever a informação, alterando a sintaxe da frase, ou substituindo palavras por sinónimos contextualmente adequados); não se deve deixar de parte a linguagem não-verbal (tal como os risos ou quando duas pessoas falam em simultâneo); deve registar-se os *fillers* (todo o tipo de expressões que o orador utiliza para obter mais tempo para pensar, como, por exemplo, “hum”, “sabe” ou até o “não é?” retórico) e os *false starts* (ou falsos inícios, em português, que ocorrem quando o orador inicia uma frase sem a concluir, ou interrompendo-a de forma a explicar ou a dizer o mesmo de outra forma); e, por fim, devem-se mencionar os sons exteriores (tal como portas a abrir ou a fechar, algo a cair, etc.).

O objetivo da transcrição verbatim é, assim, de reter a essência dos “quê” e “porquê” do discurso, mas nem todas as transcrições verbatim requerem o mesmo nível de fidelidade ao discurso oral. Como tal, é essencial que este grau seja discutido e definido antes da execução da tarefa, para que a transcrição possua a qualidade e os detalhes necessários.

A transcrição verbatim inteligente corresponde ao segundo tipo e pode ser descrita da seguinte forma:

Transcription that aims to capture what was said, rather than exactly how it was said is called Intelligent Verbatim Transcription. When transcribing a speech or interview the main priority is usually to capture what was spoken about and not every “um” and

“you know” used. The ‘filler’ words that people commonly use while they are thinking are left out. (“What is Intelligent Verbatim Transcription”, 2011)

O verbatim inteligente é, na verdade, o meio-termo entre o verbatim e a transcrição editada: não existe uma reestruturação da frase (procura-se manter a estrutura o mais próximo possível do original), tal como ocorre na transcrição editada, nem existe a manutenção de todos os elementos do discurso oral, como acontece no verbatim. Ainda assim, existe uma preocupação com a sintaxe, com a correção linguística, pelo que grande parte das marcas do discurso oral é eliminada. Em certos casos, também as abreviações (muito comuns no Inglês) são reproduzidas por extenso, como é o caso de “you ain’t”, que passa a ser “you are not”, ou “I’m”, que é “I am”.

A transcrição editada, o terceiro tipo de transcrição, dá mais liberdade ao transcritor, uma vez que nela existe a omissão de partes do que foi ouvido no áudio ou no vídeo, embora haja a preocupação de não se perder a informação, o significado na transposição do discurso oral para o texto escrito.

Este tipo de transcrição também leva algum tempo, pois é sabido que com a liberdade vem a responsabilidade e, por isso, cabe ao transcritor distinguir o que é importante do que é dispensável. O transcritor deve entender o significado daquilo que ouve, mas também conhecer o objetivo do texto que está a transcrever, de forma a eliminar o supérfluo e a organizar o essencial (limpando a confusão gerada por uma transcrição verbatim, mantendo sempre a integridade do vídeo ou áudio). Na verdade, pode-se considerar que este tipo de transcrição é muito semelhante à atividade de *paraphrasing* anteriormente referida (apenas não subsista nela a preocupação de encontrar sinónimos), já que existe a alteração da sintaxe da frase, em prol de um discurso escrito fluido e correto. Este tipo de transcrição é geralmente usado em discursos, conferências ou outro tipo de atividades formais, sobretudo pelo próprio orador, pois com transcrição editada, o texto fica mais formal e claro, não descurando a precisão e o conteúdo.

Entre os três, o verbatim inteligente é o mais comum, pois reúne as duas condições que se espera de uma transcrição: toda a informação é preservada e, ao mesmo tempo, todas as marcas de oralidade que não são relevantes são eliminadas.

Detenhamo-nos, então, sobre alguns exemplos dos tipos de transcrição, com base num extrato da parte prática deste projeto:

<p><b>Verbatim</b></p>	<p><b>Testemunha:</b> 'Tou a dizer que ele... ele não tenha tido tempo, provavelmente não, não terá tido tempo para se desviar, naturalmente.</p> <p><b>Advogado:</b> Sim, não teve tempo, pois não se desviou. Agora, o Sr. Dr. conseguiu desviar-se. Portanto, ele não. O problema que eu pergunto é: a que velocidade é que iria o veículo que ia à frente do Sr. Dr., para não se conseguir desviar?</p> <p><b>Testemunha:</b> Ó Sr. Dr.! É difícil dizer, mas... eu iria possivelmente a circular à volta do 50/60 km/h, não iria mais. Sim... E presumo... e presumo que talvez fosse qualquer coisa mais, talvez 70. Eu presumo que ele não teria ido muito mais velocidade que eu... eu..., apesar de tudo, consegui... consegui alcançá-lo. Portanto, eu vinha a alguma distância da tal carrinha... Sim. E depois consegui alcançar. Portanto, isto é quase uma estimativa...</p>
<p><b>Verbatim inteligente</b></p>	<p><b>Testemunha:</b> Estou a dizer que ele não terá tido tempo, provavelmente, não terá tido tempo para se desviar, naturalmente.</p> <p><b>Advogado:</b> Sim, não teve tempo, pois não se desviou. O Senhor Doutor conseguiu desviar-se, ele não. O que eu pergunto é: a que velocidade é que iria o veículo que ia à frente do Senhor Doutor, para não se conseguir desviar?</p> <p><b>Testemunha:</b> Ó Senhor Doutor, é difícil dizer, mas eu iria possivelmente a circular à volta do 50/60 km/h, não iria a mais. Presumo que talvez fosse qualquer coisa mais, talvez 70. Eu presumo que ele não teria ido a muito mais velocidade do que eu, porque eu, apesar de tudo, consegui alcançá-lo. Portanto, eu vinha a alguma distância da tal carrinha, e depois consegui alcançar. Portanto, isto é quase uma estimativa...</p>
<p><b>Transcrição Editada</b></p>	<p><b>Testemunha:</b> Estou a dizer que ele, provavelmente, não terá tido tempo para se desviar, naturalmente.</p> <p><b>Advogado:</b> Sim, não teve tempo, pois não se desviou. O Senhor Doutor conseguiu desviar-se, mas ele não. A que velocidade é que iria o veículo que ia à sua frente, para não se conseguir desviar?</p> <p><b>Testemunha:</b> É difícil dizer, mas eu iria possivelmente a circular à volta do 50/60 km/h, não mais. Presumo que talvez fosse qualquer coisa mais, talvez 70 km/h. Ele não iria muito mais rápido do que eu, porque, apesar de tudo, consegui alcançá-lo. Eu vinha a alguma distância da tal carrinha e, depois, consegui alcançá-lo. Isto é quase uma estimativa.</p>

Do mais fiel ao texto oral ao mais livre

Tabela 1 – Exemplos ilustrativos dos tipos de transcrição

## 2.1.1 Termos de comparação entre os diferentes tipos de transcrição

<b>Verbatim</b>	<b>Verbatim inteligente</b>	<b>Transcrição editada</b>
<b>Inclui:</b>	<b>Exclui:</b>	<b>Exclui:</b>
Todas as marcas de oralidade	Algumas marcas de oralidade, mas inclui outras, tais como os vocativos (“Ó Senhor Doutor!”)	Todas as marcas de oralidade
Todas as expressões que servem para “ganhar tempo” (tal como “sabe”, “não é?”, “bem”, entre outras)	Todas as expressões que servem para “ganhar tempo” (tal como “sabe”, “não é?”, “bem”, entre outras)	Todas as expressões que servem para “ganhar tempo”
Todas as repetições	Todas as repetições, a menos que seja para dar ênfase	Todas as repetições
Todas as palavras balbuciadas e gaguejadas (com um máximo de 3 repetições)	Todas as palavras balbuciadas e gaguejadas	Todas as palavras balbuciadas e gaguejadas
Todo o tipo de linguagem não-padrão (tal como as abreviações “tas” e “teve”, do verbo “estar”)	Os sons de tossir, aclarar de garganta, detalhes de interrupções	Todo o tipo de linguagem não-padrão
Ruídos de tossir, aclarar de garganta, os detalhes de interrupções (tal como alguém a entrar ou a sair da sala), apenas quando exigido pelo requerente da transcrição	<b>Inclui</b>	A transcrição editada <b>reestrutura as frases em prol da fluência de leitura e da gramática.</b>
	Todo o tipo de linguagem não-padrão	

Tabela 2 – Características principais dos tipos de transcrição, traduzido de Penguin Transcription (2015)

### 2.1.2 Regras da transcrição verbatim

Tal como todas as atividades ligadas à tradução, também a transcrição possui normas gerais, que devem ser seguidas. Estas normas aplicam-se essencialmente ao tipo de transcrição verbatim, porque só nele é que não existe “melhoramento” do discurso e que todas as marcas da oralidade (sobre as quais as normas mais incidem) são transcritas. Pelo facto de a transcrição constituir um dos alicerces principais deste trabalho, abordarei as normas da transcrição.

Embora existam regras, Da Costa (1977) diz-nos que “em Portugal, nota-se talvez mais do que na maior parte dos outros países europeus, uma grande divergência nos critérios usados na transcrição (...) e isto tanto da parte de particulares como até das instituições científicas” (p. 5). Apesar de esta citação datar de 1977, ela permanece perfeitamente atual.

Qualquer transcritor concorda com as duas regras que surgem na base da transcrição, e que são elas: nunca se deve incluir algo que não esteja presente no discurso oral e deve-se incluir tudo o que nele esteja presente French (1991). Assim, se, por um lado, o transcritor não deve, nem pode resolver partes do discurso oral que lhe sejam mais incompreensíveis, por outro, também não pode eliminar qualquer elemento, por muito que este cause confusão ou incompreensão.

Tal como afirmam Ramilo e Freitas, em *Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspectivas* (2002), surgem problemas que, apesar de parecerem pouco importantes, são relevantes, sobretudo pelo facto de poderem interferir com o trabalho de análise a ser efetuado após a transcrição. Tendo em conta que todas as decisões tomadas, relativamente ao método de transcrever, têm consequências no produto final, é essencial que sejam definidas regras específicas para a transcrição, antes mesmo de dar início ao trabalho, para que o produto final seja do agrado de todos os intervenientes no processo, e essencialmente do cliente.

Após ter pesquisado as várias normas existentes, inclusive as que são utilizadas pelas diversas universidades do país, dei conta de que bastantes se encontram publicadas na *Internet* e que todas elas possuem algumas semelhanças, mas também bastantes discrepâncias.

Contudo, se tivesse que eleger apenas um documento para me orientar durante uma transcrição verbatim, escolheria aquele que me pareceu mais completo: as normas de transcrição do Centro Linguístico da Universidade de Lisboa (CLUL), enquadradas no projeto Corpus Dialectal para o Estudo da Sintaxe (CORDIAL-SIN), e datadas de julho de 2007.

## 2.2 Transcrição Jurídica

Cao (2007) diz-nos que a “Legal language does not just cover language of law alone, but all communications in legal settings” (p. 10). Por outras palavras, o tradutor jurídico não traduz apenas texto jurídico “puro”, mas qualquer outro tipo de texto que envolva um processo judicial, como, por exemplo, declarações prestadas, começando no momento da detenção do suspeito de crime (quando tal acontece), passando pela sala de audiências e indo até ao veredicto.

Tal acontece porque aquilo que é dito é considerado testemunho, indício de crime ou prova e, por isso, quando envolve dois ou mais países, todos necessitam saber a versão dos factos do arguido, da vítima e das testemunhas, quando estes existem. Logicamente, e como é sabido, processos judiciais envolvem longas análises, facilitadas quando se possui o material em papel. É aqui que surge a transcrição jurídica, que muitas vezes antecede a tradução, pois estas duas encontram-se intimamente ligadas. A transcrição é necessária, já que o material oral não pode ser traduzido sem antes ser transcrito:

These transcriptionists generally listen to testimonies, interrogations, court hearings, and pleadings, after which they compose what they heard into an easily understood document that will turn into record. (Cao, 2007, p. 10)

Desta forma, é possível obter-se uma qualidade superior de registos, organizados de forma a facilitar o acesso, a leitura e a análise das informações contidas na transcrição. Isto é uma enorme vantagem, nomeadamente para advogados que trabalham em vários casos ao mesmo tempo (e quando procuram ganhar o caso, com base em todos os argumentos e lacunas presentes nos



discursos orais), ou até para organizações governamentais onde existam várias pessoas a trabalhar num mesmo caso em simultâneo.

Tal como foi referido anteriormente, espera-se, efetivamente, que o transcritor possua conhecimentos de ortografia, gramática, sintaxe e fluência no discurso escrito. Deve, obviamente, também dominar a língua oral, caso contrário não consegue entender o enunciado oral a transcrever. É, pois, importante que ele esteja ciente das várias regras e particularidades que existem, e diferem, de língua para língua (como as aspas, os substantivos com a primeira letra em maiúscula, o género, etc.).

Depois, é essencial que ele domine a linguagem jurídica, para que o produto final seja de qualidade. Temos que ter em mente que é graças aos transcritores, e à atividade da transcrição, que se possui, atualmente, registos legais precisos e úteis, já que, no passado, estes eram feitos por advogados e profissionais jurídicos, sempre preocupados em garantir a exatidão da transcrição.

Embora não exista nenhum curso onde o transcritor se possa formar, são estes os requisitos das empresas que procuram este tipo de profissionais. Por ser uma tarefa essencialmente linguística e, tal como foi referido anteriormente, extremamente ligada à da tradução, é muito comum que ambas, transcrição e tradução, sejam realizadas pela mesma pessoa, assumindo, então, também, o tradutor, o papel de transcritor.

Na transcrição jurídica, a confidencialidade é, tal como na tradução jurídica, um fator de extrema importância, sendo aplicadas à primeira as mesmas regras que à segunda (ver capítulo 3.3.2. Confidencialidade). Em alguns casos, mais extremos, é requerido, *a posteriori*, ao profissional que destrua o material que transcreveu, de forma a evitar qualquer possibilidade de fuga de informação.

Devido à sua recente valorização, e ao ganho de perceção de quão eficientes são as gravações do foro jurídico e as suas respetivas transcrições, a transcrição jurídica tem vindo a ganhar terreno na área da comunicação legal intra- e inter-países. Ainda assim, ela continua a ser subvalorizada, não sendo reconhecida oficialmente por nenhuma organização enquanto atividade necessária e frequentemente requerida, como no caso da tradução.

### 2.3 Voice Recognition Software – VRS, uma mais-valia?

Transcrever pode ser, tal como já foi referido, uma atividade muito morosa, requerendo que longas horas sejam passadas em frente a um computador. Na tentativa de colmatar este gasto de tempo, bem como de facilitar o trabalho dos transcritores, e tendo em conta a era tecnológica em que se vive, os investigadores procuraram explorar a área dos *softwares* de reconhecimento de voz, ainda tão apagada nos dias de hoje. Apesar dos avanços que se fizeram notar (pois já é possível transcrever através de *softwares* de reconhecimento de voz), muito caminho há, ainda, a percorrer.

Segundo Matheson (2007), da Colorado State University, cuja primeira experiência lhe trouxe um sabor amargo, o resultado não passou de um “useless jumble of nonsensical words” (p. 547). O maior problema referido pelos investigadores prende-se essencialmente com a dificuldade que o *software* apresenta em diferenciar as várias vozes de um texto falado, quer seja suporte digital vídeo ou áudio. Este é, portanto, um problema considerável, quando se procura aplicar a transcrição na área jurídica – a norma dita que, aquando de uma audiência, de um depoimento ou de um julgamento, se ouça, pelo menos, duas vozes, a do interrogador e a do interrogado. Em alguns casos, pode até surgir uma terceira voz, e se o reconhecimento com duas já é difícil, com três, o programa apresentaria, com certeza, um resultado muito longe do esperado.

Matheson (2007) diz-nos também que procurou “the published literature [sobre VRS] only to discover there was no one publishing about these techniques [utilizadas nos *softwares*]” (p. 547). De facto, um dos maiores entraves ao avanço na área da transcrição é, precisamente, a falta de informação sobre o assunto. Como tal, e apesar dos *softwares* de análises qualitativas se desenvolverem com uma rapidez alucinante, a tecnologia de transcrição avança muito lentamente.

Os problemas apresentados pela atividade de transcrição ditam uma progressão lenta deste tipo de tecnologia. De facto, para além de ser cansativa e morosa, e de requerer competências especializadas, a transcrição exige também paciência e alguma habilidade física, pois é necessário permanecer muito tempo a digitar num computador. Patton (2002), consultor independente, doutorado em

Sociologia, foi mais longe e publicou algumas dicas para “keep transcribers sane” (p. 382).

Com o passar do tempo, e já numa fase em que urge encontrar alternativas, de forma a tornar a transcrição numa atividade desafiante, muitos são os defensores e visionários dos *Softwares* de Reconhecimento de Voz.

David William Hardisty, professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, pertence a esse grupo. Para ele, os VRS são o futuro, não só da transcrição – monolíngue (que abarca uma só língua), como da tradução – bilingue ou plurilingue (envolvendo mais do que uma língua): no caso da transcrição monolíngue, representaria uma poupança significativa de tempo, nomeadamente quando o cliente entrega ao tradutor um texto de partida escrito manualmente, não reconhecido, portanto, pelos CAT-tools (Ferramentas de Tradução Assistida por Computador), que o tradutor pode querer utilizar; no caso da tradução bilingue/plurilingue, tendo em conta que, para os tradutores assumidamente bilingues – embora estes já sejam poucos –, a tradução de segmentos que não requeiram grande pesquisa sintática ou terminológica é simultânea, pouparia tempo, permitindo antecipar o *deadline*, e traria, assim, benefícios quer para o tradutor quer para o cliente.

Hardisty salienta, durante as várias palestras que vai dando em vários pontos do país, que este seu interesse pela área da transcrição surgiu, antes de mais, por necessidade: ao confrontar-se com a situação de uma aluna que sofria de paralisia cerebral, procurou ir mais além nas suas pesquisas. Devido ao facto da referida aluna não conseguir digitar em nenhum equipamento informático, houve necessidade de optar por um sistema que digitasse por ela. Descobriu, então, uma vantagem dos VRS, que era muito pouco tida em conta.

Mas não é também por acaso que a tradução, a que damos o nome de “convencional”, é vista como ultrapassada pelos tradutores que recorrem ao reconhecimento de voz. Os VRS trabalham de forma semelhante aos LiveDocs (do MemoQ) e às Memórias de Tradução dos CAT-tools, que tão bem conhecemos, pois são igualmente “treinados”, isto é, quanto mais utilizados forem, mais aptos e perspicazes se tornam.

A nível global, e em comparação com as outras línguas mais faladas no mundo, é significativamente mais difícil acedermos a este tipo de tecnologias em Português de Portugal. Acredito que tal se deve muito ao facto de o avanço tecnológico nem sempre ser visto com bons olhos no nosso país.

A verdade é que existe uma certa lacuna, no que concerne à nossa língua, em comparação com outros países/outras línguas, tal como o Inglês, o Francês ou o Alemão, em que as ferramentas disponíveis são imensas e, por vezes, gratuitas.

O VRS mais famoso é o Dragon Naturally Speaking, disponível para PC e MAC. É o mais eficaz, sobretudo porque permite seleccionar determinada palavra X (apenas dizendo “seleccionar palavra X”), bem como apagar, substituir e editar conteúdos, sem ter que recorrer ao teclado de um computador. A desvantagem deste *software* prende-se, essencialmente, com o preço.

Após ter assistido a uma transcrição por reconhecimento de voz, na qual foi utilizada a função “Dictation” do sistema operativo iOS (compatível com Microsoft Word e até com a CAT-tool MemoQ), concluí que os tradutores que recorrem a VRS são mais vistos como mágicos do que, propriamente, como transcritores ou tradutores. Tudo isto porque, tal como referi anteriormente, existe uma grande barreira mental em relação às tecnologias da Tradução. É sabido que a implementação das CAT-tools foi igualmente morosa, pois os tradutores temiam que a profissão perdesse credibilidade, pelo facto de recorrerem a ferramentas, mesmo que isso significasse um aumento significativo de produtividade. Quando confrontado com esta questão, Hardisty relembra que os VRS apenas transcrevem, não traduzem por si só e, como tal, as capacidades dos tradutores são postas à prova, exactamente como numa tradução dita “convencional”.

## 3 A Tradução Jurídica

### 3.1 Tradução, recursos e ferramentas

Gouadec (2007) afirma contundentemente: “Many people still think that professional translation is just a matter of ‘languages’, that anyone who translated at school can become a translator and that translating is something rather easy and straightforward” (p. XIII).

Partilho desta ideia, pois entendo que traduzir é uma arte, uma tarefa árdua, que exige muitos conhecimentos linguísticos e culturais, muita reflexão e ponderação, muita tomada de decisões, e que está sempre sujeita a muitas críticas, estando o seu autor sempre, como disse D’Alembert, filósofo francês, «à beira de um precipício». Pelo facto de tudo poder ser, simultaneamente, traduzível e intraduzível, porque a palavra tem um sentido no mundo onde ela se encontra inserida e pode ter outro no mundo para o qual está a ser transportada, a obtenção de um texto de chegada de qualidade, onde todas as palavras se encaixam na perfeição, formando um todo uno e coerente próximo do texto de partida, é difícil de alcançar. Etimologicamente, a palavra “Tradução” provém do latim *traducere*, que significa “converter, mudar”. É formada por *Trans*, significando “através”, mais *Ducere*, “conduzir, guiar”. Pode-se então concluir que traduzir não é mais do que guiar ou conduzir através das línguas.

Para Mounin (1963) a tradução é “un contact de langues”, sendo o tradutor “le lieu d’un contact entre deux (ou plusieurs) langues alternativement par le même individu” (p. 4).

Traduzir é, pois, um ato de interpenetração entre a sintaxe e a semântica, e a pragmática. É a adaptação de um texto na língua de partida para um texto na língua de chegada, devendo ambos possuir as mesmas funções comunicativas (Vilela, 1989).

Vivemos num mundo globalizado, onde a comunicação é fundamental, pelo que, os veiculadores de comunicação possuem uma grande importância. É a tradução, sob a pessoa do tradutor, que permite que sejam realizadas interações linguísticas e comunicativas, e é precisamente por este motivo que ela está presente no nosso dia-a-dia, em tudo o que nos rodeia, quer seja nos rótulos dos

produtos que acabámos de comprar, quer seja nos programas de televisão aos quais assistimos. A tradução está, pois, direta ou indiretamente, presente nas nossas vidas.

É errado acreditarmos que qualquer pessoa é capaz de traduzir, que a tradução se pode tornar um *hobby*. À semelhança das outras ciências, a tradução também possui as suas metodologias, as suas técnicas, as suas ferramentas, os seus recursos e é preciso conhecê-los, saber utilizá-los, para conseguir alcançar um texto de chegada de qualidade.

Para traduzir, não basta conhecer uma língua e recorrer a motores de pesquisa *on-line*, uma vez que inúmeros problemas de não-equivalência requerem formas específicas de atuar, técnicas e ferramentas próprias de auxílio, designadas de CAT-tools.

Tendo em consideração que existem múltiplas vertentes de tradução, é necessário adotar as medidas, optar pelos métodos e selecionar as ferramentas que se adequam ao caso. Com efeito, um tradutor literário nunca usará as mesmas fontes ou os mesmos *corpora* que um tradutor científico; da mesma forma, um tradutor jurídico jamais recorrerá à mesma metodologia que um tradutor técnico ou financeiro.

Contudo, este procedimento não se aplica apenas à área de tradução de cada profissional, pois também depende da identidade de cada um, já que cada tradutor vai criando, desenvolvendo e adotando a sua própria forma de trabalhar, independentemente da área onde se encontra a traduzir.

Este tipo de fosso tem vindo a ser evidenciado com o aumento da popularidade da tecnologia no mundo da Tradução. De facto, o aparecimento de ferramentas *on-line* (dicionários monolíngues e bilingues, tradução automática, entre outros) e a invasão, no mercado da tradução, de *CAT-tools* (tais como o MemoQ da Kilgray, o Trados da SDL ou, até mesmo, programas mais específicos, como o Passolo da SDL, que serve essencialmente para localização, isto é, tradução de conteúdos multimédia, como um software ou um site da *internet*) vieram revolucionar a forma de traduzir.

Tal como em tudo o que nos rodeia, também na área jurídica a Tradução possui há já bastantes anos um lugar de extrema importância. Tal como nos diz

Lopes (2011), “Se pensarmos que, desde que existe a noção e a realidade da sociedade e do viver em comunidade, a lei existe também, logo, desde muito cedo que existe a prática da tradução jurídica” (p.101). Mas o que se entende por “tradução jurídica”? O que engloba este conceito?

A “tradução jurídica” consiste na tradução de documentação pertencente à área da lei e do sistema legal. Por outras palavras, engloba todos os documentos requeridos pelos sistemas de justiça civil e penal (como, por exemplo, contratos, patentes, transcrições de testemunhos em tribunal, registos, leis, normas e regulamentos, relatórios de peritos, entre muitos outros).

Na categoria jurídica, inclui-se igualmente qualquer documento que, em algum momento, possa ter cruzado com a justiça, como é o caso de certidões (de nascimento, casamento ou óbito), testamentos, documentos de imigração, procurações, gravações de prova de telefonemas, entrevistas policiais, julgamentos, depoimentos, etc. A lista de documentos jurídicos é, na verdade, infindável e, pelo facto de ser tão abrangente, o tradutor, enquanto profissional, começa, na maioria das vezes, por traduzir certidões ou certificados (porque possuem um carácter, na maioria das vezes, pré-definido – incluindo indicações como o nome, a data de nascimento, a naturalidade, etc. – e uma linguagem, embora jurídica, mais acessível), antes de se dedicar a traduções de contratos ou patentes (pelo facto de a linguagem ser mais específica), que exigem mais experiência.

Esta grande diversidade de documentos levou também a que muita pesquisa fosse desenvolvida na área dos estudos jurídicos, nos domínios da linguística e da tradução. Atualmente, juristas-linguistas e tradutores jurídicos têm o seu lugar no mundo profissional, mas, e apesar da incidência da formação de cada um deles ser diferente – um tradutor jurídico possui formação em tradução, com especialização na área jurídica, um jurista-linguista é, por norma, formado em Direito e possui amplos conhecimentos em duas ou mais línguas –, num cenário ideal, ambos os profissionais trabalhariam em conjunto. Ainda que esta cooperação tenha vindo, cada vez mais, a verificar-se, ainda são muitas as mentes que acreditam que tradutor e jurista se excluem mutuamente, quando, pelo contrário, em conjunto, representariam uma mais-valia.

Inúmeras pessoas têm dificuldade em entender o propósito da tradução jurídica e colocam em causa a existência da mesma, na maioria dos casos, porque não estão informadas sobre o facto de existirem casos em que os sistemas jurídicos de um ou mais países cooperam de forma a alcançar a justiça, ou a resolver um caso litigioso que envolva cidadãos ou entidades de países diferentes (por exemplo, no caso de conflitos gerados por trocas comerciais).

O crescimento da emigração também aumentou o recurso a esta modalidade da tradução.

Desta forma, a importância da formação nesta área tem vindo a crescer, pois, nos serviços de tradução de qualidade, a exigência é cada vez maior, enquanto os prazos de entrega são cada vez menores. Como tal, o tradutor tem de estar apto a entender o contexto onde a tradução vai ser usada e de que forma isto irá afetar a abordagem ao texto, em aspetos tais como o tom, o registo, a sintaxe, a fraseologia e a terminologia. Caso o texto de partida possua falhas, tanto ao nível do conteúdo como da língua, caberá igualmente ao tradutor proceder a um certo trabalho de reestruturação, para que o texto de chegada corresponda à expectativa de quem o requereu e cumpra o seu objetivo.

Para concluir, a tradução jurídica, e a sua relevância no mundo atual, está descrita da seguinte forma no Portal da Justiça da União Europeia:

A tradução jurídica desempenha um papel fulcral na comunicação multilingue, uma vez que habilita indivíduos, empresas e serviços jurídicos e governamentais de diferentes línguas e culturas a comunicarem entre si, no interior dos diferentes Estados e através das suas fronteiras. A tradução jurídica requer conhecimento da terminologia própria e das convenções linguísticas utilizadas na elaboração dos documentos. (“Encontrar um tradutor jurídico ou um interprete”, 2015, 15 de junho)

### **3.2 Linguagem jurídica**

A linguagem jurídica é provavelmente o maior entrave para quem decide enveredar pela tradução jurídica. Lopes, 2011, diz até que “a linguagem jurídica é hermética, complexa e, por isso, pouco acessível ao cidadão que não tenha estudado Direito nem esteja familiarizado com este tipo de jargão” (p. 103).



De facto, este tipo de linguagem, utilizada na tradução jurídica, requer o máximo de conhecimento e, por isso, apenas quem possui formação especializada consegue traduzir textos legais com alguma facilidade. É uma linguagem técnica, que, segundo Reichmann (2007), exige “um alto grau de erudição e de formalismo linguístico” (p. 93). Para além disso, está repleta de termos técnicos (ex.: “homicídio privilegiado”), expressões latinas jurídicas (ex.: *habeas corpus*) e não jurídicas (ex.: *ipsis litteris*), arcaísmos (ex.: pretório), abreviações (ex.: HC = *habeas corpus*, CLS = Conclusões) e fraseologias (ex.: “Processei e revi o presente despacho que dato e assino...”). Todas estas particularidades são “referentes à microestrutura, uma sintaxe complexa, bem como uma série de convenções e regras formalizadas em relação à macroestrutura textual” (Reichmann, 2007, p. 93).

Esta complexidade, fomentada pela riqueza da língua portuguesa, gera, tal como é óbvio, incompreensão total ou parcial dos textos desta área, nomeadamente dos mais específicos, tal como as patentes.

Para entender a linguagem jurídica, sobretudo a forma sob a qual se apresenta, é necessário ter em conta que ela não é mais do que a representação das leis que regem a sociedade. As leis acompanham a crescente complexidade das sociedades e, conseqüentemente, a sua linguagem torna-se de difícil penetração interpretativa. A juntar a este facto, é importante referir que as traduções jurídicas possuem, na maioria dos casos, prazos de entrega relativamente apertados, e isto porque, quando se trata de documentos traduzidos para tribunais, a ausência da tradução pode atrasar todo o processo.

É por isso muito importante que o tradutor possua formação na área do Direito e que o Advogado/Jurista domine perfeitamente a área linguística. Com efeito, no caso da tradução jurídica, existe uma fusão clara e profunda entre as duas áreas, que não pode em caso algum ser dissociada, para que se consiga obter um trabalho final de qualidade e para que este possa ser entregue dentro dos prazos.

É essencial entender que a linguagem jurídica constitui um entrave à tradução quando o profissional não se encontra familiarizado com a sua especificidade. Se, para os tradutores jurídicos, este tipo de linguagem não é mais

do que uma ferramenta de trabalho, para outro tipo de tradutor isto pode ser um verdadeiro problema.

Contudo, outros obstáculos existem que, diariamente, tornam um pouco mais difícil o trabalho de um tradutor jurídico.

### **3.3 Os maiores entraves da Tradução Jurídica**

No nosso país, ainda existe uma grande lacuna na área da tradução jurídica, embora o Mestrado de Tradução Especializada da Universidade de Aveiro tenha vindo a colmatá-la um pouco.

#### **3.3.1 Ausência de Tradutores Juramentados**

O país continua a deparar-se com um problema, que é de ordem social e profissional, uma vez que, enquanto existem Ordens de profissões mais reconhecidas – tais como as dos advogados, médicos, solicitadores, arquitetos, engenheiros, etc. –, capazes de proteger a profissão, os tradutores não possuem qualquer tipo de reconhecimento ou apoio. Como tal, o tradutor, por muito experienciado que seja e por mais qualidade que tenha, não tem forma de apresentar o “selo de garantia” que comprove ao cliente que ele tem, efetivamente, formação de alto nível e experiência no quadro do trabalho adjudicado. Tal facto representa, de certa forma, uma ameaça para a profissão, pois leva a que muitas pessoas, mais ou menos ou nada profissionalizadas, “façam traduções” nos tempos livres, a preços absurdos, o que desprestigia a profissão.

Contudo, aqui ao lado, em Itália, e do outro lado do Atlântico, no Brasil, já existe a categoria de “tradutor juramentado”, que não é mais do que uma certificação conferida a um tradutor, para que este possa traduzir documentos jurídicos e, sobretudo, para que estes últimos sejam considerados válidos pelo sistema jurídico do país em questão. Para ingressarem na categoria de juramentados, os tradutores devem submeter-se a um teste e ser aprovados em concursos abertos pelo próprio Estado.

Em Portugal, apesar de existirem alguns tradutores agregados a associações de utilidade pública (como é o caso da *Alliance Française*) ou a embaixadas, estes tradutores devem, no entanto, certificar as suas traduções junto

de um notário ou advogado, o que representa um custo adicional para o cliente (no caso dos juristas-linguistas, e embora tal seja pouco ético, muitos são os que traduzem e certificam a sua própria tradução, o que pode significar um ganho monetário para o cliente).

Esta situação torna-se caricata pelo facto do profissional legal não necessitar de comprovar a fidedignidade e qualidade da sua tradução, limitando-se o notário ou o advogado a certificar a identidade da pessoa que se apresenta como tradutor, para que a tradução por ele realizada possua valor legal.

Tal como nos é explicado no *síte* Internet da Eurologos-Portugal, um grupo internacional de tradução e serviços linguísticos, “a certificação nada diz sobre a qualidade do tradutor ou tradução. Apenas certifica legalmente a autoria e responsabilidade perante a tradução” (“Perguntas sobre traduções certificadas em notários”, 2014/04/28). A estas traduções dá-se o nome de “tradução certificada” ou “tradução oficial”. A certificação é, na grande maioria dos casos, requerida na tradução jurídica, pois é essencialmente nesta área que se pede a validação legal.

Neste sentido, a preocupação geral dos profissionais da área levou a que se procurasse obter, em Portugal, uma forma, não só de garantir o máximo de qualidade possível ao cliente, mas também de proteger os tradutores que investiram tempo e dinheiro numa formação específica, e que veem a sua profissão ser desvalorizada por causa de pessoas que fazem da tradução um passatempo remunerado (a valores muito baixos). Assim, aos olhos de um potencial cliente, o que mais se assemelha a um “selo de certificação” é, com certeza, o facto de o profissional ser membro de uma Associação de Tradutores. No país de Camões, existem duas associações, a APT (Associação Portuguesa de Tradutores) e a Aptrad (Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes), que se propõem defender os direitos da profissão e dos profissionais.

### **3.3.2 Confidencialidade**

Um outro aspeto, do qual não podemos dissociar a tradução jurídica, é o da “confidencialidade”. É, antes de mais, importante perceber o que se entende por “confidencialidade”. Segundo o dicionário de língua portuguesa da Porto Editora, *Infopédia*, confidencialidade significa “manutenção do segredo de uma informação

ou informações”. Na área jurídica, a confidencialidade é um ponto-chave, pois grande parte dos documentos jurídicos contêm informações importantes, que o cliente não deseja ver divulgadas.

Estas informações nem sempre são tão óbvias como se espera e requerem um pouco de astúcia por parte do tradutor – por exemplo, algumas certidões e alguns certificados mais recentes possuem um código de barras, com números, que permite a identificação da pessoa citada no documento.

Podemos tomar por exemplo alguns contratos que mencionam valores monetários ou patentes, onde são explicitados os processos de fabricação especiais ou inovadores de um determinado produto. Este fator de confidencialidade pode ser comparado ao da atividade médica, onde existe sigilo profissional, pelo facto de, na maioria dos casos, o paciente não querer que seja dada a conhecer a sua condição; da mesma forma, em sentenças de divórcio, uma das partes (ou até ambas) pode não querer ver os detalhes do caso exposto.

Em todos estes casos, o cliente pode e deve exigir que essa informação seja mantida confidencial. Como tal, é necessário que o tradutor seja capaz de assegurar o máximo de rigor terminológico, aliando-o sempre ao sigilo a que é obrigado.

Este conceito de “confidencialidade” é aplicado ao conteúdo da tradução (bem como à sua proveniência) e a qualquer outra informação adicional transmitida pelo cliente.

Apesar deste aspeto estar diretamente ligado à questão ética, a verdade é que poucos são os profissionais que pensam realmente nisto e, inúmeras vezes, as empresas libertam traduções confidenciais, nomeadamente quando procuram um tradutor pela *Internet* e enviam em anexo do *mail* o documento jurídico para todos os tradutores de determinado par de línguas da base de dados que possuem. Os tradutores também são, em alguns casos, responsáveis pela falta de confidencialidade, sobretudo quando optam por subcontratar um tradutor, quer para realizar, quer para auxiliar em determinado projeto ou tradução, quando os prazos de entrega são mais apertados.

Quando se trata de sentenças ou testemunhos de importância elevada, é comum que se altere os nomes das pessoas envolvidas no processo. Este ato

permite preservar o bom nome dos envolvidos, quer sejam arguidos, testemunhas ou vítimas, bem como salvaguardá-los de possíveis consequências, tais como as represálias. É também possível ocultar informações sobre pessoas, tais como a data e localidade de nascimento, a morada, a profissão, etc., desde que estas não sejam consideradas relevantes para o decorrer do processo e que permitam a identificação direta de uma pessoa civil.

Na maioria dos casos, esta problemática é facilmente resolvida: o tradutor assina previamente um documento, que possui o nome de Contrato ou Acordo de Confidencialidade (NDA em inglês – *Non-disclosure agreement*). Nele encontram-se os dados de identificação do tradutor e do cliente, bem como a informação detalhada dos dados considerados confidenciais. Desta forma, o tradutor (ou a empresa que o representa) compromete-se a manter o máximo de sigilo, protegendo a informação de uma possível fuga. Do ponto de vista do cliente, este encontra-se totalmente protegido pelo documento, uma vez que ele é reconhecido legalmente – em caso de incumprimento, o cliente pode enveredar pelas vias legais e fazer valer os seus direitos.

### **3.3.3 Responsabilidade civil**

Quem desempenha a tarefa de traduzir um texto jurídico tem também uma responsabilidade social, no sentido em que o campo jurídico tem um propósito maioritariamente prático, englobando leis, normas, regulamentos, etc., que regulam um grupo de pessoas (quer sejam cidadãos de um país, funcionários de uma empresa ou ainda estudantes de uma determinada instituição de ensino) ou atestam uma condição e as informações inerentes a uma pessoa (certificados, por exemplo, de nascimento, casamento ou óbito, bem como sentenças ou julgamentos). Todos estes documentos possuem, pois, valor jurídico, sendo “Document or record’s lawfully defined worth. Legal proof of authority or business transaction, enforceable rights or obligations, or the basis for a legal action all rest of this worth of legal value” (“What is Legal Value”, n.d.). Por outras palavras, significa que são documentos reconhecidos pela lei e por outras autoridades e entidades públicas e privadas, que podem servir de prova legal.

Devido à importância que têm na sociedade (por sinal, bastante burocrática, o que significa que a existência de documentos jurídicos é infundável), o tradutor deve ter uma atenção redobrada, para não distorcer ou tornar subjetiva a informação do texto de partida para o texto de chegada. Por exemplo, no caso de uma sentença de divórcio, na qual está definido que um dos cônjuges deverá pagar um valor X ao outro cônjuge, o tradutor tem de estar atento para não distorcer um único número desse valor. No caso de um certificado, a alteração de um número pode implicar, por exemplo, a alteração da data de nascimento e, por conseguinte, o não-reconhecimento da pessoa em questão. Estes aspetos podem parecer irrelevantes, mas, tendo em conta o facto de que o tradutor tem uma responsabilidade civil acrescida (pois qualquer alteração pode influenciar diretamente a vida de um cidadão), a sua atenção deve ser redobrada.

### **3.3.4 Diferenças entre sistemas legais**

Um dos maiores entraves apresentado pela tradução jurídica é, sem dúvida, a enorme diferença que existe entre os sistemas legais dos diferentes países.

Os vários regimes políticos existentes no mundo têm formas diferentes de reger a vida social e, por conseguinte, os sistemas legais, cujo objetivo é o de fazer aplicar essas “formas de reger”, são bastante diferentes.

Assim, para se traduzir um texto legal, é essencial que se tenha um conhecimento prévio dos sistemas jurídicos do país da língua de partida e do país da língua de chegada, nomeadamente no que concerne ao seu funcionamento, aos termos usados, às características e às necessidades de tradução de cada um deles – o tradutor oferece muitas vezes serviços de consultoria “paratradutiva”, que servem para aconselhar o cliente, no que diz respeito às traduções consideradas necessárias, bem como às certificações das mesmas, para ambos os países envolvidos.

É precisamente isso que explica Sousa (2007):

Como para informar corretamente é necessário compreender previamente o conteúdo da informação, foi por vezes necessário proceder a algumas consultas de outras obras e sobretudo ler longas passagens para só depois traduzir. Mas para além da compreensão os conhecimentos jurídicos gerais presumidos dos

destinatários do texto traduzido, o que pressupõe o conhecimento do sistema jurídico e sua linguagem no sistema de chegada (nomeadamente, as regras, os princípios, os termos e as convenções a respeitar). (p. 624)

A maior dificuldade, neste campo, é, a meu ver, o fosso enorme existente entre os sistemas jurídicos continentais, dos quais Portugal faz parte, e que se regem pela chamada *civil law*, e o sistema anglo-saxónico, baseado na *common law*, que vigora no Reino Unido e nos países que fazem parte da Commonwealth. O primeiro, *civil law* (ou Direito Civil), é o sistema jurídico que vigora nos países da Europa Continental, na América Latina, na Turquia, em alguns estados árabes, nos países do Norte de África, no Japão e na Coreia do Sul. Baseia-se na antiga legislação romana e usa, como base, as leis escritas. O segundo, *common law* (ou Direito Comum), vigora na Inglaterra e no País de Gales, nos Estados Unidos da América, na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá, na Nigéria, no Quênia, em Singapura, na Malásia e em Hong Kong e privilegia a jurisprudência sobre a lei escrita, ou seja, dá mais liberdade de interpretação da lei por parte dos juízes. No caso da *common law*, uma decisão tomada por um juiz torna-se vinculativa para os casos julgados no mesmo tribunal e nos tribunais hierarquicamente inferiores.

Como tal, este método de funcionamento é essencialmente um entrave para os tradutores que trabalham com documentos que vão transitar de um tipo de aplicação de Direito para o outro, como é o caso dos tradutores cujo par de línguas é inglês/português e/ou português/inglês.

Em suma, é necessário salientar que, no caso da tradução jurídica, as capacidades do tradutor são postas à prova de forma mais severa. Por isso, o tradutor tem de ser perseverante e rigoroso na pesquisa de um termo, de uma expressão, de uma frase ou fraseologia. O tradutor também deve possuir ótimas habilidades de pesquisa, sendo pertinente na consulta das fontes mais adequadas.





## 4 Metodologia

A metodologia utilizada na elaboração do meu projeto foi sofrendo alterações, porque, ao progredir, senti necessidade de a reajustar, por forma a obter o produto final desejado.

No meu caso, esta reestruturação do projeto foi muito benéfica, no sentido em que foi possível abordar o tema das tecnologias na tradução, sobre o qual falta informação no nosso país. Esta lacuna prende-se essencialmente com a crença de que as máquinas não são capazes de produzir com a qualidade exigida, de substituir o ser humano.

A experiência mudou radicalmente a minha visão dos *softwares* ditos “do futuro”. Hoje, acredito que a computação pode permitir alcançar a qualidade, desde que, obviamente, exista uma revisão humana.

Ao planear o meu projeto, optei, numa fase inicial, pela transcrição convencional, pois, em todas as pesquisas que tinha efetuado até então, não tinha encontrado o que pretendia, nem o que me parecia ser o caminho mais interessante a percorrer. Dado o meu gosto pelas tecnologias, pois acredito piamente que o futuro passa por elas, visei aproximar a atividade jurídica trans-tradutiva com o uso de *softwares*.

Por inúmeras vezes, procurei, *inclusive* junto de profissionais, um programa que permitisse a transcrição oral, mesmo que esta não fosse perfeita. Pude concluir que, por medo, receio ou teimosia, poucos são os tradutores que, de facto, sabem da existência destes programas e, sobretudo, conhecem o seu uso no campo da tradução.

Foi durante uma conferência intitulada “A tradução na prática – a prática da tradução”, que decorreu na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a 30 de maio de 2015, que o Dr. David William Hardisty, professor na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, forneceu informações e procedeu a demonstrações do uso que fazia de *softwares* de Voice Recognition. Este foi o meu primeiro contacto com este tipo de *softwares*.

Foi sem medo que o Dr. Hardisty se assumiu pró-VRS, perante algum espanto da plateia, composta essencialmente por tradutores, demonstrando, claramente, quais as funcionalidades dos programas que então usava.

Apesar de, por vezes, o programa apresentar uma transcrição imperfeita, ficou claro que, embora fosse necessário realizar uma pós-edição, a ajuda do *software* representava um ganho significativo de tempo, quando comparado com a transcrição convencional.

Ainda assim – e também devido ao facto de, na altura, ter iniciado a parte prática do projeto –, quando me deparei com a experiência dos VRS, optei por apresentar os dois métodos no projeto, quer o convencional, quer o mais recente, com VRS, pois, desta forma, tornava-se mais fácil estabelecer comparações.

Por fim, para traduzir as audiências em objeto neste projeto, optei pelo MemoQ. Fi-lo, não por ser o CAT-tool que mais utilizo (pois recorro, em termos profissionais, ao SDL Trados Studio), mas precisamente pelo fato de pretender uma reaprendizagem do *software* da Kilgray – por outras palavras, foi um desafio que me impus a mim própria, pondo à prova as minhas capacidades, não só enquanto profissional da área linguística, mas também de autoaprendizagem, quer com VRS, quer com CAT-tools, quer em termos de organização e de desenvolvimento de um projeto desta envergadura.

#### **4.1 Procura de material áudio**

Desde cedo, percebi que a elaboração deste projeto iria apresentar um obstáculo, que poderia colocar em causa a totalidade do meu trabalho. É do conhecimento comum, e foi até explicado anteriormente, que grande parte dos processos judiciais são confidenciais, pelo que era, para mim, expectável encontrar dificuldades no acesso a material apropriado para o meu projeto.

Contudo, a Professora Doutora Maria Eugénia Tavares Pereira aconselhou-me a entrar em contacto com a Sociedade de Advogados Celso Cruzeiro e Associados, em Aveiro. A pronta disponibilidade em receber-me, bem como em ajudar-me no projeto, foi bastante animadora, sendo que o próprio Dr. Celso Cruzeiro me entregou um CD que continha a gravação do julgamento em estudo neste projeto.

Tive, então, acesso a um total de 13 audiências, referentes ao julgamento de um caso de acidente de viação ocorrido em Mira, e a consequente averiguação da responsabilidade requerida pela companhia de seguros. Estas audiências

perfazem, na totalidade, cerca de 4 horas e 11 minutos de gravação. A cedência deste material foi facilitada pelo facto do referido julgamento já não se enquadrar dentro daquilo que é o sigilo obrigatório.

Pude, então, prosseguir com a ideia que tinha em mente e com o projeto ligado à tradução “não totalmente convencional”.

Mas vejamos, por ora, qual o significado do conceito “julgamento”: “É um encontro numa das salas de audiências, na qual estarão presentes o Juiz, o Procurador do Ministério Público, os advogados, os oficiais de justiça, as testemunhas, a pessoa que está a ser acusada de ter cometido o crime (arguido) e a vítima.” Mais, é essencial perceber o seu propósito – “Serve para o Juiz reunir, ouvir e apreciar todas as provas que sejam importantes para tomar uma decisão em relação à responsabilidade do arguido no crime em causa. O testemunho de diferentes pessoas sobre o que aconteceu também serve como prova e pode ajudar o Juiz a tomar uma decisão (...) Podem ser ouvidas as testemunhas, o arguido, a vítima e outras pessoas que tenham informação ou conhecimentos importantes” (“Foste testemunha”, s.d., para.10).

Tal como explicado anteriormente, a transcrição de julgamentos, que se inclui diretamente na área jurídica, é uma atividade bastante recorrente, sobretudo no que diz respeito a julgamentos nacionais que necessitem de uma análise detalhada, em prol de uma defesa bem constituída e previamente preparada. Também a tradução dos mesmos é bastante utilizada, nomeadamente nos casos que envolvam ajuda internacional.

## **4.2 Transcrição convencional**

Numa primeira fase do projeto, e quando ainda se revelava difícil encontrar qualquer tipo de informação sobre a utilização de VRS em Portugal, uma pequena parte de uma audiência foi transcrita convencionalmente, mas foi o suficiente para provar que, de facto, esta forma de transcrever é morosa e altamente penosa, pois requer imensa concentração e paciência. Por outro lado, porque considero que a transcrição não é nada mais do que a fala passada a limpo através da escrita, procurei tornar o discurso oral num texto escrito, retirando todas as marcas de oralidade – o chamado verbatim inteligente.

A transcrição foi feita por meio da ferramenta de apoio Transcriber 1.5.1, muito utilizada neste processo, e que permite a transcrição quase imediata do que se ouve. O procedimento foi o seguinte: Ouvir – Pausar o som – Escrever. Quando era necessário voltar a ouvir, repetia-se o processo, as vezes que eram necessárias.

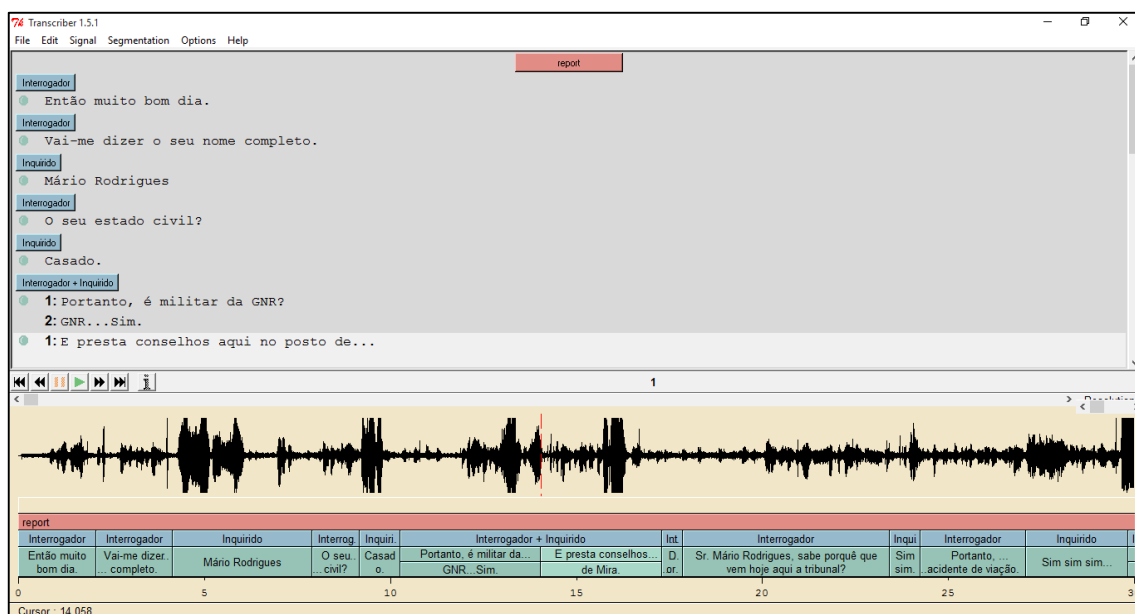


Imagem 1: Transcrição convencional com o Transcriber

### 4.3 Transcrição com recurso a ferramenta VRS

Tal como foi mencionado anteriormente, após séria consideração e experimentação, optei por reajustar o meu método de trabalho e comecei a transcrever com o recurso a um *Voice Recognition Software*. Para tal, utilizei o Dragon Dictation, otimizado para iOS, para transcrever as audiências que, posteriormente, teria que traduzir. Contudo, e como já foi dito, os VRS ainda precisam de muito aperfeiçoamento, nomeadamente no sentido de permitir a transcrição simultânea de mais do que uma voz.

Assim, para conseguir um resultado satisfatório, ouvi, primeiro, as audiências na íntegra e, depois, fui parando, passo a passo, para repetir cada momento do discurso ouvido para o meu dispositivo, por forma a transcrevê-lo. Optei pela transcrição monolíngue, isto é, não traduzi logo o texto, pelo simples

facto de a linguagem jurídica ser demasiado específica para uma transcrição simultânea, sobretudo para quem não tem experiência suficiente na área.

O *software* Dragon Dictation permite que enviemos o conteúdo transcrito da forma que nos parece mais adequada, podendo ser por mensagem de texto ou *e-mail* ou ainda partilhado nas redes sociais. No meu caso, enviei-o por *e-mail*, para posteriormente o poder transferir para o documento *Word* e editar, de acordo com as regras do verbatim inteligente.

Finalmente, voltei a ouvir a audiência, enquanto acompanhava a respetiva transcrição, de forma a certificar-me de que não tinha omitido nenhuma informação relevante.

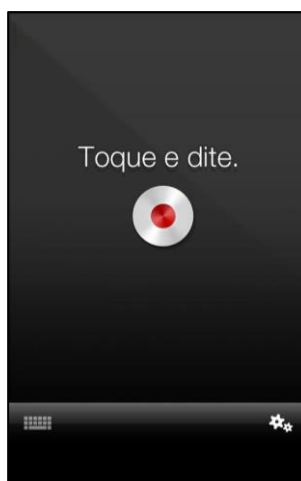


Imagem 2: *Software Dragon Dictation*

#### **4.4 Tradução com MemoQ**

Para traduzir o material transcrito, escolhi o CAT-tool MemoQ, muito embora não seja o CAT-tool ao qual recorro diariamente. O MemoQ, da Kilgray, é um Computer-Assisted Translation Tool, de origem Húngara, que se destaca no mercado da tradução, pela sua funcionalidade e acessibilidade.

Este *software*, à semelhança dos programas de apoio à tradução, requer a criação de um projeto ou, no caso, de um projeto já existente, a inserção do documento a traduzir. Assim, criei um novo projeto, com o nome “Projeto\_MTE\_HelenaSousa”. A este projeto, foi anexada uma Memória de Tradução, criada para o efeito, com o nome “Memória\_de\_Tradução\_Projeto” e

uma base de dados, designada “Base\_de\_dados\_Projeto”. Estes três elementos, o projeto de formato .mprx, a Memória de Tradução de formato .tmx e a base de dados, de formato .xml estão incluídas no CD em anexo a este projeto.

A minha escolha recaiu sobre o MemoQ, pois é uma ferramenta de extrema importância no mundo da tradução, que permite agilidade, quando o volume de trabalho é elevado. É muito fácil de usar, e até as funções que podem parecer mais complicadas estão apenas a alguns cliques de distância. A sua interface é bastante agradável, isto é, não se torna cansativa para o tradutor, e faz com que o trabalho flua rapidamente. Por outro lado, os seus atalhos de teclado representam um ganho significativo de tempo, bem como a caixa de sugestões lateral, onde aparecem as concordâncias presentes na Memória de Tradução, na base de dados ou ainda nos bancos de dados disponibilizados pelo próprio *software*, como é o caso do Eurobank.

É importante frisar que o MemoQ, quando utilizado em computadores cujo sistema operativo é o iOS, é compatível com o sistema de reconhecimento de voz do iOS. Por isso, é possível ditar diretamente para o MemoQ, enquanto este transcreve. Esta funcionalidade é muito útil, quando o tradutor é perito na área em que está a traduzir ou quando o texto de partida contém uma linguagem corrente, com terminologia presente no quotidiano.

Todos estes fatores, juntando-se o facto de desejar trabalhar de novo com o MemoQ, levaram-me a optar por este CAT-tool.

#### **4.5 CD anexado ao projeto**

Para complementar este projeto, optei por anexar um CD onde se encontram a Memória de Tradução e a Base de Dados resultantes da tradução do projeto. Desta forma, quem necessitar, ou entenda poder vir a beneficiar com estes dados, poderá recorrer ao CD – onde também inseri o ficheiro contendo o projeto escrito.

Por razões de confidencialidade, tão referida no decorrer do projeto, as audiências em objeto neste trabalho não serão incluídas, por forma a manter o anonimato de todos os intervenientes no julgamento transcrito e traduzido.

## 5 Reflexões críticas

### 5.1 Reflexão crítica sobre a Transcrição

A atividade da transcrição não é, de todo, uma tarefa fácil e, durante a elaboração do projeto, deparei-me com inúmeros entraves que, ora punham em causa a qualidade da minha transcrição, ora impediam que a própria transcrição ocorresse.

O primeiro entrave que encontrei foi, em alguns momentos, a má qualidade das gravações. Com efeito, as interferências de outros aparelhos eletrônicos, tais como telemóveis ou transcetores de rádio de polícias, tornaram excertos das gravações inaudíveis e, conseqüentemente, foi impossível proceder à sua transcrição. Tal facto pode ter repercussões graves a nível jurídico, pois pode significar a omissão, embora involuntária, de informação de elevada importância para o processo. Nestas situações, e tendo em conta que o transcritor se deve manter fiel ao que é dito, optei por recorrer a “[interferências]” para resolver as dificuldades.

O segundo problema com que me deparei, e que foi sendo progressivamente resolvido com a prática, prendeu-se com a dicção e os diversos sotaques de alguns intervenientes. Estando associados à origem ou ao grau de escolaridade, estes dois fatores foram, para mim, e em alguns casos, muito frustrantes, pois exigiam que despendesse o dobro do tempo para entender o que estava a ser dito, comparativamente com uma gravação onde a dicção era boa e o sotaque pouco pronunciado. Os regionalismos utilizados foram, em certas ocasiões, outra fonte de preocupação, pois senti necessidade de pesquisar para encontrar o termo, tendo por vezes sido infrutífero. Neste caso, coloquei a anotação “[incompreensível]”, tal como na seguinte frase: “Aqui chamamos-lhe agulhas, outros chamam-lhe [incompreensível], outros não sei quantas, tem tantos nomes.” (Audiência 3).

No que concerne, ainda, à expressão oral, é muito difícil, quando duas pessoas estão a falar ao mesmo tempo, decidir qual das duas deve ser transcrita primeiro e porquê. Quando este tipo de interrupções, muito frequentes no discurso oral, ocorriam, optei por dar prioridade à pessoa que foi interrompida, em detrimento

da pessoa que interrompe, de forma a manter a coerência no diálogo escrito, mas, sobretudo, a facilitar a leitura do mesmo.

O maior entrave com o qual me fui deparando, a nível linguístico, foi obrigarme a resistir à tentação de corrigir erros típicos da expressão oral. O orador, ao falar, comete erros gramaticais, alguns até aceites socialmente, já que, a este nível, a linguagem oral apresenta uma maior liberdade e permite uma maior flexibilidade. Como exemplo deste aspeto, surge a utilização recorrente da expressão “sim, senhor”, em que “senhor(a)” deve sempre ser acordado em género com a pessoa à qual nos dirigimos. Tal não acontece ao longo das audiências. Estes erros da oralidade foram, contudo, transcritos como tal, mesmo que, com o verbatim inteligente, tenha sido extremamente difícil transcrever um erro gramatical sem cair na tentação de o corrigir. O mesmo ocorreu com as estruturas fráscas, que são aceites na oralidade, mas que carecem de coesão quando são transcritas, tal como na frase “Mas também o veículo, ao bater no animal, assustou-se e possivelmente fugisse, também...” (Audiência 1). Contudo, e de forma a manter-me fiel à oralidade, mantive erros, tais como os de concordância entre o sujeito e o predicado, tal como em “... a gente vem na estrada, se somos encadeados ... não temos hipótese” (Audiência 4).

Um transcritor que não esteja a efetuar uma transcrição verbatim, isto é, a transcrição de todas as palavras e marcas de oralidade, deve ser capaz de selecionar o que é para manter. Tem, por isso, de possuir uma enorme capacidade de decisão, que o leva a optar por um excerto em detrimento de outro. Por exemplo, nos casos em que o orador começa uma frase, mas não a acaba, e não sendo a frase relevante para o assunto em questão, optei por não as transcrever, de forma a evitar que a leitura se tornasse confusa. Em contrapartida, optei, por exemplo, por referir dois momentos em que um orador sai da sala (por motivos diversos, como “ter que ir à casa de banho” ou “ser diabético e necessitar de comer algo”), pois considero importante que seja frisado que, durante as audiências, intervenientes saíram e entraram na sala.

Perante a necessidade de omitir dados confidenciais sobre as pessoas envolvidas nas audiências, tive que ponderar quais os dados a omitir ou a manter. Assim decidi que os nomes dos envolvidos seriam alterados na íntegra, para



preservar a privacidade. Por outro lado, as matrículas foram ocultadas, tendo-as transformado da seguinte forma: XX-XX-XX. Também as moradas foram alteradas, tendo optado por endereços fictícios, para impedir o reconhecimento. Os únicos dados mantidos foram, para além dos dados fornecidos nos depoimentos, os nomes das localidades e o nome da rua onde se tinha dado o acidente de viação que deu origem ao processo, por não considerar que coloca em causa o reconhecimento dos envolvidos.

A utilização de VRS para a transcrição foi uma mais-valia para o meu projeto, pois permitiu um ganho de tempo considerável. Após conhecer as vantagens dos VRS, optei por experimentar este tipo de transcrição, de forma a ter um termo comparativo e, assim, poder escolher entre a forma tradicional (ouvir – pausar – escrever) ou a forma inovadora que prometia ser os VRS.

A transcrição convencional foi, tal como se esperava, muito demorada, nomeadamente devido ao facto de o programa se ter revelado menos funcional do que o esperado, não permitindo, por exemplo, a exportação para *Word* da transcrição.

O recurso ao VRS *Dragon Dictation* foi, para mim, muito vantajoso, pois, para além do ganho em tempo, torna possível que, durante a transcrição, se tome uma decisão imediata no que concerne às marcas da oralidade que se pretende manter ou rejeitar. Por outras palavras, é possível, pelo conteúdo e tom da frase, que as indecisões, repetições, entre outras, sejam retiradas, não necessitando, por isso, de uma edição posterior. É, contudo, necessário ponderar o facto de, na área jurídica, a indecisão e a hesitação poder influenciar o julgamento final. Por exemplo, se um discurso de um arguido, acusado de homicídio, apresenta hesitações, isto pode ser revelador de incongruências ou falsos testemunhos. Como tal, é importante que o transcritor possua alguma formação na área do Direito, para que ele seja capaz de reconhecer estes fatores.

Porém, e tal como foi sendo mencionado, até os VRS mais desenvolvidos só são capazes de detetar uma voz de cada vez, o que é, evidentemente, uma desvantagem. Como tal, durante a transcrição das audiências que compõem este projeto, decidi ouvi-las todas e, posteriormente, ditá-las, de forma clara e objetiva, para que o VRS conseguisse reconhecer devidamente todas as palavras. Depois,

e tal como já sabemos, nem o VRS mais desenvolvido garante uma eficácia a 100%, pelo que teve que existir, da minha parte, e sempre que necessário, uma revisão e pós-edição. Só desta forma foi possível obter uma transcrição fiel e limpa.

A tabela que se segue recapitula as vantagens e desvantagens quer da utilização da Transcrição Convencional, quer do recurso aos VRS, permitindo, assim, que se estabeleça uma comparação, com base na minha própria experiência.

Transcrição Convencional	Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior precisão;</li> <li>• Evita erros de ortografia ou confusão de homónimos.</li> </ul>
	Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo mais lento;</li> <li>• Programas de transcrição pouco funcionais.</li> </ul>
Transcrição com recurso a VRS	Vantagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Maior rapidez;</li> <li>• Permite decidir imediatamente o que se quer ou não incluir.</li> </ul>
	Desvantagens	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Menor precisão;</li> <li>• Menor atenção ao detalhe;</li> <li>• <i>Softwares</i> de VRS não distinguem as vozes e ainda pouco aperfeiçoados em Português de Portugal.</li> </ul>

Tabela 3 – Resumo das vantagens e desvantagens dos tipos de transcrição

Em ambos os casos, a formatação afigurou-se, igualmente, uma tarefa morosa, sendo que optei por recorrer ao negrito/ausência de negrito para identificar, diferenciar os interrogados e os interrogadores. Com isto, pretendi, uma vez mais, tornar a leitura do texto mais limpa e clara para o leitor.

A transcrição foi, sem dúvida, a tarefa mais demorada do meu projeto, tal como era de esperar, até porque obrigava a uma revisão da totalidade do produto escrito, tendo, as audiências, aproximadamente duas horas de duração. A transposição para um discurso mais limpo foi, igualmente, penosa, até porque pretendia que não permanecessem falhas, lacunas ou erros.

## 5.2 Reflexão crítica sobre a Tradução

É, antes de mais, necessário entender que a tradução de uma transcrição é uma tarefa duplamente complicada, pois o texto de partida apresenta muitas lacunas que o tradutor tem de preencher, como veremos mais à frente. No meu caso, deparei-me com imensos obstáculos, aquando da tradução das transcrições das audiências.

O primeiro problema foi essencialmente a má qualidade da gravação, que acabou por influenciar a totalidade dos processos que sucederam à transcrição. Por este motivo, tive, por vezes, de interromper frases e, posteriormente, retomar o discurso, o que exigiu que frases fossem reestruturadas, de forma a manter a ideia do texto de partida. Por exemplo, a seguinte frase “Mas digo não em relação ao acidente, em relação a...” (Audiência 1), teve que ser traduzida de maneira a manter o sentido inicial, e a preservar a suspensão no exato momento do diálogo. Como tal, traduzi da seguinte forma : “ Mais je veux dire, non pas en ce qui concerne l'accident, mais en relation à... ”.

Posto isto, há que acrescentar que a reestruturação frásica foi uma constante no decorrer da tradução – sendo o português e o francês duas línguas que, embora com estruturas frásicas semelhantes, possuem formas distintas de exprimir uma mesma ideia.

Mais, tendo em conta a modalidade de transcrição que escolhi para o meu projeto - o verbatim inteligente - o texto de partida (a transcrição) inclui os erros próprios do discurso oral, como a falta de concordância (entre sujeito e predicado), de coesão e de coerência. E isto era, efetivamente, um problema, pois, apesar de se tratar de uma tradução de uma audiência, o objetivo é sempre primar pela boa compreensão por parte do leitor. Assim, houve necessidade de proceder a uma reestruturação frásica. Vejamos, pois, o exemplo seguinte: “Eu acho que sim, porque é assim, se estivesse escuro, eu não via o homem tão deitadinho como ele lá estava, ainda com a boina na cabeça, com tudo.” (Audiência 3). Nesta frase, a falsa oração causal “porque é assim”, o diminutivo “deitadinho” e a expressão “com tudo” são marcas evidentes de oralidade. Como tal, foi necessário procurar equivalentes em francês, sem, todavia, retirar o sentido à frase: “Je pense que oui,

parce que s'il faisait sombre, je n'aurais pas vu l'homme étendu comme il l'était, encore avec le béret sur la tête et tout.”.

Do mesmo modo, vejamos o seguinte exemplo, mais complexo: “Aquilo são luzes que acendem mas não dão clarão muito tempo, não sei que tempo é. Poderão, porque eu, a seguir ao acidente, é por isso que eu digo que não ia ninguém à minha retaguarda, porque a pessoa primeira a quem eu pedi socorro foi à tal essa rapariga, que parece-me que foi ouvida pelo perito da companhia de seguros, uma Maria Varela” (Audiência 4).

É evidente que, nesta frase, o orador mudou repetidamente de assunto ao longo do seu discurso, começando por falar nas luzes de iluminação pública e acabando por falar de quem o auxiliou. O conteúdo da mensagem é confuso, o que tornou esta frase de difícil tradução, até porque era igualmente importante transmitir essa ideia de confusão, pois, quer para o caso em julgamento, quer para o leitor, esta podia afigurar-se relevante: “Ce sont des lumières qui s'allument mais qui n'éclairent pas longtemps, je ne sais pas pendant combien de temps. C'est possible, parce que moi, après l'accident, c'est pour ça que j'affirme qu'il n'y avait personne derrière moi, puisque la première personne à qui j'ai demandé de l'aide a été cette dame, qui, je pense, a été entendue par l'expert de la compagnie d'assurance et qui s'appelait Maria Varela”.

Na frase, “Ora bem, a gente vem na estrada, se somos encandeados, (...) a gente não temos hipótese.” (Audiência 4), a locução pronominal sujeito “a gente” não está corretamente acordada com o predicado “não temos hipótese”, pelo que existe aqui um conflito de número, já que o sujeito é da terceira pessoa do singular. Optei por traduzir por “Bon, on vient sur la route, si on est ébloui, (...) nous n'avons aucune chance”. Estes erros de concordância ocorrem maioritariamente devido ao facto de a situação em que eles estão a ser proferidos ser de tensão e nervosismo (efetivamente, o facto de se estar num tribunal e de estar a ser interrogado requer algum sangue-frio, mas nem sempre isto é possível). Contudo, não podemos dissociar tais ocorrências do baixo grau de educação e escolaridade dos interrogados (tratando-se, neste caso, de pessoas com uma certa idade).

Um outro aspeto também dificultou o processo de tradução (bem como de compreensão, aquando da transcrição) foi o carácter diatópico da linguagem. De

facto, durante a tradução, deparei-me com imensos regionalismos ou expressões idiomáticas, que me levaram a proceder a uma pesquisa, tal como na seguinte frase: “Eu, por uma ‘mão-travessa’ que não escapava, e para não ir bater nesse carro, que vinha em sentido contrário” (Audiência 4). “Mão-travessa” significa, em linguagem popular, a “Medida, equivalente a meio palmo, tomada pela largura da mão com os dedos unidos” (Priberam), e usa-se no sentido de “quase, por pouco”. Não estando eu familiarizada com esta expressão, optei por guardar a mesma forma coloquial na tradução: “Moi, j'ai failli ne pas y échapper, et pour ne pas rentrer dans cette voiture, qui venait en sens inverse”.

A linguagem jurídica, tal como já foi referido, também apresentou alguns entraves. Em alguns casos, o conhecimento que fui adquirindo da linguagem específica (quer portuguesa, quer francesa), como por exemplo, dos termos “audiência”, “juiz”, “testemunha”, ou de construções mais complexas, tal como a frase “É na qualidade de testemunha que vai ser ouvido, tem o direito de responder com verdade ao que lhe for perguntado” permitiu que a sua tradução ocorresse sem problemas, encontrando os equivalentes “audience”, “juge”, “témoin” e “en qualité de témoin, par laquelle vous allez être écoutée, vous avez le devoir de répondre par la vérité à ce qui vous sera demandé”, respetivamente.

Ainda neste seguimento, fui confrontada com expressões tais como “relatório de autópsia” (Audiência 3), cujo equivalente é amplamente conhecido na língua francesa, sendo “rapport d'autopsie”. Este foi mais um dos casos em que a linguagem jurídica não causou problemas, pelo facto de a terminologia, embora se enquadrar no domínio da ciência forense, pertencer igualmente ao conhecimento geral e cultural.

Em contrapartida, casos existiram em que a tarefa foi mais árdua, tendo sido necessário efetuar uma pesquisa e ser capaz de tomar uma decisão, o que é muito comum na atividade da tradução. Por exemplo, no caso da frase “Então pergunto se jura por sua honra que vem dizer a verdade”, foi necessário procurar o equivalente em francês, na medida em que não podia fazer uma tradução literal, pois tal poderia levar a que o leitor não entendesse a mensagem de forma clara e intuitiva. Após alguma pesquisa, descobri que a fórmula utilizada em França, para

casos jurídicos semelhantes, é “Je vous demande alors si vous jurez de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité”, pelo que optei por recorrer a ela.

A fórmula a utilizar para nos dirigirmos ao juiz de uma audiência varia de país para país. Enquanto em Portugal se usa “Senhor Doutor Juiz”, em França utiliza-se “Monsieur le Président”, pois é essa a designação que se emprega quando se trata de se dirigir a quem preside a uma audiência, tal como nos explica o Dictionnaire Juridique:

“L'usage des tribunaux veut donc que l'on donne du "Monsieur le Président" à tout magistrat qui préside une formation d'un tribunal, même s'il statue à juge unique, puisqu'il préside par délégation du Président” (“Définition de Président et Premier Président”, n.d.)

Da mesma forma, na transcrição, a forma utilizada para interpelar os advogados que intervêm no processo é “Senhor Doutor” e “Senhora Doutora”. Ora, em França, a fórmula utilizada para nos dirigimos a um advogado é “Maître”, pelo que usámos o termo na tradução. Contudo, no decorrer da audiência 2, descobrimos que a testemunha é, afinal, advogada. Ainda assim, tendo em conta que a mesma não está no exercício das suas funções, optei por não recorrer a “Maître”, mas sim a “Madame”, à semelhança das testemunhas das outras audiências.

O termo “contra-instância” (Audiência 1) afigurou-se de difícil tradução. Foi, antes de mais, necessário entender o seu significado jurídico na língua de partida para conseguir transpô-lo na língua de chegada. O termo de partida é constituído pelo prefixo de oposição “contra” e pelo nome “instância”, que, neste caso, embora se enquadre no contexto jurídico, não significa “cada um dos juízos organizados de forma hierárquica” (DireitoNet), mas sim “Denominação de uma objeção levantada perante uma alegação ou argumentação usada como objeção a um argumento precedente” (Léxico.pt). Como tal, a “contra-instância” é, pois, o ato de inquirir uma testemunha ou um réu pela parte contrária. Após alguma pesquisa, descobri que este termo possui como equivalente, em Português do Brasil, a expressão “Inquirição cruzada”, o que, por conseguinte, me permitiu encontrar o equivalente em inglês: “cross-examine”. Só com base no inglês foi, então, possível encontrar a tradução em francês e concluir que, no caso do Francês, a tradução deste termo é

“contre-interrogatoire”, significando “Interrogatoire d’un témoin, d’un accusé par la partie adverse” (Larousse).

Ainda na área da linguagem jurídica, várias são as referências ao termo “quesitos”, que representa, em Portugal, e do ponto de vista legal, as perguntas a serem colocadas ao interrogado. Como tal, a tradução mais adequada em francês é “questions”. Contudo, no caso da frase “era uma pergunta, não estará bem nos quesitos” (Audiência 4), não era viável traduzir por “c’était une question, elle n’est pas véritablement dans les questions”. Neste caso, optei por colocar “c’était une question qui ne se trouve pas précisément dans la liste de questions”, de forma a facilitar a compreensão por parte do leitor, sem por isso alterar o termo em francês.

Por fim, houve uma outra expressão que foi, para mim, fonte de inquietação: “base instrutória” (Audiência 4). Antes de procurar solucionar esta dificuldade, foi necessário verificar a definição, em português. O artigo 511º do Código de Processo Civil Português estabelece que “O juiz, ao fixar a base instrutória, seleciona a matéria de facto relevante para a decisão da causa, segundo as várias soluções plausíveis da questão de direito, que deva considerar-se controvertida, a provar em audiência” (Código de Processo Civil). Por outras palavras, a “base instrutória” é a seleção prévia feita pelo juiz da matéria, relevante para a averiguação da verdade e resolução justa do litígio, o que permite determinar as questões a colocar, isto é, os factos que falta averiguar. No Jornal Oficial da União Europeia, “base instrutória” está traduzida por “instruction” (“Recours introduit le 5 juin 2007 — Luigi Marcuccio/Commission des Communautés européennes”, Tribunal de la fonction publique de l’union européenne, 2007). Esta é indubitavelmente uma fonte fidedigna, pelo que optei por utilizar este termo como equivalente.

Nas audiências efetuadas em Portugal, inúmeras são as referências a instituições, organismos ou outras entidades. Sendo a GNR (Guarda Nacional Republicana) uma força de segurança de natureza militar, é natural que ela surja em inúmeros processos judiciais. Contudo, foi necessário adaptar a designação, de forma a ser entendida no país de chegada, pois, como é óbvio, o desconhecimento, por parte dos leitores franceses, do significado de GNR iria gerar confusão, e isto não pode acontecer quando se trata de matéria jurídica. Como tal, optei por traduzir

GNR por “Gendarmerie Nationale Républicaine portugaise (GNR)”. A colocação da sigla após o nome é importante, no sentido em que permite outras referências, dentro de um mesmo texto, sem que haja necessidade de colocar constantemente o nome por extenso. Da mesma forma, referir que se trata de uma entidade portuguesa auxilia, por um lado, a eliminar qualquer dúvida que possa ter ficado no leitor e, por outro, a entender que o militar que testemunha agiu, efetivamente, em prol da sua profissão e ao serviço da República Portuguesa (pois é na condição de militar da GNR que ele é introduzido na audiência).

Um acrónimo, muito conhecido em Portugal, mas desconhecido para um leitor francês, é INEM (Audiência 1). Significa Instituto Nacional de Emergência Médica. Decidi, então, manter o acrónimo no texto de chegada, colocando logo de seguida, entre parênteses, a respetiva tradução do nome por extenso em francês: “INEM (Institut National d'Urgence Médicale)”. Contrariamente ao caso acima referido, não considerei que fosse necessário explicitar que é um organismo português, no sentido em que, no caso relatado na audiência, o organismo interveio logo após o acidente, o que claramente indica que este serviço pertence ao país onde o acidente ocorreu.

Esta questão foi igualmente levantada por mim aquando da presença do acrónimo CODU (Audiência 1), com o qual os portugueses se encontram menos familiarizados. Neste caso, o orador explica que é algo usado para “Emergência Médica”, optei, então, por colocar uma Nota do Tradutor (N. do T. em português, NDT em francês), na qual explico que CODU (Centros de Orientação de Doentes Urgentes) é “le sigle portugais pour Centres d'Oriantation de Patients Urgents”. Inclui igualmente a explicação que “Le CODU, dépendant de l'INEM, est un service portugais équivalent au SAMU français”. Penso que, desta forma, não restam dúvidas, no que diz respeito ao papel do CODU, aquando da descrição dos factos pelo orador.

Mais, casos como Núcleo de Investigação Criminal (“Cellule d'Investigation Criminelle portugaise”) e Brigada de Trânsito (“Police de Circulation portugaise”) foram facilmente resolvidos, no sentido em que decidi optar por uma tradução literal, pois, a meu ver, esta é a melhor forma de expressar o papel de cada um destes organismos no seio da comunidade civil portuguesa.



Um entrave com o qual me deparei igualmente foi a transposição do termo “coisa” para francês, nomeadamente quando este classificava um verbo (em Português, esta palavra é usada coloquialmente e na oralidade para referir os mais variados atos e objetos, nomeadamente quando o orador não se recorda do termo). Existem vários exemplos desta marca de oralidade no texto de partida: “A filha ainda teve lá a pôr-lhe ‘coisa’ com água, assim, nos lábios” (Audiência 3), “... se ele vinha adiantado mais um bocadinho, eu já não tinha ‘coisa’...” (Audiência 4), “Eles põem aqui ‘local onde coisa’...” (Audiência 4). A estratégia que adotei, para resolver estas situações, passou por procurar uma palavra adequada para o texto de partida para a poder traduzir no texto de chegada. Por exemplo, traduzi “... se ele [o carro] vinha adiantado mais um bocadinho, eu já não tinha ‘coisa’...” (Audiência 4) por “... si elle [la voiture] était venue un peu plus en avance, je ne l'aurais pas heurté”. Contudo, tal nem sempre foi possível, já que nem sempre foi exequível decifrar o que o orador procurava dizer, ao usar o termo “coisa”.

Uma diferença cultural, notável e muito marcante, entre Portugal e França é, sem dúvida, a importância dada ao uso do apelido. Por exemplo, enquanto em Portugal, e como podemos observar pela transcrição, o juiz e os advogados se dirigiam às testemunhas pelo nome próprio (“Senhor Mário”, na Audiência 1, “Senhora Doutora Rosa”, na Audiência 2, “Senhora Carina”, na Audiência 3, ou ainda “Senhor António”, na Audiência 4), em França, seria muito improvável tal acontecer, já que culturalmente, tem de se dar prioridade e relevância ao apelido. Este foi um aspeto ao qual foi necessário ter cuidado, recorrendo, na Tradução, ao apelido dos interrogados (“Monsieur Rodrigues”, na Audiência 1, “Madame Silva” na Audiência 2, “Madame Ferreira” na Audiência 3 e “Monsieur Moreira” na Audiência 4).

Por fim, embora menos frequentemente, deparei-me, aquando da tradução, com imensos termos usados na terminologia específica do domínio da agricultura ou dos veículos não motorizados. Por exemplo, o termo, no plural, “varais” (Audiência 1), do singular, “varal”, suscitou-me muitas dúvidas. Trata-se, segundo o dicionário Priberam, de “Cada uma das varas entre as quais se atrela o animal que puxa um veículo”. A resolução deste problema foi imediata, no sentido em que,

embora específico, o termo é muito utilizado e, por conseguinte, o equivalente “limonières” foi fácil de encontrar.

A nível geral, é possível afirmar que a tradução não foi pacífica, pois todos os fatores supracitados contribuíram, cada um à sua maneira, para dificultar a possibilidade de alcançar um texto de chegada de qualidade. Ainda assim, acredito que as formas encontradas, para dar resposta a estes entraves, foram as mais adequadas e permitiram chegar a um produto final que cumpre o objetivo de uma tradução: ser fiel ao texto de origem e estar ao alcance cognitivo de quem a irá ler.

## 6 Considerações finais

A elaboração deste projeto levantou algumas questões essenciais, quer relativamente à atividade de transcrição, quer à de tradução. Efetuar ambas as tarefas revelou-se, por isso, muito enriquecedor, pois permitiu que aprendesse com a prática, procurando resolver os entraves e encontrar as melhores soluções.

Se, por um lado, foi possível entender em que consistiam os vários tipos da transcrição (verbatim, verbatim inteligente e transcrição editada), também foi fácil deduzir que todos eles apresentam as suas dificuldades e os seus entraves e que, afinal, o ato de transcrever não deve ser subestimado, já que se trata de uma atividade que requer treino, experiência e alguma sabedoria. A par disto, e à semelhança da tradução, transcrever exige algum poder de decisão, tendo de escolher entre o que é importante a salientar e o que pode ser retirado, sem colocar em causa a informação exposta.

Sendo uma atividade muito utilizada na área jurídica, por permitir uma posterior análise dos pormenores dos factos relatados pelas testemunhas, ela é, na maioria dos casos, realizada por pessoas estreitamente ligadas à área do Direito, pois exige que se possua um amplo conhecimento neste domínio, para que se consiga entender as palavras proferidas, sobretudo por parte dos interrogadores.

Como tal, é possível concluir que a transcrição é uma atividade que requer bastante atenção, sobretudo quando serve de base para uma posterior tradução.

Ficou claro, com este projeto, que a transcrição e a tradução são duas atividades que se complementam. De facto, em muitas ocasiões, elas são trabalhadas de forma articulada e em simultâneo, acabando por, em algumas ocasiões, apresentar os mesmos tipos de problemas: por exemplo, a presença de expressões diatópicas (que o transcritor demora a decifrar e que o tradutor pena a encontrar os equivalentes); o surgimento de terminologia específica (que pode exigir, da parte do transcritor e do tradutor, que o termo seja confirmado antes de ser validado); as marcas de oralidade – hesitações, frases incompletas ou confusas (sendo que o transcritor deve saber transpô-las para o texto escrito e que o tradutor deve saber reproduzi-las o mais fielmente possível no texto de chegada); e até mesmo os erros que são próprios da oralidade.

No que diz respeito à tradução de transcrições, tal pode revelar-se bastante complicado. No caso deste projeto, o facto dos textos de partida serem compostos por transcrições constituiu um entrave significativo, quer no primeiro momento da tradução em si quer na obtenção de textos de chegada de qualidade. Efetivamente, e tal como já o pude explicar anteriormente, esta tarefa é indubitavelmente muito complicada, pois requer que o tradutor entenda, em primeiro lugar, a mensagem do orador – que pode, evidentemente, ser muito difícil de decifrar, sobretudo quando existem outros fatores intrínsecos à linguagem.

Assim, não se pode pôr em causa o facto de que, embora sejam independentes, a qualidade de uma tradução pode estar proporcionalmente ligada à qualidade da transcrição. Na verdade, a qualidade de uma transcrição existe quando o leitor a lê e consegue entender o que foi dito, apesar das repetições, das interjeições e dos erros.

Sempre que é requerida uma transcrição, que *a posteriori* será traduzida, o tradutor é um dos leitores da transcrição (e por vezes, o único). Nessa qualidade de leitor, o tradutor deverá ser capaz de transmitir a mensagem do texto de partida mas também facilitar a leitura e compreensão do leitor final. Como tal, quanto melhor estiver a transcrição, mais fácil será, à partida, traduzir.

Por outro lado, é impossível negar que o cenário ideal para a obtenção de uma tradução de qualidade seria que o tradutor pudesse proceder à tradução, com base na transcrição, mas podendo igualmente ter acesso ao material áudio, a partir do qual ela foi feita. Com efeito, o material áudio é o melhor contexto que o tradutor pode ter, no sentido em que, e assumindo-se que ele possui um nível de compreensão avançado da língua de partida, facilita o entendimento do discurso da pessoa que está a falar, sobretudo quando o tom é irónico, uma vez que este pode ser difícil de transmitir no discurso escrito.

Infelizmente, e como bem sabemos, existe a ideia de que os tradutores apenas necessitam de um texto escrito para traduzir e, embora não discorde totalmente com esta afirmação, a verdade é que o entendimento do contexto pode facilitar o processo da tradução. O mesmo se aplica, por exemplo, à tradução audiovisual: torna-se muito mais fácil elaborar legendas com acesso direto ao suporte digital do que ter simplesmente como base o guião.

A pesquisa efetuada sobre os *softwares* de Reconhecimento de Voz (VRS) foi, para mim, importante, pois sempre defendi o quão a tecnologia é importante na atividade da tradução e o quão é ilógico evitar o avanço da tecnologia, enquanto facilitadora da atividade. Não considero, de todo, que o facto de recorrer às tecnologias ajude à descredibilização da tradução, pois é necessário ter em mente que a tradução continua a ser efetuada pelo tradutor Homem, que recorre às capacidades cognitivas, às competências que possui sobre as línguas e os domínios. Assim, acredito piamente que, tal como as CAT-tools, os VRS poderão demorar a encontrar o seu lugar no mercado de tradução, mas que, ainda assim, constituem o futuro, nomeadamente nos casos em que, por exemplo, o cliente pede a tradução de um formato não-compatível com CAT-tools (como digitalizações de documentos, algo muito frequente na tradução jurídica) ou em que os tradutores bilingues mais corajosos optam por “interpretar” o texto de partida reescrito pelo VRS.

Embora exista alguma literatura sobre estas temáticas, maioritariamente noutras línguas, a verdade é que não é possível encontrar informação que combine a transcrição e a tradução, e sobretudo, que as apresentem na qualidade de atividades complementares e não como atividades independentes. Com este projeto, propus-me aproximar a tradução da atividade de transcrição e dos avanços tecnológicos, combinando estas tarefas com o mundo forense, já que, por muito que se investigue a recolha de dados na transcrição, essa pesquisa nunca é orientada para o mundo jurídico. No meu projeto, é interessante ver como se articulam as audiências, e sobretudo, a forma como são levadas a cabo as transcrições e as traduções, expondo um caso prático. Por outro lado, a informação sobre VRS em português é inexistente, pelo que o meu projeto vem colmatar essa lacuna.

Sem dúvida que, com este projeto, aprendi muito mais do que esperava. Antes de mais, ganhei imensas competências, no que concerne a capacidade de organização e concentração, já que elaborar um projeto desta envergadura requer muita pesquisa e vontade de aprender. Por outro lado, tendo em conta que sempre demonstrei bastante interesse na atividade da transcrição no mundo jurídico, este projeto permitiu-me abordar este tema, e aprender não só com base em resultados

de pesquisa, mas também através da própria prática. Se tivermos em conta que transcrever já é, por si só, um verdadeiro desafio, traduzir uma transcrição é uma tarefa árdua e extremamente complicada. Como tal, traduzir o texto de partida deste projeto foi a superação de barreiras e obstáculos, que culminou com o alcance da meta, que era a obtenção de um produto final de qualidade. Como tal, e como um tradutor instrui-se a cada tradução que realiza, esta tradução foi, para mim, uma verdadeira fonte de aprendizagem e instrução. Por fim, é de facto importante salientar o quão enriquecedor foi este projeto a nível jurídico. Deu-me a conhecer novos termos, novas expressões e, sobretudo, permitiu-me entender como funcionam as audiências, já que nunca tive oportunidade de assistir a uma presencialmente. Assim, e apesar de também ter melhorado as minhas capacidades transcritivas e tradutivas, o meu conhecimento sobre o funcionamento jurídico aumentou exponencialmente, o que constitui uma base sólida para o meu futuro profissional.

## 7 Referências Bibliográficas

- APAV. (n.d.). *Foste testemunha ?* Retrieved from Lead - Informar para prevenir: <http://apavparajovens.pt/pt>
- Cao, D. (2007). *Translating Law*. Clevedon/Buffalo/Toronto: Multilingual Matters.
- Código de Processo Civil*. (2009).
- Costa, A. d. (1977). *Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos : revisão de um problema histórico-linguístico*. Braga: [s.n.].
- Costa, R. P. (2011). *Ridendo Castigat Mores. A transcrição de entrevistas e (re)construção social da realidade*. Universidade de Évora & CEPSE.
- Définition de Président et Premier Président*. (n.d.). Retrieved from Dictionnaire Juridique: <http://www.dictionnaire-juridique.com/definition/president-et-premier-president.php>
- Eurologos Portugal. (2014). *Perguntas sobre traduções certificadas em notário*. Retrieved from <http://eurologos-portugal.com>
- Flick, U. (1995). *Handbuch Qualitative Sozialforschung*. Berlin: Beltz.
- French, J. (1991). *Updated notes for soundprint transcribers*. Birmingham: University of Birmingham.
- Gouadec, D. (2007). *Translation as a Profession*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins Publishing Company.
- Guerra, I. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e formas de uso*. Estoril: Príncípia.
- Halcomb, E., & Davidson, P. (2006). Is verbatim transcription of interview data always necessary? *Applied Nursing Research*, 38-42.
- Heslin, G. (n.d.). *What Is Legal Transcription?* Retrieved from Street Directory: <http://www.streetdirectory.com>
- Hickley, A. (2015). *Verbatim, intelligent verbatim or edited transcription?* Retrieved from Penguin Transcription: <http://penguin-transcription.co.uk>
- Lopes, A. P. (2011). Reflexão sobre metodologias tradutivas relacionadas com o contrato de compra e venda em inglês e português: uma perspectiva funcionalista. *eLingUp*, pp. 100-117. Retrieved from [http://cl.up.pt/elingup/vol3n1/article/article\\_9.pdf](http://cl.up.pt/elingup/vol3n1/article/article_9.pdf)
- Magro, C., Carrilho, E., Eliseu, A., Lobo, M., Martins, A. M., & Pereira, S. (2007, Julho). *Normas de Transcrição*. Retrieved from Centro de Linguística da Universidade de Lisboa: [http://www.clul.ul.pt/english/sectores/variacao/cordialsin/manual\\_normas.pdf](http://www.clul.ul.pt/english/sectores/variacao/cordialsin/manual_normas.pdf)
- Matheson, J. L. (2007, dezembro). The Voice Transcription Technique: Use of Voice Recognition Software to Transcribe Digital Interview Data in Qualitative Research. *The Qualitative Report*, 12, pp. 547-560.
- Mounin, G. (1963). *Les problèmes théoriques de la traduction*. Paris: Éditions Gallimard.
- Patton, M. Q. (2002). *Qualitative Research & Evaluation Methods*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage Publications.

- Poland, B. D. (1995). Transcription quality as an aspect of rigor in qualitative research. In *Qualitative Inquiry* (pp. 290–310).
- Porto Editora. (2015). Retrieved from Infopédia.
- Priberam. (2015). *Dicionário Priberam da Língua Portuguesa*. Retrieved from [www.priberam.pt/dlpo/](http://www.priberam.pt/dlpo/)
- Quicksilver Translate Company. (n.d.). *Types of Transcription*. Retrieved from Quicksilver Translate: <http://www.quicksilvertranslate.com>
- QuickSilver Translate. (n.d.). *Types of Transcription*.
- Ramilo, M. C., & Freitas, T. (2002). Transcrição ortográfica de textos orais: problemas e perspetivas. In I. M. Duarte, J. Barbosa, & T. H. Sérgio Matos, *Encontro Comemorativo dos 25 anos do Centro de Linguística da Universidade do Porto* (Vol. 2, pp. 55-67). Porto,: Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Reichmann, T. (2007, Jan./Mar.). Os desafios da tradução jurídica na área penal. *Revista CEJ*, pp. 92-97.
- Sousa, A. F. (2007). *Fundamentos da Tradução Jurídica Alemão-Português (Com incidência especial no direito administrativo)*. Tese de Doutoramento: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- TheLawDictionary.org. (n.d.). *What is Legal Value*. Retrieved from The Law Dictionary: <http://thelawdictionary.org/legal-value/>
- União Europeia. (2015). *Encontrar um tradutor jurídico ou um intérprete*. Retrieved from E-Justice - Portal da Justiça da União Europeia: <https://e-justice.europa.eu/>
- Vilela, M. A. (1989). O conceito de Tradução em De Optimo genere interpretandi de São Jerónimo, Leal Conselheiro de D.Duarte e Sendbrief vom Solmetschen de Martinho Luther". In *Congresso internacional Bartolomeu Dias e a sua época* (pp. 489-501). Porto: Universidade do Porto.
- What is intelligent Verbatim transcription*. (2011). Retrieved from iVerbatim - My Language blog: <https://iverb.wordpress.com/>







# Apêndices



**Nota:** os apêndices consistem na transcrição e tradução de uma totalidade de 4 audiências, num total de 15 677 palavras, que perfazem 1 hora e 53 minutos. O caso em julgamento diz respeito a um acidente de viação que ocorreu na localidade da Presa, concelho de Mira, distrito de Coimbra, a 6 novembro de 2007, e que envolveu um veículo de tração animal e um veículo ligeiro, sendo que, pelos motivos enumerados no decorrer das audiências (tal como a falta de sinalização), o segundo veio a colidir com o primeiro, que circulava à sua frente. Deste acidente, resultou um morto.

Nestas audiências, são chamadas a depôr várias testemunhas, de forma a apurar a responsabilidade, para resolver o litígio entre as seguradoras dos envolvidos.

Todos os dados considerados confidenciais, isto é, nomes, moradas, matrículas ou nomes de empresas foram alterados ou ocultados.

Audiência	Duração	Número de palavras		Interrogado (I2)	Interrogadores
		Texto de Partida	Texto de Chegada		
1	37m00s	4 690	5 632	Mário Rodrigues	I1: Juiz I3: Advogado I4: Advogado
2	15m31s	2 028	2 256	Rosa Maria Silva	
3	23m47s	3 227	3 878	Carina Ferreira	
4	37m36s	5 732	6 841	António Moreira	
<b>Total:</b>	<b>113m54s</b>	<b>15 677</b>	<b>18 607</b>		

De forma a facilitar a compreensão da transcrição e da tradução, foi criado o seguinte esquema de cores, sendo que cada uma corresponde a um interveniente:

I1:	Entrevistador 1 (Juiz)
I2:	<b>Testemunha Ocular</b>
I3:	Entrevistador 2 (Defesa)
I4:	Entrevistador 3 (Acusação)



# **Apêndice I – Transcrições**





**Audiência nº 1**

**Duração:**

**37:00**

**Intervenientes:**

- I1:** Entrevistador 1 (Juiz)
- I2:** Testemunha Ocular
- I3:** Entrevistador 2 (Defesa)
- I4:** Entrevistador 3 (Acusação)

I1:	Então muito bom dia. Vai-me dizer o seu nome completo.
I2:	<b>Mário Rodrigues<sup>1</sup>.</b>
I1:	O seu estado civil?
I2:	<b>Casado.</b>
I1:	Portanto, é militar da GNR?
I2:	<b>GNR, sim.</b>
I1:	E presta funções aqui no posto de...
I2:	<b>... de Mira.</b>
I1:	...de Mira, sim, senhor. Senhor Mário, sabe porque é que vem hoje aqui a tribunal?
I2:	<b>Sim, sim.</b>
I1:	Portanto, discute-se aqui um acidente de viação...
I2:	<b>Sim, sim.</b>
I1:	... do qual resultou a morte de um Senhor que manipulava, por assim dizer, ou conduzia um veículo transanimal...
I2:	<b>Sim, sim, Senhor Doutor.</b>
I1:	... o Senhor Pedro Moreira <sup>2</sup> . O Senhor recorda-se deste acidente?
I2:	<b>Sim, sim.</b>
I1:	Teve alguma intervenção nele?
I2:	<b>Sim, sim.</b>
I1:	Tomou conta do acidente e fez a respetiva participação?
I2:	<b>Sim.</b>

I1:	Sim, senhor. E na qualidade de testemunha que vai ser ouvido, tem o direito de responder com verdade ao que lhe for perguntado.
I2:	<b>Correto.</b>
I1:	Sob pena de praticar um crime, então pergunto se jura por sua honra que vem dizer a verdade.
I2:	<b>Correto.</b>
I1:	Pode sentar, então. Faça favor, Senhor Doutor. Será que matéria então, Senhor Doutor?
I3:	Senhor Doutor, 1 a 17, 24 e 32 a 37.
I1:	Senhor Doutor, faça favor.
I3:	O Senhor Rodrigues é que tomou conta daquele acidente ali no Corticeiro?
I2:	<b>Na Presa, Senhor Doutor.</b>
I3:	Na Presa, sim, senhor. Olhe, então, foi lá chamado, não é? Recebeu comunicação no posto, presumo eu que seja. E foi para lá.
I2:	<b>Sim, solicitado pelo CODU*.</b>
I3:	Pelo CODU?
I2:	<b>É de Emergência Médica.</b>
I3:	Ah sim, está bem. Pronto, e quando lá chegou, o Senhor fez aqui este croqui.
I2:	<b>Sim, sim.</b>
I3:	Já agora, este croqui que o Senhor fez, que eu juntei aqui como documento nº 1, juntamente com a petição que está assinada por si... Posso-lhe mostrar só para confirmar, já agora!

<sup>1</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

<sup>2</sup> Nome fictício para proteger os dados da vítima.

\* N. do T.: CODU são os Centros de Orientação de Doentes Urgentes.

I1: É este, pode chegar aqui, já agora.  
Com licença, por favor.  
É esta a participação que fez e, portanto, é a sua assinatura?

**I2: Correto.**

I1: Muito bem.

I3: Pronto. Então, confirmando isto, as perguntas já são menos porque, o Senhor escreveu aqui, em relação a danos nos veículos, na carroça “não foi possível verificar quais os danos, devido à carga que transportava a ocultar o veículo”. No veículo nº2, escreve o Senhor, que é o automóvel, “a frente e lateral direita estavam danificadas”.  
Portanto, é para nós vermos a dinâmica do acidente.

**I2: Correto.**

I3: Quer dizer, portanto, o que aparenta, o Senhor vê o veículo, logo a seguir o que está danificado, digamos, é a parte direita da frente do veículo. Então e o que é que o Senhor, quando chegou lá, viu? Primeira coisa: aquilo é uma reta, mas grande ou pequena? É uma reta de quantos metros mais ou menos? Eu conheço o local, mas o Senhor é que tem que responder.

**I2: (risos) Sim, aquilo tem uma ligeira curva em cima e depois a reta.**

I3: Certo. Terá 200 metros?

**I2: Menos.**

I3: Menos de 200 metros, mas 150 metros tem?

**I2: Sim, mais ou menos.**

I3: Está referida que a Senhora Doutora requis uma inspeção, e que o tribunal depois diria de sua própria justiça, pronto.  
Pronto, 150 metros!  
Olhe... e então o acidente, pergunto eu, foi dentro da população da Presa?

**I2: Sim, sim.**

I3: Isto também é importante. Num sítio onde está um aglomerado de casas, não é?

**I2: Sim. É um bairrozinho novo, agora não há muitas casas, mas é na população.**

I3: Se está dentro das placas da população, é dentro da população!

**I2: Dentro da localidade.**

I3: Pronto. Bem, os veículos vinham no sentido, diz aqui, deixe-me ver...  
Corticeiro de Cima - Presa.

**I2: Corticeiro de Baixo!**

I3: Será?

**I2: Sim, porque Corticeiro de Cima é Cantanhede.**

I3: Aqui está especificado Corticeiro de Cima, mas pronto, é Corticeiro – Presa, não é?

**I2: Sim, é.**

I3: Já tinham entrado dentro da população da presa?

**I2: Correto.**

I3: Pronto. Estavam numa reta e agora eu pergunto: estavam na reta mais para o lado da Presa? Mais para o lado do Corticeiro? Ou sensivelmente a meio?

**I2: Sensivelmente a meio. Há lá um campo de futebol...**

I3: Sim, senhor.

**I2: Depois há duas casas, agora, que são novas...**

I3: Sim, senhor.

**I2: Sensivelmente a meio!**

I3: Sensivelmente a meio, pronto. O Senhor aqui nem põe as curvas na sua fotografia, mas depois vamos à inquirição daqueles Senhores da brigada. O que eles fazem agora, com fotografias e tudo, simplificam muito mais o trabalho dos tribunais do que antigamente.  
Então pronto, muito bem, Senhor Rodrigues, o acidente ocorre sensivelmente - vamos calcular a reta sensivelmente no mínimo de 150 metros -, digamos sensivelmente a meio, os veículos tinham andado cerca de 65 metros, mais ou menos, não vou medir...

**I2: Sim, sim...**

I3: Mas pronto, é sensivelmente a meio da reta, teriam andado coisa de 65 metros.  
Olhe e então, como é que ele estava?  
Já disse onde é que estava danificado o outro veículo, já disse que era no meio da reta. Mas agora, em que sítio estavam os veículos que o Senhor verificou?

**I2: Vindo do...**

I3: Como é que estavam na posição? Já se sabe que estavam sensivelmente no meio da reta, vá...

**I2: Estava um virado, o condutor do animal, “assim”.**

I3: “Assim”, o que é que o Senhor quer dizer com “assim”?

**I2: Atravessado na faixa de rodagem. E o outro encostado a ele da parte esquerda.**

I3: Sim, senhor. Da parte esquerda, quem vem do Corticeiro para a Presa?

**I2: Sim.**

I3: Mas depois, o Senhor averiguou qual era o sentido - eu creio que isto esteja já assente - dos veículos, certo?

**I2: Sim, sim. Exatamente, era o mesmo sentido.**

I3: Era o mesmo sentido. Portanto, vinham da...  
**I2: ...do Corticeiro para a Presa.**  
 I3: E o carro da carroça estava virado ao contrário?  
**I2: Sim.**  
 I3: Estava atravessado.  
**I2: Sim.**  
 I3: Então o que é que o Senhor concluiu para ela se virar assim ao contrário?  
**I2: Que possivelmente a pancada fosse do lado esquerdo da carroça.**  
 I3: Pronto, mas uma pancada com a frente direita do automóvel, na parte esquerda da carroça.  
**I2: Possivelmente que fosse uma ultrapassagem.**  
 I3: Pronto.  
**I2: Vendo o acidente, não é?**  
 I3: Pronto, é uma assunção sua.  
**I2: Sim, é uma assunção minha.**  
 I3: Agora o que digo é o seguinte: o Senhor aí já é experiente porque já tem cabelos brancos como eu. Não tem tantos como eu, mas já tem alguns. Se o carro vem no mesmo sentido de trás e lhe dá com a frente direita, a pancada, pergunto eu, foi uma pancada fraca ou teve que ser uma pancada violenta para o Senhor encontrar os veículos assim?  
**I2: Eu, no meu ponto de ver, foi forte porque rodopiou o veículo.**  
 I3: Sim, senhor. É isso mesmo. E mais essa ideia que o Senhor conhece também as velocidades, eu agora vou-lhe fazer uma pergunta: o Senhor acha que era possível que ele viesse a 40 ou a 50 km/h bater na traseira, fazer aquele estrago ao veículo e fazê-la rodopiar assim, à carroça? Tem experiência disso...  
**I2: Sim.**  
 I3: Sabe o que é andar a 40 e a 50?  
**I2: Sim. Penso que não faria aquele tipo de “coisa”.**  
 I3: A carroça ia carregada ou ia sem nada?  
**I2: Com mato.**  
 I3: Com mato?  
**I2: Sim.**  
 I3: Pronto, a carroça ia carregada.  
**I2: Mas também o veículo, ao bater no animal, assustou-se e possivelmente fugisse, também...**  
 I3: Também pode.

**I2: Claro.**  
 I3: Sim, senhor. O Senhor sabe em que sítio é que a vítima ia? Se ia à frente, se ia ao lado, se ia atrás...  
**I2: Não.**  
 I3: Não sabe? Pronto, quando chegou já estava...  
**I2: Sim, sim. Isso aí, não sei.**  
 I3: Estava lá gente quando o Senhor chegou?  
**I2: Sim, sim.**  
 I3: O Senhor pôs aqui no croqui que tem 7,10 metros de largura, o Senhor confirma que a largura da faixa de rodagem é 7,10?  
**I2: Sim, sim.**  
 I3: E tem passeios ou não?  
**I2: Tem, tem passeios.**  
 I3: Sabe a medida dos passeios?  
**I2: Isso agora não faço a mínima ideia.**  
 I3: Está bem.  
**I2: Sempre metro e meio, mais de metro e meio.**  
 I3: Não, o Senhor tem aqui, pronto. Confirma 1,40 metro?  
**I2: Sim, sim.**  
 I3: Mediu também os passeios, sim, senhor. É dos dois lados que havia?  
**I2: Sim, sim, é dos dois lados.**  
 I3: Olhe e aquela estrada ali, quando chegou, estava em bom estado de conservação? Estava normal? Boa?  
**I2: Normal.**  
 I3: Normal?  
**I2: Sim. Estava arranjada.**  
 I3: Portanto já explicou que estava rodeado de casas, e aquilo tinha casas de habitação de um lado e de outro ou só de um lado?  
**I2: Não, de um lado só, na altura.**  
 I3: Agora já é dos dois?  
**I2: Sim, sim.**  
 I3: Então de um lado havia casas e do outro lado o que é que tinha?  
**I2: Quintais, quintais de cultivo, um poço, onde até estava o animal...**  
 I3: Sim, senhor...  
**I2: Um poste...**  
 I3: Pronto. Quintais de cultivo de um lado e do outro lado, eram casas de habitação.

**I2: Sim, sim. Uma ou duas casas só, e o local onde ficou os veículos eram os terrenos.**

I3: Sim. Portanto, tinha algumas casas...

**I2: Sim, sim, antes e depois.**

I3: Pronto, de um lado da reta, e do outro lado, quintais. E era dentro da localidade da Presa, o Senhor não tem dúvidas?

**I2: Não, não tenho dúvidas.**

I3: Olhe, o tempo como é que estava na altura? Se tem chovido ou estava normal?

**I2: Já não faço a mínima ideia. O que está escrito aí...**

I3: Pronto, o Senhor já não sabe. Sim, senhor.

I1: Quando diz aqui “Estado do tempo: Bom”, é porque estava bom.

I3: Claro.

I1: Senão, não teria dito...

I3: Está bem.

I1: Se estivesse a chover, a nevar...

**I2: Sim, anoto sempre o estado do tempo.**

I3: Sim, senhor. Obrigado, Senhor Doutor, nem tinha visto esta nota. O Senhor pôs ali que era bom. Pronto. Portanto, essa reta que diz aqui que é de 150 metros, era iluminada ou não? Com candeeiros de iluminação?

**I2: No local do acidente, não havia qualquer iluminação. Neste momento, há. Após o acidente, nessa reta, na ligeira curva, já começam os postes de iluminação elétrica.**

I3: O acidente foi em...

**I2: Em novembro, salvo erro.**

I3: Nós temos aqui um documento que eu posso... [Murmúrios Incompreensíveis]  
“corresponde a 2008, que o comando de iluminação pública do lugar da Presa é feito através de célula fotoelétrica, o ato de acender e apagar a iluminação é feito automaticamente com o sol posto e o nascer do sol, respetivamente”.

**I2: Sim, Senhor Doutor, mas naquela altura não havia lá iluminação qualquer. Está agora, mas depois das casas feitas agora. Na altura do acidente, ali não havia...**

I3: Tem a certeza? Que na altura, não havia iluminação?

**I2: Os postes estavam lá!**

I3: Pronto.

**I2: Mas iluminação não havia!**

I3: Candeeiros de iluminação pública em fila contínua separados de 30 metros um do outro?

**I2: Na altura do acidente, não havia iluminação.**

I3: O Senhor conferiu isso? Lembra-se disso?

**I2: Eu escrevi até na participação.**

I3: Deixe-me ver, já agora.

**I2: Estou recordado que escrevi. As declarações do condutor também acho que falam nisso.**

I3: É, o condutor é que disse “Local sem iluminação”. [Murmúrios Incompreensíveis].  
“Na descrição do acidente, no local à data do acidente, não havia qualquer tipo de iluminação”.

**I2: Sim, sim.**

I3: O que diz o condutor, são as declarações do condutor.

I4: Não, depois das declarações, Senhor Doutor, tem dois pontos.

I3: “Circulava no sentido... à minha frente... no carro...”

#### [Murmúrios Incompreensíveis]

I4: No parágrafo, após as declarações!

I3: Sim, sim... “No local, não havia qualquer tipo de sinalização”.

I4: É sinalização? Ah, exatamente, sinalização...

I3: Já agora, a que sinalização é que o Senhor se refere, que não havia?

**I2: Refere-se ao veículo. Ia mal sinalizado, com um...**

I3: Ah, havia sinalização de limites de velocidade?

**I2: Sim, atrás, havia.**

I3: Atrás! Mas já vamos a isso. Portanto, no local não encontrou nenhuma sinalização do veículo...

**I2: Sim, sim.**

I3: Desculpe-me lá, mas então os postes de iluminação estavam lá...

**I2: Estavam.**

I3: Então e não funcionavam?!

**I2: Luz elétrica não tinha.**

I3: Então como é que era? Era luz só das casas que estavam lá?

**I2: Sim, sim. Na altura do acidente, nessa data do acidente, não havia qualquer iluminação elétrica pública.**

#### [Interferências]

I3: Não?! Então a câmara pôs lá os postes e não punha aquilo a funcionar? Não? As pessoas tinham lá os postes só para...

I2: Aquilo havia só lá duas casas na altura. E estavam em construção ainda.

I3: Mas os postes estavam lá?

I2: Os postes estavam.

I3: Mas tinha as lâmpadas?

I2: Sobre isso é que já não me recordo. Os postes estavam porque eu medi um poste.

I3: Pois mediu. O Senhor pôs aqui o poste de iluminação.

I2: Sim, exatamente! Eu recordo-me do acidente...

I3: Você diz assim “ponto fixo inalterável: poste de iluminação”.

I2: Sim!

I3: Então e o poste de iluminação que o Senhor meteu aqui não dava luz?

I2: Não tinha luz, não.

I3: Então não era um poste de iluminação, era um poste. Certo?

I2: Certo. Mas nós identificamos sempre os postes como...

I3: Sim, senhor. Olhe, mas pergunta-se aqui...

I2: Costumávamos meter o número do poste e tudo, e aí acho que não pus o número do poste. Os postes têm um número. Mas sei qual é o poste.

I3: Sim. Então vá. Então aqui está prejudicado, perguntava-se aqui se estavam acesos ou não, o Senhor disse que, na altura, que não, que eles ainda não acendiam.  
O Senhor depois tomou conta do acidente, falou com o condutor, conhecia o condutor?

I2: Sim, sim.

I3: Era daqui, não era? Daqui, desta zona...

I2: Sim, era de Mira, vá.

I3: Pronto, e o que é que ele lhe disse? O Senhor pôs aqui...

I2: As declarações que ele descreveu.

I3: Mas digo não em relação ao acidente, em relação a...

[Interferências]

I3: De onde é que ele vinha, o que é que ele ia fazer, naquele momento?

[Interferências]

I3: ...daquela situação que o Senhor falou na altura, isto era novembro...

[Interferências]

I3: E era dia ou já era noite?

I2: Noite, eram 18 e tal. De inverno já é escuro. Escurito.

I3: Sim, pronto.

[Interferências]

I3: Onde está o veículo automóvel? O outro já disse que estava atravessado. Com danos na frente, o Senhor disse que parece que foi ao ultrapassar.

[Interferências]

I3: Mas calcula porquê? Foi uma conclusão sua ou falou com ele?

I2: Não, não, foi uma conclusão minha.

I3: Foi uma conclusão sua?

I2: Sim, sim. Porque com a posição do veículo, para mim, dá-me a ideia que ele, possivelmente, fosse efetuar uma ultrapassagem. Porque o Senhor disse que, antes dele, acho que foi no cruzamento com um veículo automóvel...

[Interferências]

I2: ...que não se apercebeu do veículo que ia à frente, portanto.

I3: Não o viu?

I2: Viu!

I3: Mas isso foi o Senhor que falou com o condutor do veículo?

I2: Sim, sim.

I3: Portanto, ele disse que não viu o vulto que ia à frente?

I2: Sim, que fez um cruzamento e depois, que não viu o carro, antes do acidente.

I3: Sim, então não lhe disse que era ultrapassagem?

I2: Não, não. Não falou em ultrapassagem! Se ele ia a ultrapassar...

I3: Mas ele diz que não viu o vulto, o que é isso do vulto?

I2: Não viu a carroça...

I3: Não viu a carroça!

I2: Sim!

I3: A carroça era grande... e via-se.

I2: Mas sem sinalização... Provavelmente ao cruzar, não via-se a carroça...

I3: Sim Senhor...

I1: Referiu, se eu bem percebi, que tinha sido encandeado por um outro veículo.

I2: Correto, Senhor Doutor.

I3: Sim, senhor. Ora bem, e o Senhor viu lá se havia sinais de travagem?

I2: Não.

I3: Não havia sinais de travagem?

<b>I2:</b>	<b>Não.</b>
I3:	Pronto, então da conversa que teve com ele, ele não viu e bateu! Ele não se pôde desviar nem reduzir a velocidade.
<b>I2:</b>	<b>É possível.</b>
I3:	Não havia rastros de travagem?
<b>I2:</b>	<b>Não, no local, não.</b>
I3:	No local, não. Olhe e agora diz-se aqui que, antes de entrar na reta, o veículo quando sai da curva, tinha lá dois sinais de velocidade. Que sinais eram esses? Sabe?
<b>I2:</b>	<b>Não faço a mínima ideia.</b>
I3:	Então, mas o Senhor tinha que lá ir ver. Não, Senhor Rodrigues?
<b>I2:</b>	<b>Na altura, não fui.</b>
I3:	Bem, se estava dentro da Presa, devia ter o de 50km, não é? Mas disse que havia lá outro, de aproximação de curva e contracurva. Não tem ideia?
<b>I2:</b>	<b>Não.</b>
I3:	Se não tem ideia...
<b>I2:</b>	<b>Não, não faço a mínima ideia.</b>
I3:	Pronto. Era dentro de povoação, o Senhor sabe que tinha lá o sinal de limite de 50 km/h?
<b>I2:</b>	<b>Não, não sei.</b>
I3:	Não sabe? E também não sabe...
<b>I2:</b>	<b>Verifiquei que estava dentro da localidade, depois...</b>
I3:	Certo!
<b>I2:</b>	<b>...ou estar ou não estar...</b>
I3:	Mas podia estar, também, não era? Era mais um... Olhe! Mas disse aqui que estava lá outro ainda! Havia ali, na reta, alguma situação que justificasse uma diminuição acentuada de velocidade? Não tem ideia de ter lá uma placa de 40 km/h?
<b>I2:</b>	<b>Não, não tinha ideia.</b>
I3:	Não há uma escola nem nada?
<b>I2:</b>	<b>Não, ali não, está um campo de futebol, mas isso é antes.</b>
I1:	Já agora, é capaz de chegar aqui, visionando uma fotografia talvez... Importa-se de chegar aqui se faz favor?

**[Interferências]**

I1:	... reportagem fotográfica que foi feita aqui pela Brigada de Trânsito. Portanto, o acidente terá sido nesta reta, neste sentido Corticeiro – Presa, e eu vejo aqui um sinal de 40 km, com a tal curva e contracurva aqui em cima. Recorda-se da existência...
<b>I2:</b>	<b>Não...</b>
I1:	Não tem mesmo ideia nenhuma? Mesmo olhando para aqui...
<b>I2:</b>	<b>Sim, sim, não tenho ideia, Senhor Doutor.</b>
I1:	Sim, senhor.
<b>I2:</b>	<b>Não tenho ideia nenhuma.</b>
I1:	Muito obrigado. Pode-se sentar.
<b>I2:</b>	<b>Está lá, mas... não tenho ideia!</b>
I3:	O Senhor Doutor permite?
I1:	Faça favor, Senhor Doutor.
I3:	Sim, mas se estivesse lá aquele sinal de 40 km/h, é uma velocidade em relação a 50, quer dizer... os danos no veículo e na carroça não eram aqueles... a 40 km/h.
<b>I2:</b>	<b>Depende também do ângulo onde bateu o carro. Pode ser naquela roda de ferro do animal.</b>
I3:	Mas os danos do carro que o Senhor aqui pôs, lembra-se dos danos do carro?
<b>I2:</b>	<b>Sim, sim. O farol e o para-choques, salvo erro.</b>
I3:	Certo. E agora, estou-lhe a dar os danos do carro.
<b>I2:</b>	<b>Sim.</b>
I3:	A 40 à hora, um carro que bate numa carroça, não produz aqueles danos. Ou produz?
<b>I2:</b>	<b>Acho que não.</b>
I3:	Acha que não... Mas pronto, o Senhor entende...

**[Murmúrios Incompreensíveis]**

<b>I2:</b>	<b>Acho que não, não sou perito nisso.</b>
I3:	É perito na...
<b>I2:</b>	<b>Nisso não, nesse caso não sou.</b>
I3:	Está bem, mas anda aí a vistoriar, a ver os excessos de velocidade.
<b>I2:</b>	<b>(risos) Isso é outro caso, Senhor Doutor!</b>
I3:	Olhe e depois o cadáver... O cadáver não, porque ele não morreu aí, depois ainda foi para o hospital.
<b>I2:</b>	<b>Sim, sim.</b>
I3:	Mas ele ainda foi com vida para o hospital.

I2: **Sim, sim, sim.**

I3: Portanto, o Senhor não viu o...

I2: **Não não, cheguei ao local, ele estava já na ambulância...**

I3: Sim, senhor.

I2: **... do INEM, portanto não contactei a vítima.**

I3: Sim, senhor. Então o carro ia a carregar o quê? Já disse...

I2: **Mato. Agulhas... é mato!**

I3: Sim.

I2: **Estrume para os animais.**

I3: Para os animais comerem?

I2: **Não não!**

I3: Para se deitarem em cima?

I2: **Sim!**

I3: E...

**[Murmúrios Incompreensíveis]**

I3: Na alegação da ilustre [incompreensível], disse que a iluminação era escassa.

Senhor Doutor, está feito, mas eu iria requerer uma coisa, mas pode ser no fim, Senhor Doutor.

I1: Muito bem, Senhor Doutor. Então, se calhar, dávamos a instância agora à colega.

I3: Sim Senhora.

I1: E depois então, Senhor Doutor...  
Faça favor, Senhora Doutora.

I4: Senhor Mário.

I2: **Diga.**

I4: Nós temos aqui fotografias junto aos atos dos veículos, mas eu ia-lhe pedir que descrevesse o veículo de tração animal. Primeiro, tem ideia qual era o animal que estava a puxar?

I2: **Sim, sim. Era uma vaca.**

I4: Era uma vaca...

I1: Senhora Doutora, já agora, esta testemunha também é sua?

I4: Não.

I1: Não?

I4: Não, é só mesmo contra-instância, Senhor Doutor.  
Portanto, o veículo de tração animal estava a ser puxado por uma vaca.  
É isso?

I2: **Certo.**

I4: Olhe nós temos aqui fotografias, não do animal, mas do veículo. Isto era em madeira? O veículo era em madeira?

I2: **Sim. Em madeira com...**

**[Interferências]**

I4: Tem ideia de qual será o peso de um veículo destes?

I2: **Não faço a mínima ideia.**

I4: Não faz a mínima ideia... Olhe, e o veículo automóvel, tem ideia de qual era o veículo automóvel? Tem aqui descrito como um ligeiro de passageiros, mas recorda-se qual era o veículo?

I2: **Uma carrinha...**

I4: Era uma carrinha!

I2: **De oito lugares, salvo erro. De transporte.**

I4: Nós temos aqui uma Renault Trafic, é isso?

I2: **Sim, sim.**

I4: Também temos fotografias. Olhe, também no âmbito das suas competências e como perito que é, e como referiu o meu colega, que faz este tipo de serviço diariamente, não sabe dizer também o peso da carrinha?

I2: **[Murmúrios]**

I4: Mas diga-me uma coisa: Essa carrinha Renault Trafic será mais pesada que o veículo de tração animal?

I2: **Sim, sim. Há dúvidas?**

I4: Bastante mais pesada?

I2: **Bastante mais pesada!**

I4: O que pode querer dizer que basta um ligeiro toque de uma carrinha num veículo de tração animal, que só tem aquela madeira em cima, para fazer mover o veículo de tração animal? É verdade?

I2: **Depende da pancada, de como for a pancada.**

I4: Sim, mas vamos falar só em termos de comparação de pesos.

I2: **Sim, sim.**

I4: É muito mais pesada a carrinha?

I2: **É muito mais pesada.**

I4: Olhe, o Senhor falou aí, e eu peço desculpa, que estava aqui a tomar notas, que o condutor do veículo automóvel tinha dito que tinha sido encandeado.

I2: **Sim, fez um cruzamento com um veículo antes do acidente.**

I4: Olhe, as declarações prestadas pelo condutor, que estão aqui feitas por si, o que dizem é que circularia em máximos, como se cruzou antes com um veículo, passou a circular com médios. Foi isto que ele lhe disse ou não foi?

**I2: Senhora Doutora, se está escrito, é o que ele disse.**

I4: Pronto, o que diz aqui é assim “circularia à minha frente o carro de tração animal, com uma carrada de mato, sem qualquer sinal de sinalização à retaguarda ou outras luzes, sendo o local sem qualquer iluminação”.

**I2: Isso sei eu.**

I4: “Pouco antes do acidente, cruzei-me com um carro que circularia em sentido oposto, tendo sido forçado a baixar os médios, de forma que, na circunstância era-me totalmente impossível ver o obstáculo”. Foi isto ou não foi isto que o condutor lhe disse?

**I2: Sim! Se está escrito as declarações, é essas!**

I4: Quando fala em encandeamento, não lhe foi dito, em altura alguma, pelo condutor, que tinha sido encandeado, ou foi?

**I2: Não. Que cruzou com um veículo...**

I4: Isto é mais uma conclusão do colega.

**I2: Sim, sim, eu é que supunha isso.**

I4: Supõe, pronto.

**I2: Ao cruzar!**

I4: Mas ninguém lhe disse que tinha havido encandeamento?

**I2: Não.**

I4: Muito menos do condutor do veículo seguro?

**I2: Não.**

I4: Olhe, por último, o Senhor já descreveu, mas eu queria que fosse um bocadinho mais pormenorizado. Quando chegou ao local, qual era a posição dos veículos? E a primeira pergunta é: eles estavam juntos? Estavam embatidos? Havia uma distância entre eles? Como é que estavam?

**I2: Estavam juntos.**

I4: Estavam juntos...

**I2: Como está no croqui.**

I4: Exatamente como está no croqui.

**I2: Sim, Senhor, exatamente.**

I4: Já referiu que não havia rastros de travagem. Olhe, este esboço não está feito à escala...

**I2: Não, não é possível.**

I4: Isso às vezes pode-nos dar aqui alguma falsa ilusão de como é que isto está.

**I2: Sim, sim.**

I4: O veículo de tração animal, pelo desenho que nós temos aqui, que não está à escala, parece-nos que está meio-meio, entre a berma e a faixa de rodagem. É assim?

**I2: Sim. Portanto, os varais do carro estavam num caminho, numa entrada.**

I4: Os varais? Aquela parte do meio...

**I2: ... parte onde vai o animal dentro!**

I4: E só a parte onde estaria o mato é que...

**I2: ... estava na faixa de rodagem!**

I4: Olhe, tem ideia que essa parte que estava na faixa de rodagem ocuparia mais ou menos quanto espaço da faixa de rodagem? Com aquele croqui, não conseguimos perceber. Estava a ocupar a faixa de rodagem totalmente?

**I2: Não.**

I4: Não?

**I2: Estão aí as medidas, Senhora Doutora.**

I4: Estão aqui as medidas, mas...

**I2: Eu agora não...**

I4: Nós temos aqui as medidas da largura da faixa de rodagem...

**I2: Essas foram as medidas que mediram!**

I4: ... que teria 7,10 metros.

**I2: Sim.**

I4: O Senhor, as medidas que tirou, foi da berma contrária até onde estaria o veículo ligeiro. Temos aí uma medida de 3,60 metros. Portanto, aqui não temos dúvidas que todo o acidente se dá dentro da faixa de rodagem, onde circulavam os veículos.

**I2: Ambos os veículos!**

I4: Ambos os veículos.

**I2: Sim, sim.**

I4: Do Corticeiro de Cima para a Presa. O que eu queria saber era se tem ideia se, destes 3,55 metros que tinha a faixa de rodagem...

**I2: Sim sim, estou a perceber.**

I4: Qual seria mais ou menos o espaço...

**I2: A distância a que estava dos veículos o animal...**



I4: Exatamente.

**[Interferências]**

I4: E o Senhor também, numa das suas conclusões, e percebeu que era uma conclusão sua, uma ideia sua...

**[Interferências]**

I4: Mas o veículo automóvel estava dentro da faixa de rodagem, por onde circulava?

**I2: Sim, sim. Estava.**

I4: Estava exatamente como está aqui.

**I2: Exatamente como está no croqui.**

I4: Não saiu de dentro da sua faixa de rodagem?

**I2: Estava no local do acidente...**

I4: E por último, tem ideia da largura dos veículos? Se calhar a pergunta mais fácil é dizer: a carrinha, o veículo ligeiro era muito mais largo, era igual, era menos largo que o veículo de tração animal?

**I2: Possivelmente é mais largo. Mas como ia com muito mato, saia fora da carroça. Possivelmente era mais largo do que o veículo automóvel. Com a carga!**

I4: Ou seja, o que me está a dizer é que a diferença não deve ser grande, para começar. Mas acha que com a carga que o veículo levava seria mais largo até do que o próprio veículo?

**I2: Sim, sim.**

I4: Olhe, a carga que levava era mato, já disse.

**I2: Sim, agulhas, mato.**

I4: Mas já referiu que não havia qualquer iluminação pública na via pública.

**I2: Sim.**

I4: E que também quando descreve aqui que “no local, à data do acidente, não havia qualquer tipo de sinalização, se queria referir...

**I2: ... ao veículo!**

I4: De tração animal?

**I2: Sim, de tração animal.**

I4: E também não tem dúvidas que não tem qualquer sinalização...

**I2: Não tenho qualquer dúvida!**

I4: ... não tinha um pirilampo, não tinha... Não tinha nada!

**I2: Sim, sim.**

I4: E estava carregado com mato que, vou-lhe perguntar qual era a cor, mais ou menos? Era uma cor escura? Clara?

**I2: Escura.**

I4: Madeira? Castanho-escuro?

**I2: Sim, sim, escuro.**

I4: Senhor Doutor, eu não desejo mais nada.

I1: Senhores Doutores, dispensam então esta testemunha?

I3: Sim, sim, Senhor Doutor.

I1: Muito bem. O seu depoimento termina então neste momento...

**[Interrupção]**



**Audiência nº 2**

**Duração:**  
**15:31**

**Intervenientes:**  
**I1:** Entrevistador 1 (Juiz)  
**I2:** Testemunha Ocular  
**I3:** Entrevistador 2 (Defesa)  
**I4:** Entrevistador 3 (Acusação)

I1:	Muito bom dia.
I2:	<b>Bom dia.</b>
I1:	Vai-me dizer o seu nome completo?
I2:	<b>Rosa Maria Silva<sup>1</sup>.</b>
I1:	O seu estado civil?
I2:	<b>Casada.</b>
I1:	Profissão?
I2:	<b>Advogada.</b>
I1:	E onde é que reside? Ou tem domicílio profissional?
I2:	<b>Rua X, Águeda<sup>2</sup>.</b>
I1:	Senhora Doutora, foi indicada como testemunha no âmbito deste processo em que se discute um acidente de viação, ocorrido a 6 novembro de 2007, aqui na localidade da Presa, concelho e comarca de Mira, acidente que envolveu um veículo de tração animal e um outro ligeiro de matrícula XX-XX-XX <sup>3</sup> . Senhora Doutora, de alguma forma teve participação, assistiu a este acidente?
I2:	<b>Assisti, assisti.</b>
I1:	Senhora Doutora, vai ser ouvida na qualidade de testemunha, como tal tem, e como sabe, o dever de responder com a verdade ao que lhe for perguntado, na medida do que souber, sob pena de praticar um crime. Eu pergunto-lhe, portanto, se jura por sua honra em dizer a verdade.
I2:	<b>Juro.</b>
I1:	Muito obrigada, Senhora Doutora.

	Vai responder então às perguntas a Senhora Doutora, sobre que matéria, Senhor Doutor?
I3:	É de um 1 a 21, Senhor Doutor. Não Senhor Doutor, desculpe... De 1 a 13. É a mesma matéria, 16, 17, é exatamente a mesma matéria, [incompreensível] tem razão.
I1:	Muito obrigada. E a Senhora Doutora será a mesma...
I4:	Senhor Doutor, não é comum.
I1:	Não é comum esta?
I4:	Eu indiquei não sei porquê (risos). Agora é que me apercebi.
I3:	Ela faz a instância!
I1:	Muito bem. Senhor Doutor, faça favor.
I3:	Bom dia, Senhora Doutora Rosa.
I2:	<b>Bom dia.</b>
I3:	Então, vai fazer o favor de me responder aqui a umas perguntinhas rápidas, está bem?
I2:	<b>Está bem.</b>
I3:	Pronto. Ora, já sabemos que a Senhora Doutora ia com o Senhor Doutor Mário Silva <sup>1</sup> para uma reunião, não é, no dia do acidente?
I2:	<b>Exatamente.</b>
I3:	Uma reunião que estava marcada. E então, o Senhor Doutor Mário Silva já aqui informou, mas a Senhora Doutora informará... A Senhora Doutora sabe mais ou menos a velocidade a que seguiam?

<sup>1</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

<sup>2</sup> Ocultação da morada para proteger os dados da testemunha.

<sup>3</sup> Ocultação de matrícula para proteger os dados dos envolvidos.

I2:	<b>Senhor Doutor, determinar a velocidade em concreto é um bocadinho difícil, não é?</b>
I3:	Claro, claro...
I2:	<b>Mas eu penso que o meu colega iria a uns 70, penso eu. Não ia muito depressa porque senão eu tinha-lhe chamado à atenção.</b>
I3:	Claro, claro...
I2:	<b>Mas não ia...</b>
I3:	Calcula aí a 70 km. Olhe, e quando é que a Senhora Doutora viu a carrinha que ia à sua frente?
I2:	<b>Quando?!</b>
I3:	Sim, senhor... Se foi logo que entrou na reta ou se foi já depois de estar na reta... Em que momento é que viu a carrinha que ia à sua frente?
I2:	<b>Senhor Doutor, sinceramente não me recordo quando é que vi.</b>
I3:	Pronto.
I2:	<b>Quando estava na reta, sei que vi, não é? Mas eu não sei se já a tinha visto antes ou não.</b>
I3:	Está bem, sim, senhor. E diga-me o seguinte: Quando estava na reta, viu como é que o acidente ocorreu?
I2:	<b>Senhor Doutor, eu aquilo que vi... Portanto, eu ia ao lado a conversar com o meu colega e aquilo que vi foi a carrinha já a embater no veículo de tração animal.</b>
I3:	Sim, senhor.
I2:	<b>E foi nesse momento que eu vi o veículo de tração animal.</b>
I3:	Sim, senhor. E nessa altura que a Senhora Doutora viu isso, a carrinha ia à vossa frente? E a que distância? A que distância mais ou menos é que o acidente ocorre à vossa frente?
I2:	<b>Senhor Doutor, sem muita precisão... Porque é difícil determinar...</b>
I3:	Certo, claro, claro...
I2:	<b>Mas a sensação que eu tenho é que seriam uns 50 ou 60 metros, mais ou menos.</b>
I3:	Está bem, está muito bem, pronto. Portanto, a uma distância sensível de 50/60 metros, a Senhora Doutora vê que a carrinha vai bater na carroça, é?
I2:	<b>Não, Senhor Doutor, eu vi quase tudo em simultâneo.</b>
I3:	Certo.

I2:	<b>Vi a carrinha a desviar-se ligeiramente para a esquerda, ligeiramente, uma coisa muito pequena e, provavelmente, deve ter sido nessa altura o embate, e foi nessa altura, com as luzes da carrinha mesmo em cima do volume da carga, não é?</b>
I3:	Sim, senhor.
I2:	<b>Portanto, o veículo só vi depois, quando passei para a frente.</b>
I3:	Sim, senhor. Está muito bem. E diga-me o seguinte, Senhora Doutora: depois saíram, não é? Quando ocorreu o acidente, pararam e saíram do vosso veículo?
I2:	<b>Parámos. Portanto, o meu colega contornou os dois veículos, não é? Teve que ir para a outra faixa, obviamente. Já quase junto mesmo à berma. E parámos um bocadinho mais à frente, ao pé de um armazém, uma coisinha desse género, e depois estavam lá umas pessoas. Entretanto, voltámos ao local do acidente e o meu colega chamou o 112.</b>
I3:	Sim, senhor. E agora, Senhora Doutora, diga-me uma coisa... A Senhora Doutora ia ao lado do condutor. A Senhora Doutora conseguiu ver a carroça antes do embate?
I2:	<b>Não, Senhor Doutor.</b>
I3:	Então simultaneamente, com a eclosão do embate, é que viu a carroça, foi?
I2:	<b>Exatamente Senhor Doutor, porque nessa altura, no momento do embate, as luzes da carrinha estavam mesmo em cima do veículo de tração, não é? Foi nessa altura. Eu vi em simultâneo, uma coisa e outra.</b>
I3:	Sim, senhora.
I2:	<b>Apercebi-me na altura que deve ter sido o embate, que deveria ser um veículo de tração animal.</b>
I3:	Sim, senhor... Olhe Senhora Doutora, indicou a velocidade mais ou menos a que se ia. Aliás, o colega da Senhora Doutora também tem a mesma ideia. E a carrinha que ia à vossa frente, ia sensivelmente à mesma velocidade vossa, ia com mais? Ia com menos?
I2:	<b>Senhor Doutor, eu só lhe posso dizer isso numa forma conclusiva. Eu deduzo que iria mais ou menos à mesma velocidade que nós, porque, antes do embate, não se afastou muito de nós. Se fosse mais rápido, se calhar afastava-se mais depressa, mas só por aí...</b>

I3: Certo. Sabe o ilustre respeito por uma ilustre advogada, isso nem é conclusivo, isso é mesmo observação direta, sim, senhora. Porque está a verificar exatamente o movimento da carrinha, não é? Está a raciocinar, mas está a raciocinar sobre dados que está a observar diretamente, sim, senhor.

Senhora Doutora, e esses candeeiros dali, como é que estavam, daquela reta?

I2: **Olhe, Senhor Doutor, em relação aos candeeiros, o que eu posso dizer é que o local era muito escuro. Muito escuro mesmo. Aliás, depois, quando eu e o meu colega prosseguimos o caminho para Mira, para a tal reunião, cheguei inclusive a comentar com ele se as luzes públicas estariam ou não acesas. E no caminho de regresso, já no regresso, portanto, já devia ser para aí umas, não sei, umas oito e tal, por aí, não sei muito bem, reparámos que estavam acesas. Mas no momento do acidente, não sei se estariam acesas.**

I3: Sim, senhor.

#### [Interferências]

I3: Não tem a certeza de como é que estavam as luzes no momento do acidente, mas depois, à volta, quando pararam, viram que elas estavam acesas. Sim, senhor.

Mas, portanto...

#### [Murmúrios Incompreensíveis]

I3: Aquele sítio ali, já sabemos mais ou menos o comprimento da reta. Se calhar, não sei se lá iremos, se o Tribunal entender lá ir, e o Senhor Doutor Juiz entender lá ir, mas...

Aquela reta tem mais ou menos que comprimento, uma ideia da Senhora Doutora, se tem ideia?

I2: **Senhor Doutor, não tenho ideia, não tenho mesmo ideia.**

I1: Nós iremos lá.

I3: Pronto, está bem, o Senhor Doutor Juiz está a dizer que iremos lá, portanto...

Olhe, a Senhora Doutora, quando saiu do carro, viu que havia ali habitações? Ou não havia habitações? Ou oficinas? Ou quaisquer construções ou edifícios onde habitassem ou permanecessem pessoas? Tem ideia disso?

I2: **Senhor Doutor, lembro-me do tal armazém onde parámos o carro, tinha aspeto de armazém. E logo, talvez houvesse uma ou duas habitações, mas eu não tenho muita certeza.**

I3: Sim, senhor. E não chegou a falar com uns senhores que saíram lá de uma oficina? Não tem memória disso, de falar?

I2: **Falámos com uns senhores que estavam à frente desse armazém.**

I3: Está bem. Está...

I2: **Estava ali... Sim?**

I3: Mas trabalhavam ali ou...?

I2: **Não faço ideia, não comentámos isso.**

I3: Está muito bem. Muito bem, Senhora Doutora.

Pronto Senhora Doutora, muito obrigada pelo seu depoimento. Foi um gosto, muito obrigada.

I2: **De nada, bom dia.**

I3: Bom dia.

I1: Senhora Doutora, responderá agora às perguntas da sua colega presente à parte contrária, Senhora Doutora, faz favor.

I4: Bom dia. Está-me a ouvir, colega?

I2: **Bom dia. Estou.**

I4: Bom dia.

Senhora Doutora, só mais umas questõezinhas e acaba. Senhora Doutora, recorda-se se a carrinha que circulava à vossa frente, circulava com as luzes ligadas, desligadas, tem ideia, Senhora Doutora?

I2: **Senhora Doutora, eu penso que circulava com as luzes ligadas, porque no momento do embate, eu vi o veículo de tração animal no momento em que as luzes da carrinha iluminaram a carga. Pronto.**

I4: Exatamente.

I2: **E além disso, quando nós já estávamos parados à frente desse tal armazém, eu vi as luzes da carrinha a desligarem-se. Portanto até aí, tinham estado ligadas e desligaram-se momentaneamente e depois voltaram-se a ligar, o porquê não sei. Não sei porque é que isso aconteceu.**

I4: Mas estariam ligadas...

I2: **Mas vinham ligadas!**

I4: Senhora Doutora, recorda-se do trânsito e nomeadamente se circulava algum veículo no sentido contrário? Não no embate, mas pouco tempo antes do embate. Tem alguma ideia de se cruzarem com algum veículo que circulava...?

**I2: Não, não tenho ideia, Senhora Doutora. Não tenho ideia de ter visto passar outro veículo, não estou a dizer que não passou...**

I4: Exatamente.

**I2: Mas não tenho ideia se passou ou não.**

I4: Não sabe, não se recorda...

**I2: Não.**

I4: Senhora Doutora, a Senhora Doutora referiu que tinha comentado com o nosso colega que o local estava muito, muito escuro, é essa a perceção que tem, independentemente de não se recordar se havia luzes, mas naquele local estava muito escuro, é isso?

**I2: Estava. Estava mesmo muito escuro. A perceção que eu tive era de que aquele local, já era de noite, claro, mas que é um local bastante escuro, é essa a perceção que eu tive.**

I4: Senhora Doutora, também referiu que só se apercebeu do veículo, aliás, da carga, exatamente no momento imediato antes do embate, quando as luzes da carrinha iluminam a carga. Diga-me uma coisa, Senhora Doutora, antes do acidente ou depois do acidente, depois de terem parado a ver, apercebeu-se se o veículo de tração animal circulava com algum tipo de iluminação?

**I2: Senhora Doutora, antes do embate, como já disse, não tinha visto o veículo de tração animal, depois do acidente, nós ainda demos uma volta depois da GNR já ter chegado, ali, no local, estávamos à espera que a GNR terminasse de fazer as licenças para nos identificarmos e não vi nenhum sinal identificativo do veículo, ou um sinal refletor, não vi nada disso.**

I4: Olhe, Senhora Doutora, e por último, foi ver os veículos, nomeadamente a carrinha, depois do acidente, viu os danos na carrinha?

**I2: Senhora Doutora, eu não tenho noção disso. Os danos, não tenho noção. A única coisa que tenho noção é que, de facto, a carrinha, no momento do embate, terá tentado virar ligeiramente à esquerda, mas depois, os danos propriamente ditos, não reparei.**

I4: Muito bem...

**I2: Não me lembro.**

I4: Muito obrigada, Senhora Doutora.

I1: Senhor Doutor, dispensa também esta testemunha?

**I2: Sim, sim, Senhor Doutor.**

I1: Senhora Doutora, o seu depoimento termina então por aqui, muito obrigada pela sua ida a tribunal, está dispensada a partir deste momento, muito bom dia.

**I2: Obrigada, boa tarde.**

I3: Senhor Doutor, antes de identificar a próxima testemunha, eu peço licença para ir ao quarto de banho.

I1: Com certeza.

**Audiência nº 3**

**Duração:**  
**23:47**

**Intervenientes:**

- I1:** Entrevistador 1 (Juiz)
- I2:** Testemunha Ocular
- I3:** Entrevistador 2 (Defesa)
- I4:** Entrevistador 3 (Acusação)

I1: Então, muito bom dia.  
I2: **Bom dia.**  
I1: Vai-me dizer o seu nome completo?  
I2: **Carina Ferreira<sup>1</sup>.**  
I1: O seu estado civil?  
I2: **Solteira.**  
I1: Profissão?  
I2: **Assistente operacional.**  
I1: Onde é que reside?  
I2: **Aqui na Presa.**  
I1: Olhe, começo por perguntar se sabe porque é que vem hoje a tribunal.  
I2: **Sim.**  
I1: Portanto, estamos hoje a discutir aqui um acidente de viação, que ocorreu a 6 de novembro de 2007, justamente na localidade da sua residência. Envolveu, na altura, um veículo de tração animal, que era conduzido pelo falecido Pedro Moreira<sup>2</sup>, que, portanto, faleceu nesta sequência...  
I2: **Sim.**  
I1: ... e um outro veículo ligeiro de matrícula XX-XX-XX<sup>3</sup>. Eu começo por perguntar-lhe se assistiu a este acidente. Estava por perto?  
I2: **Eu não assisti. Portanto, eu vinha do trabalho e, ao longe, vi o triângulo. E pensei que...**  
I1: E presumo que, quando chegou, já tinha ocorrido.  
I2: **Sim, sim. E pensei que o carro estivesse avariado, porque não via mais nada. Fui-me aproximando, e quando vi, já vi um senhor com as mãos no ar, devia ser o condutor...**  
I1: Muito bem.

I2: **... porque eu não o conhecia.**  
I1: A Senhora Dona Carina não é parente nem familiar do senhor que faleceu?  
I2: **Não.**  
I1: Só vizinhos?  
I2: **Sim, só vizinhos.**  
I1: E na qualidade de testemunha que vai ser ouvida, tem o dever de responder com verdade ao que lhe for perguntado, sob pena de praticar um crime por isso, jura por sua honra em dizer a verdade?  
I2: **Sim, sim, a verdade.**  
I1: Pronto. Pode sentar-se então. Vai responder às perguntas do Senhor Doutor. Será que matéria, Senhor Doutor?  
I3: 1 a 21, 24 a 28 e 32 a 39.  
I1: Faça favor, Senhor Doutor.  
I3: Então, Senhora Carina, a senhora é vizinha do falecido?  
I2: **Sim, sim.**  
I3: Portanto, quando chegou, assistiu à morte do seu vizinho, por assim dizer. Então, àquelas horas que chegou, portanto, a senhora chegou...

**[Interferências]**

I2: **... já com o carro estacionado, eu vi o senhor Pedro assim, a correr com o lancil. A partir daí, pronto, já não cheguei ao pé dele porque não conseguia ir ao pé dele. Já lá estavam mais pessoas. Foi o que eu vi.**  
I3: Eu vou pedir ao Senhor Doutor para sair um minutinho, eu sou diabético e estou a sentir que tenho que meter qualquer coisa à boca. Dá-me licença?  
I1: Senhor Doutor, com certeza.

<sup>1</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

<sup>2</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

<sup>3</sup> Ocultação de matrícula para proteger os dados dos envolvidos.

I3: Só um minuto, uma bolachinha, deixe-me sentar.

I1: Com certeza, Senhor Doutor.

[Interrupção]

I3: A senhora, viu, portanto, que era o seu vizinho.

I2: **Sim.**

[Interferências]

I2: **Eram umas seis.**

I3: Sim, senhor, temos isso como assente. A senhora vinha do emprego, trabalha onde?

I2: **Em Ílhavo.**

I3: E vinha de carro, então?

I2: **Vinha. Vinha deixar a minha irmã, no Corticeiro, lá no básico, perto. Nós levámos uma semana cada uma e vimos buscar uma semana cada uma.**

I3: Olhe, discute-se agora aqui: a senhora conhece aquela rua? Portanto, é a Rua do Futebol, não é?

I2: **Rua do Campo.**

I3: Rua do Campo de Futebol!

I2: **Sim.**

I3: Aquela rua, na altura do acidente, já lá tinha casas de um lado ou de outro?

I2: **Tem as mesmas casas que lá tem agora.**

I3: Ai é?

I2: **Tem o que já lá tinha.**

I3: Não evoluiu nada dessa altura até agora? O que lá está é o que estava?

I2: **Não, o que lá está é o que lá estava.**

I3: Então, que casas é que a senhora conhece lá? Há vivendas para habitação?

I2: **Sim.**

I3: Sim, senhora.

Há também habitações, ou também oficinas ou...?

I2: **Havia lá um armazém, que, por acaso, até era do meu irmão, que está alugado.**

I3: Ah! O armazém é do seu irmão?

I2: **Sim.**

I3: Há lá quantas vivendas?

I2: **Quem vem de lá como eu vinha...**

I3: O que é "de lá"?

I2: **É do Corticeiro...**

I3: De onde vinham os automóveis?

I2: **Sim, há uma, duas, três, quatro vivendas até chegar ao acidente.**

I3: Portanto, na reta, há quatro vivendas?

I2: **Sim.**

I3: A senhora sabe quem são as pessoas que residem nessas vivendas?

I2: **Sim, dois estão em França e dois vivem lá.**

I3: Sim, senhor.

Portanto, aí não há dúvida nenhuma, quatro do lado...

I2: **... do lado de quem vem para a Presa, fica do lado onde ele apanhou o acidente, do lado direito.**

I3: Do lado direito, sim, senhor.

Olhe, e a iluminação, lá, havia lá, na altura do acidente, postes de iluminação?

I2: **Sim, há postes de iluminação.**

I3: Há postes de iluminação?! A senhora lembra-se se os postes de iluminação, quando lá chegou, estavam a dar luz acesa ou não?

I2: **Sim, porque eu fiquei cá do lado e via o homem deitado.**

I3: Sim...

I2: **A correr assim com o lancil, era assim que ele estava.**

I3: Sim, mas podia o ver por a senhora ter um foco na mão ou...

I2: **Não, não tinha foco nenhum.**

I3: ... ou estar algum automóvel com os faróis virados para ele...

I2: **Não, não.**

I3: Portanto, a senhora via era através da iluminação pública?

I2: **Sim, sim.**

I3: Mas reparou se os candeeiros estavam a dar luz em condições?

I2: **Sim, eu penso que sim. Eu acho que sim.**

I3: É a ideia que tem?

I2: **Sim, a ideia que eu tenho é que, se fosse, eu não via o homem deitado como ele estava deitado. Com a boina na cabeça, com aquilo tudo.**



I3: A que distância, mais ou menos, é que a senhora o viu?  
I2: **Sei lá, como desde aqui à porta onde eu entrei. Eu estava mesmo ao pé do armazém do meu irmão.**  
I3: Qual é a porta em que entrou? Entrou em várias portas!  
I2: **Não, na outra, mesmo da entrada. E foi assim mais ou menos a essa distância, porque eu não consegui...**  
I3: Para aí a uma distância de 40 metros, digamos assim.  
I2: **Talvez não era tanto...**  
I3: Não era tanto?  
I2: **Não...**  
I3: Mas viu-o perfeitamente com o boné na cabeça?  
I2: **Sim, certeza absoluta. Infelizmente, foi.**  
I3: Olhe, mas há quem diga que aquilo não era assim uma visibilidade ótima. Há quem diga que aquilo era escuro, que a visibilidade não era boa, já tivemos aqui várias pessoas...  
I2: **Mas lá, é. Aquilo tem luz...**

**[Interferências]**

I3: Mas há aqui um senhor que dizia que tem ideia, pronto, porque as pessoas têm ideias, isto das falsas memórias é uma coisa terrível!  
Mas que tem ideia que, naquela altura, a luz ainda não funcionava ali.  
I2: **Sim, sempre funcionou, a luz sempre lá funcionou!**  
I3: Sempre não, no tempo de D. Afonso Henriques...  
I2: **Mas pronto, desde que...**  
I3: Sempre desde que lá fizeram os postes, eles sempre funcionaram?  
I2: **Sim! Claro!**  
I3: Há quantos anos é que aquilo funciona?  
I2: **Sei lá, não faço a mínima ideia, Senhor Doutor.**  
I3: Sim, senhor. Já sabemos, mas, já agora, aquilo tem uma reta com um comprimento que a gente não sabe calcular muito bem a distância. Tem que ser “daqui até à porta”...  
I2: **É nessas quatro vivendas...**  
I3: Mas tem ideia mais ou menos qual é... Não, o Senhor Doutor diz que nós vamos lá.  
I1: Nós vamos lá, sim.  
I3: Então a ideia da senhora, quando lá chega, é que a visibilidade é normal que aquilo que é nos outros dias?

I2: **Sim, era. Porque é assim: eu vi aquilo ao longe, como eu já expliquei, mas não vi ninguém a gritar, não vi nada. Para mim, era o carro que estava avariado. Quando eu fui ver, foi quando eu vi isso, não vi mais nada.**  
I3: E falou com algum dos senhores que lá estavam?  
I2: **Só disse que era o meu vizinho.**  
I3: Já lá estava a polícia?  
I2: **Não, não.**  
I3: Ainda não tinha chegado?  
I2: **Não, ainda não tinha chegado.**  
I3: E a senhora diz que viu o condutor com as mãos na cabeça, mas com as mãos na cabeça a dizer o quê?  
I2: **Não sei, eu ia de carro, como é que havia de saber?! Eu via-o assim para trás e para a frente. Eu só o vi assim.**  
I3: A senhora passa ali muito...?  
I2: **Sim, pelo menos semana sim, semana não. Porque uma semana, a minha irmã traz-me e deixa-me, outra semana levo a minha irmã e deixo-a lá em casa.**  
I3: Sim, senhora. E a senhora conduz?  
I2: **Sim.**  
I3: Então a senhora, naquele dia, quando veio do seu emprego, explique-me lá se a senhora vinha do Corticeiro para a Presa, ou se ia da Presa para lá.  
I2: **Não, vinha...**  
I3: Vinha para a Presa?  
I2: **Sim, sim.**  
I3: A senhora vinha no movimento em que vieram todos os outros?  
I2: **Sim.**  
I3: E a senhora entrou naquela curva e na reta, e quando ia a conduzir, a senhora viu logo o...?  
I2: **Os faróis do carro e o triângulo.**  
I3: Ah, o triângulo e os faróis, está bem...  
I2: **Sim, e o carro parado.**  
I3: Pronto, e agora o que eu pergunto é: a senhora, naquelas condições, que passa por ali todos os dias, àquela hora...  
I2: **... sim, semana sim, semana não.**

I3: Pronto, quando entra naquela curva, e normalmente tendo em conta as luzes a funcionar como estão, a senhora tem uma visibilidade até que distância?

I2: **Uns 50 metros, sei lá. Não sei!**

I3: **Pronto, pronto.**

I2: **Só que é assim: do lado de quem vem da Presa, a curva apresenta-se logo ali pertinho.**

I3: Não! Estamos todos a ver para a Presa.

I2: **Pronto, para a Presa é um bocado de reta bem grande, ainda!**

I3: Bem grande?

I2: **Sim.**

I3: Quer dizer, e a senhora, mesmo quando vai a andar com o seu carro, vê a uma distância razoável para evitar o embate?

I2: **Claro!**

I3: Nunca embateu em...?

I2: **Não, graças a Deus, há 28 anos.**

I3: Pronto, mas o problema aqui era se aquilo era tão escuro que o automóvel não podia ver e foi embater no carro.

I2: **Não, acho que é coisas que nos acontecem, que a gente não sabe, às vezes, distinguir... Aquilo é segundos. Só quem não conduz...**

I3: Pois.  
Então e a senhora, depois, chegou ao pé do senhor que estava ferido? Depois nunca lá foi ao pé dele?

I2: **Não, ele nunca se mexeu.**

I3: Mas depois foi transportado para o hospital...

I2: **Sim, sim, aí, eu também vim cá mais para trás, para telefonar à filha.**

I3: Sim, senhor.  
Então ninguém viu concretamente bem o embate na carroça. Mas quer dizer, como é que a carroça bateu nele, a senhora não sabia em que sítio é que ele ia... Pronto, está bem! O que viu foi ele no chão.

I2: **Sim, no chão.**

I3: Como é que estava a carroça?

I2: **A carroça estava “assim”.**

I3: Atravessada?

I2: **Atravessada, e ele “assim”, “mesmo assim”. A carroça “assim”...**

I3: A carroça “assim” e ele onde?

I2: **E ele “assim”, aí à frente.**

I3: Mas a senhora não viu a carroça por cima dele?

I2: **Não...**

I3: Viu ele ao lado da carroça?

I2: **Ao lado da carroça, “assim”. Deitadinho, “assim”.**

I3: Ora diga, depois sabe que ele foi para o hospital... foi telefonar à filha, sim senhor.

I2: **Sim...**

I3: E depois?

I2: **Que ele que ia para Aveiro, primeiro. Que em princípio, que ia para Aveiro.**

I3: É que a senhora vem indicada aqui nesta matéria, já agora, então, ora diga lá. Conte lá por suas palavras, contou à filha...

I2: **Que ele que ia para Aveiro.**

I3: Sim, senhor.

I2: **Pronto, ele foi, e a filha, depois, telefonou-me a dizer que ele ainda não tinha chegado a Aveiro.**

I3: A Aveiro, onde?

I2: **A Aveiro, ao hospital.**

I3: Ao Hospital de Aveiro, sim vá...

I2: **E depois a filha disse-me que, afinal, que ele tinha ido para Coimbra. Pronto, foi isso.**

I3: E a senhora sabe que ele esteve em Coimbra?

I2: **Sei, que eu fui lá vê-lo.**

I3: Ah, foi lá vê-lo, por isso é que a senhora vem aqui.

I2: **Sim.**

I3: Olhe, as lesões do relatório de autópsia... nós temos... mas quer dizer... a senhora foi lá vê-lo, ele esteve lá bastante tempo ainda...

I2: **Esteve, ainda esteve, sei lá, uns dois meses. Não sei precisamente o tempo.**

I3: Onde é que ele morreu? Lá ou ainda veio morrer à terra?

I2: **Acho que morreu lá, eu já estava a trabalhar, mas morreu lá.**

I3: Sim, senhor.  
Portanto, quantas vezes lá foi ver?

I2: **Fui uma.**

I3: Só uma vez?

I2: **Sim.**  
I3: Sim, senhora. E falou...  
I2: **Mas também não quis ir lá ver mais vez nenhuma!**  
I3: Porquê? Estava muito...?  
I2: **Estava.**  
I3: Ele tinha...  
I2: **Estava assim o rosto dele, assim muito, não sei...**  
I3: Ele tinha a noção de que ia morrer ou com medo?  
I2: **Eu penso que sim, porque ele olhava assim muito para a filha. Eu não quis lá ir mais vez nenhuma, não.**  
I3: E os contactos que teve com ele na conversa...  
I2: **Sim, a gente falou...**  
I3: Notava nele que ele estava em sofrimento, com medo de morrer?  
I2: **Eu acho que sim, pela cara dele e assim, o olhar.**  
I3: Só pela cara?  
I2: **E pelo olhar da filha, assim...**  
I3: E pela conversa que teve com ele, nunca falou...

**[Interferências]**

I2: **Ele olhava para a gente assim...**

**[Interferências]**

I3: Sim, senhor.  
I2: **Eu também, mal entrei, saí logo assim que o vi.**  
I3: Está bem, mas quer dizer...  
I2: **Sim, sim, bem se via que a cara dele, pronto, era cara de sofrimento.**  
I3: E ele nunca lhe disse se, nessa altura, tinha esperança de vir para aqui? Se estava a ver que não voltava à terra? Houve alguma conversa sobre isso ou ele não lhe disse nada?  
I2: **Não, ele não disse. A filha ainda teve lá a pôr-lhe “coisa” com água, assim, nos lábios, que ele tinha os lábios secos...**  
I3: Portanto, quando veio a morrer, estava em grande sofrimento?  
I2: **Estava.**  
I3: Agora pergunta-se aqui: antes desta coisa da entrada do hospital, onde ele veio a morrer em sofrimento, ele como é que era antes, cá na terra? A senhora conhecia-o, era seu vizinho, como é que era? Era uma pessoa...  
I2: **... era uma pessoa muito trabalhadora, ele vivia para o trabalho...**

I3: E era saudável?  
I2: **Era! Era muito saudável! Isso toda a gente sabe!**  
I3: Sabe o que é que, no dia do acidente, ele levava na carroça?  
I2: **Aqui chamamos-lhe agulhas, outros chamam-lhe [incompreensível], outros não sei quantas, tem tantos nomes.**  
I3: E isso é o quê? Dos pinheiros, é?  
I2: **É sim.**  
I3: É para a cama dos animais?  
I2: **Sim, é. Ele sempre teve muitos animais.**  
I3: Sim, senhor.

**[Murmúrios Incompreensíveis]**

I1: Senhor Doutor, é o 24.  
I3: É o 24, já está, é o da caruma dos pinheiros...  
Então e ele, com aquela idade, que ainda estava um bocado longe da média de vida, ia lá com a vaca e tal, e carregava ele os pinheiros? Carregava ele para a própria carroça?  
I2: **Sim, era.**  
I3: Portanto, tinha uma vida ativa?  
I2: **Muito ativa!**  
I3: Tenho que começar a dizer que era um jovem, porque daqui a pouco estou lá a bater. Não era bem bem do meu tempo, era um bocadinho mais velho, mas... (risos).  
Sim, senhor, quando nós temos 20 anos, uma pessoa de 40 é muito velha, não é? Quando a gente tem quase 70, 80 é um rapaz do nosso tempo. Sim, senhor, tinha 73 anos, está registado e documentado.

**[Murmúrios Incompreensíveis]**

I3: Ora bem, a senhora foi ao funeral, com certeza?  
I2: **Já vim assim mesmo em cima da hora, mas fui.**  
I3: Está bem, sabe que os filhos lhe pagaram o funeral, está aqui o recibo...  
I2: **Então pois, tem que ser. Isso é uma coisa que os filhos, ninguém quer em casa...**  
I3: Sim, já receberam da Segurança Social... [Murmúrios Incompreensíveis]  
Sim, senhor.  
Quanto ao que a senhora falou com o outro condutor, o que a senhora sabe é isso, que passa por ali, vê a visibilidade em condições normais àquela hora...

I2: **Sim, quem vem daí, desse lado, é. Quem vem do sentido contrário, já não é tanta visibilidade.**

I3: Diga-me, então, o acidente foi sensivelmente a meio da reta, mais para um lado ou mais para o outro?

I2: **Mais a chegar à outra curva, mas ainda com espaço grande.**

I3: Qual outra curva?

I2: **A seguir.**

I3: Portanto, quer a senhora dizer que os veículos, quando embateram, já tinham percorrido mais de metade da reta? É isso?

I2: **Sim, sim.**

I3: Que é para nós percebermos. Não tem ideia dos metros?

I2: **Dos metros? Não sei, não quero mentir.**

I3: A gente depois vê, muito obrigada.

I1: É tudo, Senhor Doutor?

I3: É tudo.

I1: Senhora Doutora, alguma questão?

I4: Só um esclarecimento.

I1: Se faz favor.

I4: Dona Carina!

I2: **Sim.**

I4: A senhora passa diariamente, de semana a semana, naquele local...

I2: **Sim.**

I4: E nunca achou o local onde se dá o acidente um local escuro, então?

I2: **Não, não é... Tem uma lâmpada mesmo ao pé desse armazém do meu irmão. Está lá para se ver.**

I4: Eu acho curioso porque a senhora é a quarta testemunha, aqui, a ser ouvida e é a primeira que diz que, naquele local, não é muito, muito escuro.

I2: **Então... Pode-se ir lá ver (riso nervoso).**

I4: Tem a certeza que o local é bem iluminado?

I2: **Claro que sim.**

I4: E que, no dia do acidente, que estava bem iluminado, quando lá esteve?

I2: **Eu acho que sim, porque é assim, se estivesse escuro, eu não via o homem tão deitadinho como ele lá estava, ainda com a boina na cabeça, com tudo.**

I4: Olhe, quanto à forma como ocorreu o acidente, recorda-se de ver a carrinha e os danos que a carrinha tinha?

I2: **Também não vi porque eu não fui lá ao pé.**

I4: Recorda-se se a carrinha estava com as luzes ligadas, os médios?

I2: **Também não sei... Isso também não tenho a certeza. Sei que estava o triângulo, isso eu vi logo.**

I1: Senhora Doutora, dispensa também esta testemunha?

I3: Esqueci-me só de umas coisas, se o Senhor Doutor me permitir.

I1: Com certeza, faça favor.

I3: A senhora sabe que sinais é que havia, quem vem de onde a senhora vem, para a Presa? Se havia sinais de limite de velocidade ou outros quaisquer?

I2: **Eu acho que não, só tem na aproximação de curva.**

I3: Não tem ideia de sinais?

I2: **Não...**

I3: E da placa a dizer "Presa", tem?

I2: **Tenho.**

I3: Portanto, quando se deu o acidente, já tinham passado pela placa a dizer "Presa"?

I2: **Acho que ainda não, não tenho a certeza.**

I3: Eu, no dia, vejo, então. Se não tem a certeza, então não diga, que depois eu vejo isso logo.

I1: Sim, senhor.

I3: Obrigada!

I1: Senhor Doutor, dispensa então esta testemunha?

I3: Sim sim.

I1: Então muito obrigada pela sua vinda a tribunal...

[Interrupção]

**Audiência nº 4**

**Duração:**  
**37:36**

**Intervenientes:**

- I1:** Entrevistador 1 (Juiz)
- I2:** Testemunha Ocular
- I3:** Entrevistador 2 (Defesa)
- I4:** Entrevistador 3 (Acusação)

I1:	Muito boa tarde.
I2:	<b>Boa tarde.</b>
I1:	Vai-me dizer o seu nome completo.
I2:	<b>António Sousa<sup>1</sup>.</b>
I1:	O seu estado civil?
I2:	<b>Casado.</b>
I1:	A profissão?
I2:	<b>Aposentado.</b>
I1:	E onde é que reside?
I2:	<b>Barra de Mira.</b>
I1:	Sim, senhor. O Senhor Sousa foi interveniente, aqui, no acidente de viação que se discute neste processo, e, portanto, conduzia o veículo de matrícula XX-XX-XX <sup>2</sup> , não é?
I2:	<b>Sim.</b>
I1:	É assegurado, ou era pelo menos, da Crédito Agrícola Seguros Companhia de Seguros XXX <sup>3</sup> ?
I2:	<b>Sim.</b>
I1:	Muito bem. Essa circunstância não lhe impede de dizer a verdade ao que lhe vai ser perguntado?
I2:	<b>Só a verdade.</b>
I1:	Informo que não está a ser julgado neste processo, estará porventura noutro, neste não é a si que lhe pedem responsabilidade. E que, na qualidade de testemunha em que vai ser ouvida, tem o dever de

	responder e responder com verdade, ao que lhe for perguntado, sob pena de praticar um crime.
I2:	<b>Com certeza.</b>
I1:	Por isso, pergunto se jura por sua honra em dizer a verdade.
I2:	<b>Juro, sim senhor.</b>
I1:	Pode-se sentar então. E vai responder às perguntas da Senhora Doutora.
I4:	32 a 37.
I3:	Como, Senhora Doutora, desculpe?
I4:	32 a 37. Olhe, Senhor António, já agora, gostaria que me dissesse mais ou menos quando e onde é que foi esse acidente.
I2:	<b>Foi na localidade da Presa, em Mira. Ora, o nome da estrada não sei.</b>
I3:	É a Rua do Campo de Futebol.
I1:	Sim.
I3:	E quando é que foi? Tem ideia?
I2:	<b>Foi no dia 6 de novembro, há 3 anos.</b>
I4:	Era de manhã? De tarde? De noite?
I2:	<b>Era à tarde, 18h30...</b>
I4:	18h30.
I2:	<b>Era de noite.</b>
I4:	Olhe, Senhor António, conte-nos o que aconteceu.
I2:	<b>Olhe eu vinha tranquilo, como costume, passava ali duas vezes por dia...</b>
I4:	Passava ali muitas vezes?

<sup>1</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

<sup>2</sup> Ocultação de matrícula para proteger os dados dos envolvidos.

<sup>3</sup> Ocultação de nome da companhia de seguros para proteger os dados dos envolvidos.

<b>I2:</b>	<b>Exato, duas vezes por dia, só quando estava doente é que o outro fazia aquele trabalho.</b> <b>E depois, um senhor ou uma senhora, que não sei o sexo do condutor, fui encandeado, e quando dei por ela, já estava muito próximo desse senhor que faleceu, com a carrada de mato, e não pude evitar o acidente. Travei o que pude, mas...</b>
I4:	Vamos então agora por fases. O Senhor ia a circular, descontraído...
<b>I2:</b>	<b>Sim.</b>
I4:	Consegue-nos dizer mais ou menos a que velocidade é que ia?
<b>I2:</b>	<b>Ora bem, eu não posso precisar, porque...</b>
I4:	Mas, aproximadamente. Há uma diferença entre circular a 20 e circular a 100, não é?
<b>I2:</b>	<b>Não devia vir... É que eu tinha acabado de sair de um desvio, da autoestrada, que andavam a fazer o viaduto, logo encostado ao campo da bola. Eu tinha saído dali. Aquilo foi mais à frente um pouco. Nunca devia de vir com muita velocidade.</b>
I4:	Mas “muita velocidade”, o senhor estima que iria a 50, 60, 70, 100?
<b>I2:</b>	<b>Entre os 40/50.</b>
I4:	Mais ou menos 40/50?
<b>I2:</b>	<b>Sim.</b>
I4:	Não vinha muito depressa, é isso?
<b>I2:</b>	<b>Não.</b>
I4:	Olhe, o senhor já conhecia bem aquele local, pelos vistos...
<b>I2:</b>	<b>Sim, senhor, muito bem.</b>
I4:	Era de noite, era de dia?
<b>I2:</b>	<b>Era de noite.</b>
I4:	Era de noite. O senhor circulava com as luzes ligadas?
<b>I2:</b>	<b>Sim. Médios porque tinha baixado quando senti o carro na minha frente.</b>
I4:	Muito bem. Havia muito trânsito na estrada?
<b>I2:</b>	<b>Não.</b>
I4:	Agora, vamos falar só na altura mesmo antes do local do embate, os últimos 50 metros, mais ou menos, vinha alguém atrás de si? Tem essa ideia?
<b>I2:</b>	<b>Não.</b>

I4:	Tinha algum carro a circular atrás de si?
<b>I2:</b>	<b>Não.</b>
I4:	Não?
<b>I2:</b>	<b>A primeira pessoa que apareceu no acidente, que eu vi, foi uma senhora que vinha de buscar a filha à creche, ao Corticeiro de Baixo.</b>
I4:	Não se lembra de estar lá um casal de advogados, que vinha atrás de si no carro?
<b>I2:</b>	<b>Que me parece, eu não vi esse casal de advogados.</b>
I4:	Ótimo.
<b>I2:</b>	<b>Não posso dizer que vi porque não vi.</b>
I4:	Muito bem. Não viu, não viu! O senhor diz, então, que não se recorda que vinha um carro atrás de si. À sua frente, havia trânsito a circular em sentido contrário?
<b>I2:</b>	<b>Havia essa tal pessoa que me encandeou.</b>
I4:	Essa pessoa circulava com máximos, médios, mínimos?
<b>I2:</b>	<b>Máximos, que não parou.</b>
I4:	Nós temos aqui as suas declarações, que deu ao participante, ao Senhor Polícia, que esteve lá, no dia do acidente; o senhor antes de passar esse carro, ia de médios, já. Ou ia de máximos?
<b>I2:</b>	<b>la de médios.</b>
I4:	la de médios!
<b>I2:</b>	<b>Pois!</b>
I4:	Senhor Doutor, eu não sei, se calhar... confrontando com o que está aqui, ou pelo menos com as declarações... posso ler estas declarações?
<b>I1:</b>	<b>Faça favor.</b>
I4:	O senhor, na altura, declarou, logo após o acidente, o seguinte: “circulava na rua do campo de futebol, em Presa, Mira, sentido Corticeiro de Baixo – Presa. Circulava à minha frente um carro de tração animal com uma carrada de mato, sem qualquer sinal de sinalização à retaguarda ou aos outros lados, sendo o local sem qualquer iluminação pública”. Deixe-me acabar! “Pouco antes do acidente, cruzei-me com um carro que circulava em sentido oposto, tendo sido forçado a baixar os médios, de forma que, na circunstância, era-me de todo possível ver o obstáculo que circulava no meio da estrada, de forma a perce... [hesitação]
<b>I1:</b>	<b>“A Perceção”!</b>

I4:	... percepção dele já se deu em momento...
I3:	É de acordo com o acordo ortográfico, já!
I4:	... de desvio para evitar a colisão”. Pronto, o senhor recorda-se destas declarações?
<b>I2:</b>	<b>Recordo.</b>
I4:	O senhor, na altura, disse que o local não tinha iluminação. Hoje, recorda-se se estava bem iluminado o local, se não estava?
<b>I2:</b>	<b>Aquilo são luzes que acendem, mas não dão clarão muito tempo, não sei que tempo é. Poderão, porque eu, a seguir ao acidente, é por isso que eu digo que não ia ninguém à minha retaguarda, porque a pessoa primeira a quem eu pedi socorro foi à tal essa rapariga, que parece-me que foi ouvida pelo perito da companhia de seguros, uma Maria Varela<sup>4</sup>.</b>
I4:	Nem foi ouvida aqui.
<b>I2:</b>	<b>Não está aí?</b>
I4:	Não sei...
I3:	Não, não sei o nome...
I4:	Maria Varela...
<b>I2:</b>	<b>Foram ouvidos os que estavam no croqui.</b>
I4:	Pois, lá está.
<b>I2:</b>	<b>Mário Silva e Rosa Maria Silva no croqui. Foram os advogados, pronto.</b>
I4:	Exatamente!
<b>I2:</b>	<b>Mas essa rapariga foi a primeira pessoa a quem eu pedi socorro!</b>
I4:	Sim, mas, Ó Senhor António, esqueça essa rapariga! O que lhe estou a perguntar é assim: na altura do acidente, havia iluminação pública na estrada? Via-se bem? Via-se mal? Como é que era?
<b>I2:</b>	<b>Via-se mal. Muito mal!</b>
I4:	Muito mal... Havia lá candeeiros de iluminação pública?
<b>I2:</b>	<b>Havia.</b>
I4:	Lembra-se se estavam ligados ou desligados?
<b>I2:</b>	<b>Não sei, aí é que não posso precisar.</b>
I4:	Mas via-se mal?

<b>I2:</b>	<b>Exato.</b>
I4:	Estamos a falar mesmo no sítio do acidente.
<b>I2:</b>	<b>Mesmo no sítio do acidente!</b>
I4:	Via-se mal... Esse carro que passou por si, antes do acidente, foi muito tempo antes? Foi uns segundos antes? Foi a quantos metros do acidente?
<b>I2:</b>	<b>Esse carro que passou por mim, se ele vinha adiantado mais um bocadinho, eu já não tinha “coisa” porque eu bati no carro de tração animal, mesmo na esquina do lado esquerdo do carro, com o meu carro do lado direito. Eu, por uma “mão-travessa” que não escapava, e para não ir bater nesse carro, que vinha em sentido contrário.</b>
I4:	Portanto, se eu estou a perceber, o Senhor, quando veio esse carro em sentido contrário, já se tinha apercebido da presença da carroça, e estava para se desviar dela?
<b>I2:</b>	<b>Evidentemente.</b>
I4:	Aparece-lhe o carro de frente...
<b>I2:</b>	<b>É que eu já estava muito próximo da carroça.</b>
I4:	Sim, senhor.
<b>I2:</b>	<b>Se ele não travasse...</b>
I4:	O senhor viu a carroça?
<b>I2:</b>	<b>Vi.</b>
I4:	Viu a carroça e estava para se desviar?
<b>I2:</b>	<b>Vi e travei, ainda. Se eu não travasse, mesmo à pouca velocidade que eu vinha, eu punha a carroça, tudo em cima do homem. E o homem estava sem nada por cima, dois ou três metros, não sei...</b>
I4:	Mas o senhor travou?
<b>I2:</b>	<b>... só que eu, depois do acidente, tive que ir ver o homem. Desculpe, travei! Eu tenho que dizer a verdade, depois de ver o homem na estrada, eu não fiquei em condições. Deu-me uma quebra, talvez, de tensão, porque sou diabético, e, depois, vieram os bombeiros, puseram-me dentro da ambulância. Trouxeram-me para o centro de saúde, para aqui, e eu não fiquei em condições. Não me segurava de pé. Pronto. Quanto eu bati com o homem e ele no asfalto, a partir daí...</b>

<sup>4</sup> Nome fictício para proteger os dados da testemunha/pessoa.

I4: Sim, mas eu não quero saber a partir daí, eu quero saber até aí.

**I2: Pois até aí.**

I4: Até aí!

**I2: Exato. Até aí é o que estou a dizer.**

I4: Não é uma situação fácil, mas nós temos que saber o que é que se passou que causou esse mal.  
Olhe, o Senhor então já se tinha apercebido do veículo de tração animal há muito tempo?

**I2: Não! Se eu me apercebesse dele há muito tempo, eu não ia bater! Pois! Eu apercebi-me já em cima do acontecimento, porque, pronto, fui encadeado e o senhor não levava qualquer tipo de sinalização.**

I4: Então, mas vamos cá precisar isto: o que é que aconteceu primeiro, ter visto o veículo de tração animal ou ter sido encadeado, como o senhor diz?

**I2: Ora bem, a gente vem na estrada, se somos encadeados, se há um vulto que não tem qualquer sinalização, a gente não temos hipótese.**

I4: Ó Senhor António, mas continua sem responder à minha pergunta! O senhor diz que viu o veículo de tração animal.

**I2: Eu vi já, pronto!**

I4: Já tinha sido encadeado?

**I2: Exato!**

I4: Já tinha sido encadeado?

**I2: Já tinha sido encadeado, pois!**

I4: Olhe, o que é que o Senhor quer dizer com "já tinha sido encadeado"? O outro carro circulava com máximos, era isso?

**I2: Exato. E nunca baixou!**

I1: E esses máximos não lhe permitiam ver o vulto à sua frente?

**I2: Não permitiam porque...**

I1: Mas estava muito próximo?

**I2: ... é claro que eu já estava quase em cima do acontecimento!**

I1: Mas ainda se tentou desviar?

**I2: Ainda tentei desviar-me, que eu apanhei-o só com a quina!**

I1: E conseguiu-se desviar, se já só apanhou a quina?

**I2: Exatamente! Quando eu pude, eu tentei, mas não deu.**

I4: Então, o senhor também foi encadeado já muito próximo do veículo?

**I2: Muito próximo!**

I4: E até ter sido encadeado, também ainda não o tinha visto?

**I2: Não.**

I4: Eu sei que isto é difícil, Senhor António, mas eu vou-lhe pedir... A 30 metros, o senhor ia com os médios ligados. Segundo o seu depoimento à polícia, até deveria ir com os seus máximos e baixou quando viu o outro carro.

**I2: Sim.**

I4: O Senhor, até passar e cruzar-se com o outro veículo, estaria a que distância do trator?

**I2: Não posso precisar...**

I4: 30? 40 metros?

**I2: Menos!**

I4: Menos? Menos que 30 metros. E mesmo assim, ainda não se tinha apercebido da presença daquele veículo de tração animal. Porquê? A 30 metros, com os médios ligados, deveria ter visto alguma coisa, luzes refletoras... Não conseguiu ver nada?

**I2: Então se a gente é encadeado por um veículo...**

I4: Mas antes de ser encadeado, estaria a 30 metros do trator.

**I2: Sabe que aquilo é preciso ver, à frente.**

I4: Ó Senhor António, diga-me uma coisa: o Senhor só se apercebeu do veículo de tração animal mesmo em cima?

**I2: Exato.**

I4: Havia alguma sinalização no veículo de tração animal?

**I2: Não, não havia nada.**

I4: Não havia nada? Não havia uns pirlampos?

**I2: Nada de nada.**

I4: Não tinha nada?

**I2: O carro de tração animal não tinha nada. Não levava nada.**

I4: Nada?

**I2: Nada de nada!**

I4: Nem uma única luz?



<b>I2:</b>	<b>Nem refletor, nem luz, nem nada! Não posso estar a dizer que levava...</b>
I4:	Pronto. Olhe, e diga-me uma coisa: o que é que levava, em termos de carga?
<b>I2:</b>	<b>Levava mato seco, agulhas [incompreensível], agulhas do pinheiro. Não sei se lhe dão outro nome em outro lado.</b>
I4:	Isso é uma carga clara? Escura?
<b>I2:</b>	<b>Escura! Larga!</b>
I4:	Pronto. Ia muito carregado?
<b>I2:</b>	<b>Exatamente. E quando o acidente se deu, também não posso precisar muito bem em que posição o senhor ia, não é, porque eu não vi. Não sei se ele ia à frente do animal, se ia de lado.</b>
I4:	O Senhor só se apercebe de repente, então, da carga no meio da estrada?
<b>I2:</b>	<b>Exatamente.</b>
I4:	Onde estava o Senhor? O Senhor não consegue perceber, e mesmo depois, o animal, só consegue vê-lo já depois do acidente.
<b>I2:</b>	<b>O animal já estava na terra ao lado, num terreno. Porque o carro não empinou para cima, o carro caiu para baixo.</b>
I4:	Pergunta-se aqui se o Senhor circulava à direita na sua faixa de rodagem. Ia na faixa de rodagem por onde circulava normal?
<b>I2:</b>	<b>Exato.</b>
I4:	Ia no meio da estrada? Ia mais à direita?
<b>I2:</b>	<b>Não, eu ia na mão normal.</b>
I4:	Pergunta-se se ia a uma velocidade que não era superior a 50km.
<b>I2:</b>	<b>Penso que não. Porque se eu fosse com muita velocidade, eu punha aquilo tudo para cima do homem.</b>
I4:	Na altura em que se dá o acidente, a iluminação era fraca?
<b>I2:</b>	<b>Sim.</b>
I4:	Já era de noite?
<b>I2:</b>	<b>Sim. E bem de noite!</b>
I4:	O Senhor não se recorda então, se antes do acidente, se antes de se cruzar com o veículo, se ia em máximos ou se ia em médios?
<b>I2:</b>	<b>Eu ia em médios.</b>
I4:	Ia em médios...

<b>I2:</b>	<b>Pois, em médios!</b>
I4:	Olhe, pergunta-se aqui, também já respondeu, se o veículo de tração animal circulava sem qualquer iluminação ou refletor.
I1:	Já respondeu, Senhora Doutora. E a Senhora Doutora também já disse que aceitava isso.
I4:	E estava totalmente carregado numa via...
<b>I3:</b>	<b>O problema, aqui, é se é exigível, é uma questão de Direito.</b>
I1:	Pois.
I4:	Pergunta-se aqui, e é a última questão que eu lhe vou perguntar, é se, o facto de não haver iluminação, e o veículo de tração animal não ter iluminações, se impossibilitava que o senhor visse o veículo de tração animal, durante a sua circulação.
<b>I2:</b>	<b>Não...</b>
I4:	Mas está requisitado, Senhor Doutor.
I1:	Requisitado está.
<b>I3:</b>	<b>É para o Senhor Doutor Juiz responder (risos). Também tem que responder [Murmúrios Incompreensíveis]</b>
I4:	Terá sido pela falta de iluminação e pela falta de luz no veículo de tração animal?
<b>I2:</b>	<b>Ora bem, eu, para mim, ali, há duas coisas distintas: é a falta de sinalização no veículo de tração animal e, depois, o encandeamento.</b>
I4:	Muito obrigada, Senhor.
I1:	Ó Senhor António, como eu lhe disse aqui, não está a responder por este processo. É a sua seguradora que é chamada à razão. Apercebeu-se a 30 metros, mais ou menos, deste veículo?
<b>I2:</b>	<b>Não, não.</b>
I1:	A que distância é que estaria dele quando o viu?
<b>I2:</b>	<b>Foi já mesmo quase em cima. Eu, a 30 metros, evitava o acidente.</b>
I1:	E travou?
<b>I2:</b>	<b>E travei! Quando eu me apercebi mesmo, travei.</b>
I1:	E seguiria mesmo aos 50 km por hora? Nós, às vezes, distraímos-nos.
<b>I2:</b>	<b>Para o efeito, não ia a muito mais.</b>
I1:	Este casal de advogados, que segundo contou ao tribunal, seguia atrás do senhor, e a uma velocidade mais ou menos constante, como a sua,

portanto, a alguma distância, mas a uma velocidade mais ou menos semelhante...

**I2: Mas desculpe, eu não vi esse casal de advogados.**

I1: Certo. Eu só lhe estou a dizer o que eles disseram. Segundo eles, seguiriam um bocadinho afastados de si, disseram que iriam à mesma velocidade, nunca se aproximaram de si, a não ser quando se deu o embate e o senhor veio a parar. Altura em que eles seguiram e vieram a parar numa fábrica, lá mais à frente, ou no armazém que há lá mais à frente. E eles seguiriam, de facto, a mais de 50 quilómetros por hora. O senhor não iria também a um bocadinho mais?

**I2: Não.**

I1: Nós distraimo-nos com grande facilidade.

**I2: Ó Senhor Doutor Juiz, se atrás de mim, e ainda não vinha muito atrás de mim, a primeira pessoa que me apareceu foi essa senhora Maria Varela, como é que esse casal ia atrás de mim logo?**

I1: Pois foi o que eles disseram.

**I2: Pois foi o que eles disseram, mas eu estou a dizer a verdade! Eu tenho muita pena do que aconteceu, e ninguém está mais chateado do que eu, porque andei 45 anos na estrada, e foi a primeira coisa...**

I1: Nunca lhe aconteceu...

**I2: Exatamente!**

I1: Com certeza.

**I2: Ninguém está mais chateado que eu!**

I1: Esta é uma situação...

**I2: Mas a primeira pessoa que me apareceu, a quem eu pedi para telefonar para a GNR e para a ambulância, foi essa Maria Varela.**

I1: Sim, senhor. Olhe vai responder ainda aqui às perguntas do Senhor Doutor, por favor.

**I2: Com certeza.**

I3: Ó Senhor António, o senhor não viu o carro com aqueles senhores ali?

**I2: Não vi, nem falei com eles.**

I3: O senhor guarda participante é o seu amigo, não é?

**I2: Damo-nos bem.**

I3: Mas o senhor guarda, que é seu amigo, pôs aqui estes advogados como únicas testemunhas do acidente. É porque ele falou lá com eles.

**I2: Ó Senhor Doutor, depois de eu ir do centro médico para a GNR, e estar lá a fazer o depoimento, esse senhor guarda disse ao colega que não havia testemunhas do acidente. Isso ele disse, que já estava bem recuperado. Ele disse isso no posto da GNR!**

I3: Ó Senhor António, o que eu lhe digo a si é que o senhor guarda, que é seu amigo...

**I2: Não.**

I3: Pronto, não interessa, não estou a tirar partido, o que estou a dizer é verdade, a gente tem que saber...

**I2: Pois...**

I3: ... [o senhor guarda] põe aqui claramente as testemunhas, que ele não inventou, ainda por cima, advogados de Águeda. Está a ver, dois Senhores Doutores que são advogados de Águeda, ele não ia inventar que estes senhores doutores [incompreensível]

**I2: Mas, Senhor Doutor, estes advogados apareceram talvez noutra dia, porque no dia do acidente, eu disse no posto da GNR, que não havia testemunhas do acidente.**

I3: Pronto. O croqui está aqui feito.

**I2: Com certeza.**

I3: Pronto, não vamos entrar nisto.

**I2: Pois exato.**

I3: Agora, diga-me o seguinte: o senhor passava por ali duas vezes por dia?

**I2: Duas para lá, e duas para cá.**

I3: Portanto, quatro.

**I2: Quatro vezes.**

I3: E o senhor trabalhava para a X<sup>5</sup> e, na altura, ia levar pessoal, ou o que é que...

I4: Ó Senhor Doutor, esta matéria não está indicada!

I3: Não?

I4: Não. Só está a matéria do acidente.

I3: Está bem, pronto.

<sup>5</sup> Nome da empresa ocultado, para preservar a identidade dos envolvidos.

I4: 32 a 37.

I3: Está bem. Então, não nos interessa nada de onde é que o Senhor vinha e para onde o Senhor ia, pronto.

**I2: Não, eu vinha de levar pessoal a casa.**

I3: Pronto, está bem, já houve outras pessoas que já responderam a isso. Mas o Senhor não responde a isso, que a minha colega não quer. E eu quero respeitar exatamente a objeção que ela fez.

Pronto, conhecia bem o local, passava lá duas vezes por dia, lembra-se dos sinais, quando o Senhor vem do Corticeiro para a Presa, era o sentido que fazia, não era?

**I2: Sim.**

I3: Quando vem do Corticeiro para a Presa, há logo ali uns sinais... Não! Isto, desculpe, mas está dentro do quadro do acidente!

I4: Não está, não, Senhor Doutor!

I1: Não, não está.

I4: Eu só indiquei a 32 a 37.

I1: É, só 32 a 37.

I3: Mas está dentro do quadro daqui. Isto são factos instrumentais em relação a...

I1: Ó Senhor Doutor, mas não está!

I3: Não?

I1: Não.

I3: Pronto, retiro já. Eu acho que é uma conceção muito restrita do ponto de vista do processo da lista.

I1: Ó Senhor Doutor, eu, por mim, nem havia isto. Mas eu não sou legislador!

I4: Pois.

I3: Mas a linha do processo é de colocar as grandes questões e depois os factos instrumentais.

I1: Quem teve a ideia da criação da base instrutória, a ideia era justamente essa....

I4: Exatamente.

I1: ... que a base instrutória fosse a definição de tópicos.

I3: Exatamente.

I1: O que acontece é que se fez da base instrutória o que era o anterior questionário.

I3: Pronto. Tivemos que fazer aqui uma “coisa”, mas então, eu digo, sinto-me muito constrangido neste processo. Mas eu vou respeitar.

Olhe, então, se vinha alguém atrás de si, isto também já perguntei, o senhor não viu?

**I2: Não.**

I3: Agora a pergunta é simples: mas se viesse alguém, o senhor ia distraído, porque devia ver quem vem atrás.

**I2: Mas é que não vinha ninguém!**

I3: Pronto, Senhor António.

**I2: Pois! O problema é esse.**

I3: Pronto, é a sua tese.

**I2: É a minha, não, é a verdade!**

I3: Está bem, pronto. Agora, tenho que lhe dizer o seguinte: Isto é o quesito 34. O Senhor diz que se cruzou com um veículo que vinha em sentido contrário. Isto não é infirmar claramente o que o senhor disse, mas, por exemplo, o Senhor Doutor advogado que ia atrás, e que viu, diz que não se recorda de ter passado por outro veículo qualquer. Ele vinha atrás de si.

**I2: Mas esse senhor doutor advogado não está a dizer a verdade.**

I3: Pronto, está bem. Agora, também está em relação ao choque e tal, é verdade que o senhor disse “Ai que eu matei o homem e não o vi!”? no momento em que... Também não é verdade?

**I2: Não disse.**

I3: Pronto, sim senhor!

**I2: Não disse.**

I3: Olhe, a reta tem assim mais ou menos quantos metros?

**I2: Não posso precisar.**

I3: Está bem. Mais ou menos?

**I2: Eu sei lá.**

I3: Pronto, a gente vai lá, mas em todo o caso, era uma ideia...

**I2: Vá lá, que tenha 300.**

I3: Pronto. Por aí, 300 metros?

**I2: Não sei.**

I3: Se calhar, pode não ter tanto. Mas também, pronto, é uma referência. É uma reta grande, com centenas de metros. Pronto, o senhor calcula em 300...

I2: **Não sei, não sei.**

I3: Poderá ser 200, pronto.

I2: **Pois. Muito grande não é.**

I3: Pronto. Algumas são de quilómetros.

I2: **Pois, exato.**

I3: 300 metros, pronto, a gente vê depois.

I2: **Porque aquilo não é reta, vai do campo da bola até à entrada da Presa.**

I3: Pronto, está bem. Agora é seguinte: havia candeeiros?

I2: **Sim.**

I3: Sim, senhor. Mas diz que se via mal. A pergunta é a seguinte: os candeeiros estavam acesos ou estavam apagados?

I2: **Ora bem, se estavam acesos, é com aquele espaço que não dão claridade. Que aquilo são luzes que, primeiro, têm que aquecer. E parece-me que é isto.**

I3: Estariam a aquecer?

I2: **Exatamente.**

I3: A ideia que o senhor tem é essa?

I2: **Exato. É a minha ideia.**

I3: Sim, senhor.  
O senhor passava ali frequentemente, conhecia bem, disse à instância da Senhora Doutora. O senhor que passava ali duas vezes por dia, passou por ali muitas vezes com carroças daquelas a passar por ali?

I2: **Não, era a única.**

I3: Naquele dia. E antes?

I2: **Mesmo nos outros dias, era a única. Passei por ele muitas vezes.**

I3: Sim, senhor. Passou por ele muitas vezes?

I2: **Muitas vezes!**

I3: Portanto, era habitual o senhor encontrar-se ali, naquele sítio, com a carroça do senhor Pedro Moreira, quer dizer, com a carroça e o Pedro Moreira à frente, não é?

I2: **Por vezes, mais cedo. Mas é claro que também não era todos os dias.**

I3: Certo.

I2: **Às vezes, lá passava.**

I3: Mas digamos assim, não havia semana nenhuma que se passasse que o senhor não encontrava ali a carroça?

I2: **Por semana, já não posso dizer, Senhor Doutor.**

I3: Mas era frequente!

I2: **Mas de vez em quando, passava.**

I3: De vez em quando, encontrava a carroça.

I2: **Eu conhecia bem o senhor. Então o senhor foi motorista de autocarro...**

I3: E é seu amigo! Era seu amigo...

I2: **Não, não. Quer dizer, nós não tínhamos confiança um com o outro.**

I3: Está bem, mas não eram inimigos?

I2: **Não éramos inimigos, por amor de Deus!**

I3: Olhe, mas dessas vezes que o senhor passava por ele com frequência, ele levava alguma luz na carroça?

I2: **Não.**

I3: Pelas vezes que passou...

I2: **Exatamente.**

I3: E quantas vezes, mais ou menos, já sei que não se pode dizer com rigor, é que o senhor passou e ele com a carroça sem luz?

I2: **E às vezes comentávamos, quando eu ia com pessoal, “esse senhor vai aqui arranjar um problema qualquer”.**

I3: Calculo! Mas quantas vezes é que o senhor passou por ele, mais ou menos, ao longo da vida?

I2: **Ó Senhor Doutor, não posso afirmar!**

I3: Sim, senhor, Senhor António. Mas nunca falou com ele “Ó Pedro, não seria melhor tu pores aí uma luzinha, quando eu te vir amanhã? Passo por aqui todos os dias e já...”

I2: **Não não.**

I3: Nunca falou?

I2: **Não.**

I3: Já agora, e encontrava-o sempre ali, naquele sítio, naquela reta? Ou era também noutros sítios?

**I2: Geralmente era naquele...**

I3: Naquele sítio?

**I2: Eles andavam lá a fazer o viaduto da auto-estrada, para cá, até à rua que cortava com a casa dele. Que era cá em cima na curva.**

I3: Pronto. Mas, portanto, naquela reta de 300 metros?

**I2: Sim.**

I3: Sempre num sítio fatídico?

**I2: Sim.**

I3: Sempre num sítio fatídico.  
Ó Senhor António, quando o senhor passava ali, não sei, penso eu, era uma pergunta, não estará bem nos quesitos, mas é instrumental, e a minha colega não se apercebe, o Senhor quase que adivinhava que ia encontrar aquele homem ali?

**I2: Eu adivinhava, não. Eu não podia adivinhar. Ele não passava ali todos os dias.**

I3: Pronto.

**I2: Eu nem me vinha a lembrar dele, sequer!**

I3: Pronto, naquela altura não?

**I2: Pois!**

I3: Pronto. Podia às vezes ter dito “Olha, lá vou eu me cruzar com o Moreira”.

**I2: Pois...**

I3: Sim, senhor.  
Agora o que eu queria era inquirir a testemunha, com base nas fotografias que constam no documento número...

I1: Sim, sim, Senhor Doutor, já estão aqui.

I4: É o relatório, não é?

I3: Como?

I4: É o relatório?

I3: É do Núcleo de Investigação criminal.  
Se Vossa Excelência permite isso, são estas fotografias.

I1: Sim, sim.  
Se calhar é melhor o Senhor chegar aqui. Vai fazer o favor de chegar aqui?

Portanto, tem aqui umas fotografias que foram feitas, no sentido Corticeiro – Presa, Senhor Doutor, faça favor.

I3: Pronto, isto é feito pelo Núcleo de Investigação, são uns senhores guardas que tratam de não sei quê, para nós não termos que fazer tudo...

**I2: Pois, exato.**

I3: Alguém tem que fazer alguma coisa. Eles põem aqui “local onde coisa”, se está correto este local do acidente?

**I2: Para aqui...**

I1: Onde está assinalado aqui com esta cruz.

I3: Sim, é.

**I2: ... e aqui é um prédio.**

I3: Sim, é.

**I2: Pois, encostado a um prédio.**

I3: Pronto, ainda bem. E se reconhece o local, por exemplo, está aqui curva e contra-curva, e 40 quilómetros de velocidade máxima. Conhece este sinal?

**I2: Sim.**

I3: Isto já lá existia na altura?

**I2: Agora é que eu não sei. Porque eu não tomei sentido disso.**

I3: Claro, claro. Senhor António, convém a gente sempre atentar nos sinais. Mas pronto, é um conselho fora do processo.

**I2: Exatamente. Mas está lá o sinal?**

I1: Agora está lá, na altura não se recorda.

**I2: Pois.**

I3: E antes deste sinal, lembra-se do sinal aqui, para o lado do Corticeiro, de 50 quilómetros/horários?

**I2: Sim.**

I1: Esse.

I3: Sim?

**I2: Sei lá.**

I3: 50 quilómetros, limite de 50.

**I2: Limite de 50? Não estou a ver.**

I3: Não está bem certo?

**I2: Não.**

I3: Pronto.

I1: Mas defrontou-se com alguma placa a dizer “Presa”?

**I2: Sim, está lá.**

I1: Isso está? Já lá estava na altura?

**I2: Já, já.**

I3: Já agora, a pergunta, o Senhor Doutor permite?

I1: Permito, Senhor Doutor, o tribunal ainda não está restrito aos quesitos, portanto, eu posso fazer as perguntas.

I3: (risos) ainda bem que o tribunal tem esse aval.  
Olhe, senhor António, essa placa “Presa” já lá a conhece há quantos anos?

**I2: Está lá já há muitos anos.**

I3: Pois. Mas mais ou menos?

**I2: Não posso precisar, não é?!**

**[Interferências]**

I3: ... do acidente? Então e o Senhor não se recorda da placa lá de 50 quilómetros?

**I2: É capaz.**

**[Interferências]**

I3: Esta é a área que o senhor calcula em 300 quilómetros, se calhar mais...

**[Interferências]**

I3: (risos) O senhor desculpe.

**[Interferências]**

I3: O acidente dá-se praticamente no fim da reta?

**I2: Tenho ideia que...**

**[Interferências]**

I3: Sim, já se tinha passado mais de metade.

**[Interferências]**

I3: Calculando isto em 300 metros, o senhor já tinha avançado já seguramente 200 metros da reta?

**I2: Sim, talvez.**

I1: Pode-se sentar.

Mais alguma questão?

I3: Não, estou satisfeito, Senhor Doutor.

I4: Posso, Senhor Doutor?

I1: Faça favor, Senhora Doutora.

I4: Eu posso retomar aqui um ponto?

I1: Pode, Senhora Doutora.

I4: Ó Senhor António, eu fiquei surpreendida, e já lhe li o que o senhor disse na descrição do acidente. E, de facto, o senhor nunca falou em ter sido encadeado. Depois, falou até do seguro, de ter falado com o senhor do seguro, e eu, enquanto estava este meu colega a fazer a instância, andei à procura das suas declarações ao senhor do seguro, no dia 12 de dezembro de 2007. Também foi logo a seguir ao acidente. O senhor nunca falou que tinha sido encadeado até agora. Porquê?

**I2: Então não falei?!**

I4: Não. O senhor não falou à polícia, o senhor não falou no seguro, o senhor sempre disse que a única causa, e é por isso que nós estamos aqui. O senhor tem o seu processo-crime, que vai agora a julgamento, mas não tem nada a ver com este.

I3: Pode não ser, Senhor Doutor. Se resolver, possivelmente a gente até desiste do processo.

I4: Não pode, Senhor Doutor, tem que ser.

I3: Não se desiste à americana, quer dizer, não fazemos força...

I4: Mas o Senhor sabe que daqui a um mês, vai ter um julgamento, e nós vamo-nos encontrar nesse dia lá, não é daqui a um mês, é daqui a 15 dias, vai ter um processo-crime, não é? Sabe disso? Vai ser julgado.

**I2: Dia 4.**

I4: Dia 5 de abril! Pelo menos na minha agenda, está dia 5.

**I2: É dia 5 do 4?**

I4: Já nem confio muito na minha agenda.

**I2: É dia 5 do 4, é.**

I4: É dia 5 do 4!

I1: Eu até admito que o senhor tenha dito isso ao guarda. Agora, com as dificuldades que nós constatamos nesta descrição daquilo que ele ali declarou...

I4: Mas eu tenho aqui uma declaração...

I1: Porque o que é certo é que refere, logo de imediato, que foi cruzado com um veículo.

I4: Foi cruzado! E diz que passou dos máximos para os médios.

I1: Ele aqui até diz “baixar os médios”, Senhora Doutora, o guarda. Não acredito que tenha posto os mínimos!

I4: Olhe, e na descrição que o senhor fez ao perito da companhia, também nunca falou em ter sido encadeado. E quando disse que a única causa do acidente, depois, se o tribunal achar conveniente, eu junto, e o senhor é confrontado com isto. A única causa que o senhor atribui ao facto de ter tido o acidente foi “o veículo de tração animal não trazia qualquer sinalização nem à sua retaguarda, o que não terá permitido observá-lo atempadamente”. E nunca falou em ter sido encadeado.

**I2: Não falei à GNR da Praia de Mira?!**

I4: Nunca falou, até ao processo-crime! Isto, realmente, é uma versão que o pode favorecer bastante no processo-crime. Mas aqui, o senhor não está a ser julgado. O senhor tem a certeza que foi encadeado?

**I2: Pois tenho!**

I4: Tem a certeza?

**I2: Tenho a certeza!**

I4: Tem a certeza que foi encadeado?

**I2: Não tenho dúvida nenhuma!**

I4: E nunca disse ao seu amigo [senhor guarda]? Nunca disse [ao senhor guarda] que tinha sido encadeado? Nunca disse ao perito da companhia que tinha sido encadeado? E tenho quase a certeza que se for consultar o processo-crime, pelo menos até ter sido constituído arguido, também não disse.

**I2: Eu não disse ao senhor da brigada de trânsito na Praia de Mira?!**

I4: Ó senhor António, as suas declarações estão a ser gravadas, tem a certeza que foi encadeado?

**I2: Fui encadeado.**

I3: Eu não desejo nada.

I1: Ó Senhor Doutor, já agora, e no mesmo interesse da descoberta da verdade, uma vez que é uma testemunha qualificada a esse respeito, eu vou-lhe perguntar efetivamente, trabalhava ao serviço da empresa X<sup>6</sup>, S.A.?

**I2: Sim.**

I1: E quando conduzia, naquele momento, estava ao serviço da sua empresa?

**I2: Ao serviço deles.**

I1: Era ela que lhe dava ordens, que lhe dizia onde é que o senhor tinha que ir, o que é que tinha que fazer?

**I2: Só deixava o trânsito quando chegava à fábrica, à noite.**

I1: E recebia um salário por isso?

**I2: Um salário a recibo verde.**

I1: Sim, senhor.

Senhores Doutores, prescindem também desta testemunha?

I3: Sim.

I1: A Senhora Doutora também?  
Diga, Senhor Doutor.

I3: Eu juntei o... Está bem, pronto! Podia às vezes... Obrigada!

I4: E eu não me intrometo.

I1: Está então dispensado a partir deste momento.

<sup>6</sup> Nome da empresa ocultado, para preservar a identidade dos envolvidos.





# **Apêndice II - Traduções**



**Audience nº 1**

**Durée :**  
**37:00**

**Intervenants :**

- I1** : Intervieweur 1 (le Juge)
- I2** : Témoin Oculaire
- I3** : Intervieweur 2 (l'Avocat de la défense)
- I4** : Intervieweur 3 (l'Avocat de l'accusation)

I1 : Alors bonjour. Dites-moi votre nom.  
**I2 : Mário Rodrigues<sup>1</sup>.**  
 I1 : Votre état civil ?  
**I2 : Marié.**  
 I1 : Donc, vous êtes militaire de la Gendarmerie Nationale Républicaine portugaise (GNR) ?  
**I2 : De la GNR, oui.**  
 I1 : Et vous assumez vos fonctions au commissariat de...  
**I2 : ... de Mira.**  
 I1 : ... de Mira, d'accord. Monsieur Rodrigues, savez-vous pourquoi vous êtes ici, au tribunal, aujourd'hui ?  
**I2 : Oui, oui.**  
 I1 : Donc, on discute, ici, sur un accident de la route...  
**I2 : Oui, oui.**  
 I1 : ... qui a causé la mort d'un homme qui manipulait, pour ainsi dire, ou conduisait un véhicule transanimal...  
**I2 : Oui, Monsieur le Président.**  
 I1 : ... Monsieur Pedro Moreira<sup>2</sup>. Vous souvenez-vous de cet accident ?  
**I2 : Oui, oui**  
 I1 : Êtes-vous intervenu sur cet accident ?  
**I2 : Oui, oui.**  
 I1 : Vous vous êtes occupé de cet accident et vous avez rempli la déclaration respective ?  
**I2 : Oui.**  
 I1 : D'accord. Et, en qualité de témoin, par laquelle vous allez être écouté, vous avez le devoir de répondre par la vérité à ce qui vous sera demandé.

**I2 : Correct.**  
 I1 : Sous peine de commettre un délit, je vous demande alors si vous jurez de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité.  
**I2 : Correct.**  
 I1 : Vous pouvez vous asseoir.  
 Je vous en prie, Maître. Ce sera sur quelle matière, Maître ?  
**I3 : Monsieur le Président, 1 à 17, 24 et 32 à 37.**  
 I1 : Je vous en prie, Maître.  
**I3 : Monsieur Rodrigues, vous vous êtes occupé de cet accident à Corticeiro ?**  
**I2 : À Presa, Maître.**  
**I3 : À Presa, d'accord.**  
 Donc, vous y avez été appelé, c'est ça ? Vous avez reçu un appel au commissariat, je suppose. Et vous vous y êtes dirigé.  
**I2 : Oui, à la demande du CODU\*.**  
**I3 : Du CODU ?**  
**I2 : Ce sont les urgences.**  
**I3 : Ah oui, d'accord. Et donc, quand vous y êtes arrivé, vous avez fait ce croquis-ci ?**  
**I2 : Oui.**  
**I3 : Puisqu'on y est, ce croquis que vous avez fait, que j'ai joint ici, en tant que document nº 1, avec la requête qui a été signée par vous... Je peux vous montrer, rien que pour confirmer, tant qu'on y est !**  
 I1 : C'est celui-ci, vous pouvez venir ici, tant qu'on y est.  
 Je vous en prie.  
 C'est bien la déclaration que vous avez faite, c'est donc votre signature ?  
**I2 : Correct.**

<sup>1</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>2</sup> Nom fictif afin de protéger les données de la victime.

NDT : CODU est le sigle portugais pour Centres d'Orientation de Patients Urgents. Le CODU, dépendant de l'INEM, est un service portugais équivalent au SAMU français.

I1 : Très bien.

I3 : D'accord. Donc, puisque vous confirmez cela, il y a, maintenant, moins de questions, puisque vous avez écrit ici, en ce qui concerne les dommages aux véhicules, à la charrette « les dommages n'ont pu être vérifiés, étant donné la charge transportée, qui cachait le véhicule ». En ce qui concerne le véhicule n°2, vous avez écrit que l'automobile avait « l'avant et le côté droit endommagés ».

Donc, c'est pour que l'on puisse voir la dynamique de l'accident.

**I2 : Correct.**

I3 : Ce qui veut donc dire que, d'après vous, c'est qu'en voyant le véhicule et, juste après, ce qui est endommagé, disons, c'est la partie droite de la partie avant du véhicule. Qu'avez-vous alors vu quand vous êtes arrivé là-bas ? Première chose : c'est une ligne droite, mais grande ou petite ? C'est une ligne droite de combien de mètres plus ou moins ? Je connais l'endroit mais c'est vous qui devez répondre.

**I2 : (rires) Oui, il y a un léger virage plus loin et ensuite la ligne droite.**

I3 : D'accord. De 200 mètres ?

**I2 : Moins.**

I3 : Moins de 200 mètres, mais elle a au moins 150 mètres ?

**I2 : Oui, plus ou moins.**

I3 : Il est dit ici que Madame a demandé une inspection, et que le tribunal devra, par la suite, se prononcer, voilà.

Donc, 150 mètres !

Et dites-moi, l'accident a eu lieu dans la localité de Presa ?

**I2 : Oui.**

I3 : C'est important aussi. Dans un endroit où il y a une agglomération de maisons, c'est ça ?

**I2 : Oui. C'est un nouveau petit quartier, il n'y a pas beaucoup de maisons, mais c'est dans la localité.**

I3 : Si elles sont après les panneaux de la localité, c'est dans la localité !

**I2 : Dans la localité.**

I3 : D'accord. Alors, les véhicules venaient dans le sens, c'est écrit ici, voyons... Corticeiro de Cima - Presa.

**I2 : Corticeiro de Baixo !**

I3 : Vous êtes sûr ?

**I2 : Oui, parce que Corticeiro de Cima appartient à Cantanhede.**

I3 : Ici, il est écrit que c'est Corticeiro de Cima, mais bon, c'est Corticeiro - Presa, n'est-ce pas ?

**I2 : Oui, c'est ça.**

I3 : Ils étaient déjà entrés dans la localité de Presa ?

**I2 : Correct.**

I3 : D'accord. Ils étaient sur une ligne droite, et ma question est la suivante : ils roulaient en ligne droite, mais plus du côté de Presa ? Ou plus du côté de Corticeiro ? Ou pratiquement au milieu ?

**I2 : Pratiquement à mi-chemin. Il y a un terrain de football...**

I3 : D'accord.

**I2 : Et puis, il y a deux nouvelles maisons, maintenant...**

I3 : D'accord.

**I2 : Pratiquement à mi-chemin !**

I3 : Pratiquement à mi-chemin, d'accord. Vous n'avez même pas mis les virages sur votre photo, mais après nous verrons l'enquête des gendarmes de la brigade. Ce qu'ils font maintenant, avec les photos et tout, simplifie beaucoup plus le travail des tribunaux qu'avant.

Très bien, Monsieur Rodrigues, l'accident a lieu pratiquement - calculons la ligne droite comme ayant près de 150 mètres minimum -, disons, pratiquement au milieu, les véhicules auraient parcouru près de 65 mètres, plus ou moins, je ne vais pas mesurer...

**I2 : Oui, oui...**

I3 : Mais donc, c'est pratiquement à mi-chemin de la ligne droite, ils auraient parcouru près de 65 mètres.

Dites-moi, donc, comment se trouvait-il ?

Vous nous avez déjà dit où est-ce que l'autre véhicule était endommagé, vous avez déjà dit aussi que c'était à mi-chemin de la ligne droite. Mais, maintenant, à quel endroit se trouvaient les véhicules que vous avez vérifiés ?

**I2 : En venant de...**

I3 : Je parle de leurs positions. On sait déjà qu'ils étaient pratiquement au milieu de la ligne droite, donc...

**I2 : L'un d'eux était à l'envers, le conducteur de l'animal, « comme ça ».**

I3 : « Comme ça », que voulez-vous dire avec « comme ça » ?

**I2 : De travers sur la chaussée. Et l'autre accolé à lui, du côté gauche.**

I3 : D'accord. Du côté gauche, quand on vient de Corticeiro vers Presa ?

**I2 : Oui.**

I3 : Mais après, vous avez vérifié quel était le sens - je pense que c'est déjà fondé -, des véhicules, c'est exact ?

I2 : **Oui, oui. Exactement, c'était le même sens.**

I3 : C'était le même sens. Donc, ils venaient de...

I2 : **... de Corticeiro vers Presa.**

I3 : Et le plateau de la charrette était retourné à l'envers ?

I2 : **Oui.**

I3 : Il était de travers ?

I2 : **Oui.**

I3 : Qu'avez-vous alors conclu du fait qu'elle se retourne comme ça, à l'envers ?

I2 : **Qu'il était possible que la collision ait eu lieu du côté gauche de la charrette.**

I3 : D'accord, mais une collision avec l'avant droit de l'automobile, sur le côté gauche de la charrette.

I2 : **Qu'il s'agirait, peut-être, d'un doublement.**

I3 : D'accord.

I2 : **En regardant l'accident, n'est-ce pas ?**

I3 : Donc, vous l'assumez.

I2 : **Oui, je l'assume.**

I3 : Je dis, maintenant, la chose suivante : vous avez, en ce qui concerne cela, déjà de l'expérience, puisque vous avez déjà des cheveux blancs, comme moi. Pas tant que moi, mais vous en avez déjà quelques-uns.

Si la voiture vient dans le même sens, par derrière, et la heurte avec l'avant droit, je vous demande si la collision a été faible, ou si ça a dû être une collision violente pour que vous retrouviez les véhicules ainsi ?

I2 : **De mon point de vue, elle a été forte, puisqu'elle a retourné le véhicule.**

I3 : D'accord. C'est ça. Et du fait aussi que vous connaissez aussi les vitesses, je vais maintenant vous poser une question : vous pensez qu'il aurait pu percuter l'arrière à 40 ou 50 km/h, endommager de la sorte le véhicule et retourner comme ça la charrette ? Vous avez de l'expérience à ce niveau-là...

I2 : **Oui.**

I3 : Vous savez ce que veut dire rouler à 40 ou à 50 km/h ?

I2 : **Oui. Je pense que ça n'aurait pas fait ce genre de « chose ».**

I3 : La charrette était chargée ou elle était vide ?

I2 : **Avec des broussailles.**

I3 : Avec des broussailles ?

I2 : **Oui.**

I3 : Par conséquent, la charrette était chargée.

I2 : **Mais il y a aussi la question de l'animal, il est possible qu'il se soit effrayé et se soit enfui, quand le véhicule l'a percuté.**

I3 : C'est possible aussi.

I2 : **Bien sûr.**

I3 : D'accord. Savez-vous à quel endroit était assise la victime ? Devant, de côté, derrière...

I2 : **Non.**

I3 : Vous ne savez pas ? Quand vous êtes arrivé, elle était déjà...

I2 : **Oui, oui. Ça, je ne sais pas.**

I3 : Il y avait beaucoup de personnes quand vous êtes arrivé ?

I2 : **Oui.**

I3 : Vous avez écrit ici, sur le croquis, que la largeur de la chaussée est de 7,10 mètres, vous le confirmez ?

I2 : **Oui.**

I3 : Y a-t-il des trottoirs ?

I2 : **Oui, il y a des trottoirs.**

I3 : Savez-vous la mesure des trottoirs ?

I2 : **Ça, je n'en ai pas la moindre idée.**

I3 : D'accord.

I2 : **Mais près d'un mètre et demi, plus d'un mètre et demi.**

I3 : Non, en fait, vous l'avez écrit ici. 1,40 mètre. Vous confirmez ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Vous avez également mesuré les trottoirs, très bien. Il y en avait des deux côtés ?

I2 : **Oui, oui, des deux côtés.**

I3 : Dites-moi, et cette route, quand vous êtes arrivé, elle était en bon état ? Elle était normale ? Bonne ?

I2 : **Normale.**

I3 : Normale ?

I2 : **Oui. Elle était réparée.**

I3 : Donc, vous avez déjà expliqué que c'était entouré de maisons, et il y avait des maisons d'habitation d'un côté et de l'autre, ou seulement d'un côté ?

I2 : **Non, d'un seul côté, à l'époque.**

I3 : Maintenant, il y en a des deux côtés ?

I2 : **Oui, oui**

I3 : Donc, d'un côté il y avait des maisons, et de l'autre côté, qu'y-avait-il ?

I2 : **Des jardins, des jardins potagers, un puits, où se trouvait d'ailleurs l'animal...**

I3 : D'accord...

I2 : **Un poteau...**

I3 : D'accord. Des jardins potagers, d'un côté, et, de l'autre, des maisons d'habitation.

I2 : **Oui, oui. Une ou deux maisons seulement, et l'endroit où étaient les véhicules c'étaient les terrains.**

I3 : Oui. Par conséquent, il y avait quelques maisons...

I2 : **Oui, oui, avant et après.**

I3 : Donc, d'un côté de la ligne droite, et de l'autre, des jardins potagers. Et c'était dans la localité de Presa, vous n'avez aucun doute ?

I2 : **Non, je n'ai aucun doute.**

I3 : Dites-moi, quel temps faisait-il ? Il avait plu ou le temps était normal ?

I2 : **Je n'en ai plus la moindre idée. Voyez ce qui est écrit là...**

I3 : D'accord, vous ne savez plus. D'accord.

I1 : S'il est écrit « Temps : Beau temps », c'est parce qu'il faisait beau.

I3 : Évidemment.

I1 : Sinon, il ne l'aurait pas écrit...

I3 : D'accord.

I1 : S'il pleuvait, s'il neigeait...

I2 : **Oui, je prends toujours note du temps qu'il fait.**

I3 : D'accord. Merci, Monsieur le Président, je n'avais pas vu cette note. Vous avez écrit ici qu'il faisait beau. On est d'accord.  
Donc, d'après ce qui est écrit ici, cette ligne droite, qui mesure 150 mètres, elle était éclairée ? Avec des lampadaires ?

I2 : **À l'endroit de l'accident, il n'y avait aucun éclairage. En ce moment, il y en a. Après l'accident, sur cette ligne droite, au niveau du léger virage, il commence à y avoir des poteaux pour l'éclairage public.**

I3 : L'accident a eu lieu en...

I2 : **En novembre, il me semble.**

I3 : Nous avons ici un document que je peux... [murmures incompréhensibles]  
« Dès 2008, la commande de l'éclairage public de la localité de Presa est faite à partir d'une cellule photoélectrique, l'acte d'allumer et d'éteindre l'éclairage se faisant automatiquement quand le soleil se couche et quand il se lève, respectivement ».

I2 : **Oui, Maître, mais, à l'époque, il n'y avait aucun éclairage. Maintenant, il y en a, mais seulement depuis la construction des maisons. À l'époque de l'accident, là-bas, il n'y en avait pas.**

I3 : Vous en êtes sûr ? Qu'à l'époque, il n'y avait pas d'éclairage ?

I2 : **Les poteaux y étaient !**

I3 : Bon.

I2 : **Mais il n'y avait pas d'éclairage !**

I3 : Lampadaires en ligne droite, séparés les uns des autres de 30 mètres ?

I2 : **À l'époque de l'accident, il n'y avait pas d'éclairage.**

I3 : Vous avez vérifié cela ? Vous vous en souvenez ?

I2 : **Je l'ai même écrit sur la déclaration.**

I3 : Laissez-moi voir, tant qu'on y est.

I2 : **Je me rappelle de l'avoir écrit. Je crois que les déclarations du conducteur en parlent également.**

I3 : Oui, c'est le conducteur qui a dit « Lieu sans éclairage ».

**[murmures incompréhensibles]**

I3 : « Dans la description de l'accident, à l'endroit et à la date de l'accident, il n'y avait aucun type d'éclairage ».

I2 : **Oui, oui.**

I3 : C'est ce que dit le conducteur, ce sont les déclarations du conducteur.

I4 : Non, après les déclarations, Maître, il y a deux points.

I3 : « Circulait dans le sens... devant moi... dans la voiture... »

**[murmures incompréhensibles]**

I4 : Dans le paragraphe, après les déclarations !

I3 : Oui, oui... « Sur place, il n'y avait aucun type de signalisation. ».

I4 : C'est « signalisation » ? Ah, exactement, « signalisation » ...

I3 : Puisqu'on y est, de quelle signalisation parlez-vous, qu'il n'y en avait pas ?

I2 : **C'est par rapport au véhicule. Il était mal signalé, avec un...**

I3 : Y avait-il des panneaux de signalisation de limitation de vitesse ?

I2 : **Oui, derrière, il y en avait.**

I3 : Derrière ! Mais on y viendra. Donc, sur place, vous n'avez trouvé aucune signalisation du véhicule...

I2 : **Oui, c'est ça.**

I3 : Excusez-moi, mais les poteaux d'éclairage y étaient...

I2 : **Ils y étaient.**

I3 : Et ils ne marchaient pas ?

I2 : **Il n'y avait pas d'éclairage électrique.**

I3 : Alors, c'était comment ? Il n'y avait que la lumière des maisons ?

I2 : **Oui. À l'époque de l'accident, à la date de l'accident, il n'y avait aucun éclairage électrique public.**

[Interférences]

I3 : Non ? ! Alors la mairie y a mis des poteaux, et elle ne les allumait pas ? Non ? Les gens, il y avait des poteaux juste pour...

I2 : **Il n'y avait que deux maisons, à l'époque. Et elles étaient encore en construction.**

I3 : Mais les poteaux y étaient ?

I2 : **Les poteaux y étaient.**

I3 : Mais ils avaient des lampes ?

I2 : **Ça, je ne m'en souviens plus. Les poteaux y étaient puisque j'en ai mesuré un.**

I3 : Oui, vous l'avez mesuré. Vous avez écrit ici « poteau d'éclairage ».

I2 : **Oui, précisément ! Je me souviens de l'accident...**

I3 : Vous avez écrit « point fixe inchangeable : poteau d'éclairage ».

I2 : **Oui !**

I3 : Donc, le poteau que vous avez mentionné ici ne marchait pas ?

I2 : **Il n'éclairait pas, non.**

I3 : Alors, ce n'était pas un poteau d'éclairage, c'était un poteau. Correct ?

I2 : **Correct. Mais nous identifions toujours les poteaux comme...**

I3 : D'accord. Dites-moi, on demande ici...

I2 : **Nous avons même l'habitude de prendre note du numéro du poteau, et là, je crois que je ne l'ai pas fait. Les poteaux ont des numéros. Mais je sais de quel poteau il s'agit.**

I3 : Ah, d'accord. Allons. Donc, ici, l'information n'est pas exacte, on demandait ici s'ils étaient allumés ou pas, vous avez dit, qu'à l'époque, que non, qu'ils n'étaient pas encore allumés.

Et donc, après, vous vous êtes occupé de cet accident, vous avez parlé avec le conducteur, vous le connaissiez ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Il était d'ici ? D'ici, de cette zone...

I2 : **Oui, il était de Mira.**

I3 : D'accord, et que vous a-t-il dit ? Vous avez écrit ici...

I2 : **Les déclarations qu'il a décrites.**

I3 : Mais je veux dire, non pas en ce qui concerne l'accident, mais en relation à...

[Interférences]

I3 : Il venait d'où ? Qu'allait-il faire, à ce moment-là ?

[Interférences]

I3 : ... de cette situation dont vous avez parlé à l'époque, c'était en novembre...

[Interférences]

I3 : Il faisait jour ou il faisait déjà nuit ?

I2 : **Nuit, il était 18 heures passées. En hiver, il fait déjà nuit. Un peu sombre.**

I3 : Oui, d'accord.

[Interférences]

I3 : Où se trouve le véhicule automobile ? L'autre, vous nous avez déjà dit qu'il était de travers. Endommagé à l'avant, vous avez dit qu'il vous semble que ça s'est produit pendant qu'il doublait.

[Interférences]

I3 : Mais vous savez pourquoi ? C'est une conclusion de votre part ou vous en avez parlé avec lui ?

I2 : **Non, non, c'est une conclusion de ma part.**

I3 : C'est une conclusion de votre part ?

I2 : **Oui. Parce que, prenant en compte la position des véhicules, à moi, il me semble qu'il soit possible qu'il ait essayé de doubler. Parce que le monsieur a dit qu'avant lui, je crois qu'il a croisé un autre véhicule automobile.**

[Interférences]

I2 : ... qu'il ne s'est pas aperçu du véhicule qui était devant lui, donc.

I3 : Il ne l'a pas vu ?

I2 : **Si !**

I3 : Mais ça, c'est ce que vous avez discuté avec le conducteur du véhicule ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Donc, il a dit qu'il n'a pas vu le volume devant lui ?

I2 : **Oui, qu'il a croisé un autre véhicule, et, qu'après, il n'a pas vu la voiture, avant l'accident.**

I3 : Oui, donc il ne vous a pas dit qu'il était en train de doubler ?

I2 : **Non, non. Il n'a pas parlé du doublement. S'il était en train de doubler...**

I3 : Mais il a dit qu'il n'a pas vu le volume, qu'est-ce que c'est que ce volume ?

I2 : **Il n'a pas vu la charrette...**

I3 : Il n'a pas vu la charrette !

I2 : **Oui !**

I3 : La charrette était grande... et visible.

I2 : **Mais sans signalisation... Il est probable que, lors du croisement, il n'ait pas été possible de voir la charrette...**

I3 : D'accord...

I1 : Vous avez mentionné, si j'ai bien compris, qu'il avait été ébloui par un autre véhicule.

I2 : **Correct, Monsieur le Président.**

I3 : D'accord. Et avez-vous vu s'il y avait là des traces de freinage ?

I2 : **Non.**

I3 : Il n'y avait pas de traces de freinage ?

I2 : **Non.**

I3 : D'accord, donc, d'après ce que vous avez parlé avec lui, il n'a pas vu et a heurté la charrette ! Il n'a pas réussi à s'écarter ni à réduire la vitesse.

I2 : **C'est possible.**

I3 : Il n'y avait pas de traces de freinage ?

I2 : **Non, sur place, non.**

I3 : Sur place, non.  
Maintenant, c'est écrit ici que, avant d'arriver à la ligne droite, quand le véhicule sort du virage, il y avait là deux panneaux de vitesse. Quels sont ces panneaux ? Vous savez ?

I2 : **Je n'en ai pas la moindre idée.**

I3 : Mais vous auriez dû aller voir. Non, Monsieur Rodrigues ?

I2 : **À l'époque, je n'y suis pas allé.**

I3 : Bon, s'il était dans la localité de Presa, il devait y avoir celui qui indiquait 50 km, n'est-ce pas ? Mais c'est écrit ici qu'il y en avait un autre, d'approximation de succession de virages. Vous n'avez aucune idée ?

I2 : **Non.**

I3 : Si vous ne savez pas...

I2 : **Non, je n'en ai pas la moindre idée.**

I3 : D'accord.  
C'était à l'intérieur d'une agglomération, vous savez qu'il y avait le panneau de limitation de 50 km/h ?

I2 : **Non, je ne sais pas.**

I3 : Vous ne savez pas ?  
Et vous ne savez pas non plus...

I2 : **J'ai seulement vérifié que c'était dans une localité plus tard...**

I3 : Correct !

I2 : **... mais s'il y avait un panneau ou pas...**

I3 : Mais il pouvait y être, aussi, n'est-ce pas ? Ce serait un de plus...  
Dites-moi ! Mais c'est écrit ici qu'il y en avait encore un autre ! Pourrait-il y avoir une situation quelconque qui justifierait une diminution accentuée de vitesse ?  
Vous n'avez aucune idée d'y avoir vu un panneau de 40 km/h ?

I2 : **Non non, je n'en avais aucune idée.**

I3 : Il n'y a pas d'école ni rien ?

I2 : **Non, à cet endroit-là, non. Il y a un terrain de football, mais ça, c'est avant.**

I1 : Pouvez-vous venir ici, peut-être qu'en voyant une photo... Pouvez-vous venir ici, s'il vous plait ?

**[Interférences]**

I1 : ... reportage photographique qui a été fait par la Police de Circulation portugaise. Donc, l'accident aurait eu lieu sur cette ligne droite, dans le sens Corticeiro – Presa, et je vois ici un panneau de 40 km, avec le panneau de succession de virages ici, en haut. Vous rappelez-vous l'existence...

I2 : **Non...**

I1 : Vous n'avez vraiment aucune idée ?  
Même en regardant ça...

I2 : **Oui, oui, je n'en ai aucune idée, Monsieur le Président.**



I1 : D'accord.

I2 : **Je n'en ai aucune idée.**

I1 : Je vous remercie. Vous pouvez vous asseoir.

I2 : **Il y est... mais je n'en ai aucune idée.**

I3 : Vous permettez, Monsieur le Président ?

I1 : Je vous en prie, Maître.

I3 : Oui, mais s'il y avait ce panneau de 40 km/h, c'est une vitesse par rapport à 50, c'est-à-dire... les dégâts sur la voiture et la charrette ne seraient pas ceux-là... à 40 km/h.

I2 : **Ça dépend également de l'angle dans lequel il a percuté la voiture. C'était peut-être dans la roue en fer de l'animal.**

I3 : Mais vous rappelez-vous des dégâts de la voiture, que vous avez écrit ici ?

I2 : **Oui. Le phare et le pare-chocs, il me semble.**

I3 : C'est ça. Maintenant, prenez en considération les dommages de la voiture.

I2 : **Oui.**

I3 : À 40 km/h, une voiture qui percute une charrette ne produit pas ces dommages. Ou est-ce possible ?

I2 : **Je pense que non.**

I3 : Vous pensez que non... Mais bon, vous comprenez...

[murmures incompréhensibles]

I2 : **Je pense que non, je ne suis pas expert en la matière.**

I3 : Vous êtes expert en...

I2 : **Pas en ça, dans ce cas, je ne le suis pas.**

I3 : D'accord, mais vous contrôlez d'habitude les excès de vitesse.

I2 : **(rires) Ça, c'est autre chose, Maître.**

I3 : Et donc après, le cadavre... Non, pas le cadavre, puisqu'il n'est pas mort sur le coup, il a été transporté à l'hôpital, après.

I2 : **Oui.**

I3 : Mais il était encore en vie quand il a été transporté à l'hôpital.

I2 : **Oui, oui, oui.**

I3 : Donc, vous n'avez pas vu le...

I2 : **Non, non, quand je suis arrivé, il était déjà dans l'ambulance...**

I3 : D'accord.

I2 : **... de l'Institut National d'Urgence Médicale (INEM), donc, je n'ai pas contacté la victime.**

I3 : D'accord. Alors, la charrette transportait quoi ? Vous l'avez déjà dit...

I2 : **De la brousse. Des aiguilles de pin... c'est de la brousse !**

I3 : Oui.

I2 : **Du fumier pour les animaux.**

I3 : Pour qu'ils mangent ?

I2 : **Non, non !**

I3 : Pour se coucher dessus ?

I2 : **Oui !**

I3 : Et...

[murmures incompréhensibles]

I3 : Dans l'allégation de l'illustre [incompréhensible], vous avez dit que l'éclairage était faible.

Monsieur le Président, c'est fait, mais j'allais solliciter quelque chose, mais peut-être à la fin, Monsieur le Président.

I1 : Très bien, Maître. Alors, peut-être, pouvons-nous passer l'instance à votre collègue, maintenant.

I3 : Bien sûr.

I1 : Et ensuite, Maître...

Je vous en prie, Maître.

I4 : Monsieur Mário Rodrigues.

I2 : **Oui ?**

I4 : Nous avons ici des photos jointes aux actes des véhicules, mais je vous demande de me décrire le véhicule à traction animale. D'abord, savez-vous quel animal tirait le véhicule ?

I2 : **Oui, oui. C'était une vache.**

I4 : C'était une vache...

I1 : Maître, ce témoin est également le vôtre ?

I4 : Non.

I1 : Non ?

I4 : Non, c'est seulement un contre-interrogatoire, Monsieur le Président.

Donc, le véhicule à traction animale était tiré par une vache. C'est ça ?

I2 : **Oui, c'est ça.**

I4 : Nous avons ici des photos, non pas de l'animal mais du véhicule. Ça, c'était en bois ? Le véhicule était en bois ?

**I2 : Oui. En bois avec...**

**[Interférences]**

I4 : Avez-vous une idée du poids d'un véhicule de ce genre ?

**I2 : Je n'en ai pas la moindre idée.**

I4 : Vous n'avez aucune idée... Au fait, et le véhicule automobile, avez-vous une idée de ce que c'était ? Il est décrit ici que c'était un véhicule utilitaire léger, mais vous rappelez-vous duquel il s'agissait ?

**I2 : Un monospace...**

I4 : C'était un monospace !

**I2 : À huit places, il me semble. De transport.**

I4 : Nous avons ici l'indication d'une Renault Trafic, c'est ça ?

**I2 : Oui, c'est ça.**

I4 : Nous avons aussi des photos. Encore dans le cadre de vos compétences, et en tant qu'expert que vous êtes et qui fait ce genre de service quotidiennement, tel que l'a mentionné mon collègue, vous ne savez pas nous dire le poids du monospace ?

**I2 : [murmures]**

I4 : Mais dites-moi une chose : ce monospace Renault Trafic serait plus lourd que le véhicule à traction animale ?

**I2 : Oui. Il y a un doute, là-dessus ?**

I4 : Beaucoup plus lourd ?

**I2 : Beaucoup plus lourd !**

I4 : Ce qui signifie qu'un accrochage léger d'un monospace avec un véhicule à traction animale, qui n'a qu'une plaque de bois dessus, peut faire bouger le véhicule à traction animale ? Est-ce vrai ?

**I2 : Ça dépend de la collision, de comment a été le choc.**

I4 : D'accord, mais parlons seulement en termes de comparaison de poids.

**I2 : Oui, oui.**

I4 : Le monospace est beaucoup plus lourd ?

**I2 : Il est beaucoup plus lourd.**

I4 : Vous avez dit, et je m'excuse, mais je prenais des notes, que le conducteur du véhicule automobile avait dit qu'il avait été ébloui.

**I2 : Oui, il a croisé un véhicule avant l'accident.**

I4 : Ce que les déclarations fournies par le conducteur, qui sont ici écrites par vous, disent, c'est qu'il circulait avec les feux de route, et vu qu'il a croisé avant un véhicule, il a mis les feux de croisement. C'est ce qu'il vous a dit, n'est-ce pas ?

**I2 : Maître, si c'est écrit, c'est ce qu'il a dit.**

I4 : D'accord, ce qui est écrit ici, c'est « un véhicule à traction animale circulait devant moi, avec de la brousse, sans aucune signalisation à l'arrière, ou sans d'autres lumières, l'endroit n'ayant aucun éclairage ».

**I2 : Ça, je le sais.**

I4 : « Peu de temps avant l'accident, j'ai croisé une voiture qui circulait dans le sens inverse, ayant été forcé de passer en feux de croisement, de sorte que, dans cette circonstance, il m'était totalement impossible de voir l'obstacle ». C'est ce qu'il vous a dit, ou pas ?

**I2 : Oui ! Si c'est écrit dans les déclarations, c'est ça !**

I4 : Quand vous parlez d'éblouissement, le conducteur ne vous a dit à aucun moment qu'il avait été ébloui, ou l'a-t-il fait ?

**I2 : Non. Qu'il avait croisé un véhicule...**

I4 : Ceci est une autre conclusion de votre part.

**I2 : Oui, oui, c'est moi qui ai supposé cela.**

I4 : Par conséquent, vous supposez cela.

**I2 : Quand il a croisé l'autre véhicule !**

I4 : Mais personne ne vous a dit qu'il y avait eu éblouissement ?

**I2 : Non.**

I4 : Encore moins le conducteur du véhicule assuré ?

**I2 : Non.**

I4 : Dites-moi, enfin, vous avez déjà décrit, mais j'aimerais que ce soit un peu plus détaillé. Quand vous êtes arrivé sur les lieux, quelle était la position des véhicules ? Et la première question est la suivante : Ils étaient l'un contre l'autre ? Ils étaient rentrés l'un dans l'autre ? Il y avait une distance entre eux ? Comment se trouvaient-ils ?

**I2 : Ils étaient l'un contre l'autre.**

I4 : Ils étaient l'un contre l'autre...

**I2 : Comme sur le croquis.**

I4 : Exactement comme sur le croquis.

**I2 : D'accord, exactement.**

I4 : Vous avez déjà mentionné qu'il n'y avait pas de traces de freinage. Ce croquis n'est pas à l'échelle...

I2 : **Non, ce n'est pas possible !**

I4 : Cela peut parfois nous donner une fausse illusion de comment c'était vraiment.

I2 : **Oui, oui**

I4 : Le véhicule à traction animale, d'après le croquis que nous avons ici, qui n'est pas à l'échelle, nous semble être au milieu, entre l'accotement et la chaussée. C'est ça ?

I2 : **Oui. Donc, les limonnières de la voiture étaient sur un chemin, dans une entrée.**

I4 : Les limonnières ? Cette partie du milieu...

I2 : **... la partie à l'intérieur de laquelle se trouve l'animal.**

I4 : Et seule la partie où était la brousse était...

I2 : **... sur la chaussée !**

I4 : Avez-vous plus ou moins une idée de l'espace qu'occupait cette partie sur la chaussée ? Avec ce croquis, nous n'arrivons pas à comprendre. Elle occupait totalement la chaussée ?

I2 : **Non.**

I4 : Non ?

I2 : **Vous avez les mesures, Maître.**

I4 : J'ai ici les mesures, mais...

I2 : **Maintenant, je ne m'en...**

I4 : Nous avons ici les mesures de la largeur de la chaussée...

I2 : **Ce sont les mesures qui ont été mesurées.**

I4 : ... qui aurait 7,10 mètres.

I2 : **Oui.**

I4 : Les mesures que vous avez prises sont celles qui vont de l'accotement opposé jusqu'au véhicule léger. Nous avons là une mesure de 3,60 mètres. Donc, ici, nous n'avons pas de doutes que l'accident a eu lieu sur la chaussée, où circulaient les véhicules.

I2 : **Les deux véhicules !**

I4 : Les deux véhicules.

I2 : **Oui, oui.**

I4 : De Corticeiro de Cima vers Presa. Ce que je voudrais savoir, c'est si vous avez une idée si, de ces 3,55 mètres que mesurait la chaussée...

I2 : **Oui, oui, je comprends.**

I4 : Quel était plus ou moins l'espace...

I2 : **La distance entre les véhicules et l'animal...**

I4 : Exactement.

[Interférences]

I4 : Et vous également, dans une de vos conclusions, et vous avez compris que c'était une de vos conclusions, une de vos idées...

[Interférences]

I4 : Mais le véhicule automobile était sur la chaussée, où il circulait ?

I2 : **Oui, oui, il y était.**

I4 : Il était exactement comme il l'est ici ?

I2 : **Exactement comme sur le croquis.**

I4 : Il n'est pas sorti de la chaussée ?

I2 : **Il était sur le lieu de l'accident...**

I4 : Et enfin, faites-vous idée de la largeur des véhicules ? Peut-être que c'est plus facile de le dire comme ça : la voiture, le véhicule léger était beaucoup plus large, pareil ou moins large que le véhicule à traction animale ?

I2 : **Probablement plus large. Mais comme il était chargé avec beaucoup de brousse, ça dépassait de la charrette. Probablement, il était plus large que le véhicule automobile. Avec la charge !**

I4 : Donc, ce que vous me dites c'est que la différence n'est pas si grande, pour commencer. Mais pensez-vous qu'avec la charge que le véhicule transportait, il serait même plus large que le véhicule lui-même ?

I2 : **Oui, oui.**

I4 : La charge qu'il transportait était de la brousse, vous l'avez déjà dit.

I2 : **Oui, des aiguilles de pin, de la brousse.**

I4 : Mais vous avez déjà mentionné qu'il n'y avait pas d'éclairage public sur la voie publique.

I2 : **Oui.**

I4 : Et quand vous décrivez ici que « sur place et à la date de l'accident, il n'y avait aucun type de signalisation », vous parliez du...

I2 : **... du véhicule !**

I4 : À traction animale ?

I2 : **Oui, à traction animale.**

I4 : Et vous n'avez aucun doute non plus qu'il n'y avait aucune signalisation...

I2 : **Je n'en ai aucun doute !**

I4 : ... il n'y avait pas de lampe clignotante, il n'y avait pas de... Il n'y avait rien !

I2 : **Oui, oui.**

I4 : Et il était chargé de brousse, je vais vous demander quelle en était plus ou moins la couleur. C'était une couleur foncée ? Claire ?

I2 : **Foncée.**

I4 : Du bois ? Marron foncé ?

I2 : **Oui, foncé.**

I4 : Monsieur le Président, je ne souhaite plus rien demander.

I1 : Maître, vous libérez ce témoin ?

I3 : Oui, Monsieur le Président.

I1 : Très bien. Votre témoignage se termine donc maintenant...

**[Interruption]**

**Audience nº 2**

**Durée :**

**15:31**

**Intervenants :**

**I1** : Intervieweur 1 (le Juge)  
**I2** : Témoin Oculaire  
**I3** : Intervieweur 2 (l'Avocat de la défense)  
**I4** : Intervieweur 3 (l'Avocat de l'accusation)

I1 : Bonjour.  
**I2** : **Bonjour.**  
I1 : Dites-moi votre nom complet.  
**I2** : **Rosa Maria Silva<sup>1</sup>**  
I1 : Votre état civil ?  
**I2** : **Mariée.**  
I1 : Votre profession ?  
**I2** : **Avocate.**  
I1 : Et où habitez-vous ? Ou quel est votre domicile professionnel ?  
**I2** : **Rue X, Águeda<sup>2</sup>.**  
I1 : Madame Silva<sup>3</sup>, vous avez été indiquée en tant que témoin, dans le cadre de ce jugement, dans lequel nous discutons un accident de la route, qui a eu lieu le 6 novembre 2007, ici dans la localité de Presa, commune et arrondissement judiciaire de Mira, accident où ont été impliqués un véhicule à traction animale et un autre véhicule léger immatriculé XX-XX-XX<sup>4</sup>.  
Madame, avez-vous participé ou assisté d'une forme quelconque à cet accident ?  
**I2** : **Oui, j'y ai assisté.**  
I1 : Madame Silva, dans la mesure où vous êtes ici en tant que témoin, vous avez, comme vous le savez, le devoir de répondre par la vérité à ce qui

vous est demandé, puisque vous seriez sous peine de commettre un délit. Je vous demande, alors, si vous jurez de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité.  
**I2** : **Je le jure.**  
I1 : Je vous remercie, Madame.  
Sur quelle matière porteront les questions à poser à Madame, Maître ?  
**I3** : De 1 à 21, Monsieur le Président.  
Non, Monsieur le Président, excusez-moi. De 1 à 13. C'est la même matière, 16, 17, c'est exactement la même matière, [incompréhensible] a raison.  
I1 : Je vous remercie. Et vous Maître, ce sera la même ...  
I4 : Monsieur le Président, ce n'est pas commun.  
I1 : Cette matière n'est pas commune ?  
I4 : Je l'ai indiquée mais je ne sais pas pourquoi (rires). Je viens juste de le remarquer.  
**I3** : **Elle fait l'instance !**  
I1 : D'accord.  
Je vous en prie, Maître.  
**I3** : **Bonjour, Madame Silva.**

<sup>1</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>2</sup> Occultation de l'adresse afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>3</sup> Dans ce cas, et même si la personne qui témoigne est avocate, j'ai opté pour l'utilisation de "Madame", au détriment de "Maître" (voir chapitre 5.2), dans le sens où elle n'est pas dans l'exercice de ses fonctions, au moment du témoignage.

<sup>4</sup> Occultation du numéro d'immatriculation afin de protéger les données des personnes concernées.

I2 : **Bonjour.**

I3 : Alors, vous allez donc me répondre à quelques questions rapidement, nous sommes d'accord ?

I2 : **D'accord.**

I3 : Voilà : nous savons déjà que vous alliez avec Maître Mário Silva à une réunion, le jour de l'accident, n'est-ce pas ?

I2 : **Exactement.**

I3 : Un rendez-vous qui était marqué et, par conséquent, Maître Mário Silva l'a déjà indiqué ici, mais vous ferez de même... Savez-vous plus ou moins à quelle vitesse vous alliez ?

I2 : **Maître, déterminer concrètement la vitesse, c'est un peu difficile, n'est-ce pas ?**

I3 : Bien sûr, bien sûr...

I2 : **Mas je pense que mon collègue devait rouler à 70, je pense. Il n'allait pas trop vite, sinon je lui aurais fait la remarque.**

I3 : Bien sûr, bien sûr...

I2 : **Mais il ne roulait pas...**

I3 : Aux alentours de 70 km.  
Dites-moi, et quand est-ce que vous avez vu le monospace qui roulait devant vous ?

I2 : **Quand ? !**

I3 : Oui... Si vous l'avez vu dès que vous êtes entrée sur la ligne droite ou un moment après... À quel moment avez-vous vu le monospace qui était devant vous ?

I2 : **Maître, sincèrement, je ne m'en rappelle pas.**

I3 : D'accord.

I2 : **Quand j'étais sur la route droite, je sais que je l'ai vu, n'est-ce pas ? Mais je ne sais pas si je l'avais déjà vu avant ou pas.**

I3 : D'accord.

Et dites-moi : Quand vous étiez sur la ligne droite, avez-vous vu comment l'accident s'est produit ?

I2 : **Maître, ce que j'ai vu... Donc, j'étais du côté passager, je discutais avec mon collègue, et j'ai vu le monospace heurter le véhicule à traction animale.**

I3 : D'accord.

I2 : **Et c'est à ce moment-là que j'ai vu le véhicule à traction animale.**

I3 : D'accord. Et au moment où vous avez vu cela, le monospace était devant vous ? À quelle distance ? À quelle distance devant vous, plus ou moins, l'accident a-t-il eu lieu ?

I2 : **Maître, sans trop de précision, puisqu'il est difficile de déterminer ça...**

I3 : Bien sûr, bien sûr, bien sûr...

I2 : **Mais la sensation que j'ai, c'est qu'il a eu lieu à 50 ou 60 mètres, plus ou moins.**

I3 : D'accord, très bien, voilà.

Donc, à une distance de plus ou moins 50/60 mètres, vous voyez que le monospace va heurter la charrette, c'est ça ?

I2 : **Non, Maître, j'ai presque tout vu en simultané.**

I3 : D'accord.

I2 : **J'ai vu le monospace qui se déviait légèrement sur sa gauche, légèrement, un tout petit peu, et il est probable que la collision ait eu lieu à ce moment-là, et c'est à ce moment-là, avec les feux du monospace sur le volume de la charge, n'est-ce pas ?**

I3 : D'accord.

I2 : **Donc, le véhicule, je ne l'ai vu qu'après, quand je suis passée devant.**

I3 : D'accord. Très bien. Et dites-moi, Madame : après, vous êtes sortis, n'est-ce pas ? Quand a eu lieu l'accident, vous vous êtes arrêtés et vous êtes sortis de votre véhicule ?

I2 : **Nous nous sommes arrêtés. Donc, mon collègue a contourné les deux véhicules. Il a été obligé d'aller sur l'autre voie de circulation, évidemment. Presque à côté de l'accotement. Et nous nous sommes arrêtés un peu plus loin, auprès d'un entrepôt, ou quelque chose du genre, et puis il y avait là des personnes. Entre temps, nous sommes revenus sur le lieu de l'accident et mon collègue a appelé le 112.**

I3 : D'accord. Et maintenant, Madame, dites-moi encore une chose... Vous étiez assise sur le siège du passager. Vous avez réussi à voir la charrette avant la collision ?

I2 : **Non, Maître.**

I3 : Donc, simultanément, avec l'éclosion de la collision, c'est quand vous avez vu la charrette, c'est ça ?

I2 : **Exactement, Maître, puisqu'à ce moment-là, lors de la collision, les feux du monospace étaient carrément sur le véhicule à traction. C'est à ce moment-là. J'ai vu en simultané, une chose et l'autre.**

I3 : D'accord.

I2 : **J'ai compris au moment de la collision qu'il s'agissait d'un véhicule à traction animale.**

I3 : D'accord... Madame, vous avez indiqué une vitesse approximative à laquelle vous alliez. D'ailleurs, votre collègue a la même idée. Et le monospace qui était devant vous, il allait plus ou moins à la même vitesse que vous, ou plus ? Ou moins ?

I2 : **Maître, je ne peux que vous dire cela de façon conclusive. Je déduis qu'il irait plus ou moins à la même vitesse que nous, parce qu'avant la collision il ne s'est pas trop éloigné de nous. S'il allait plus vite, peut-être se serait-il éloigné plus vite, mais c'est seulement pour ça...**

I3 : D'accord. Vous savez le grand respect que j'ai pour une illustre avocate, il ne s'agit pas là d'une conclusion, c'est de l'observation directe, très bien. Puisque vous êtes exactement en train de vérifier le mouvement du monospace, n'est-ce pas ? Vous êtes en train de réfléchir, mais de réfléchir sur des données que vous êtes en train d'observer directement, très bien. Madame, et les lampadaires de la ligne droite, comment étaient-ils ?

I2 : **Maître, en ce qui concerne les lampadaires, ce que je peux en dire c'est que l'endroit était très sombre. Vraiment très sombre. D'ailleurs, après, quand mon collègue et moi avons poursuivi notre route vers Mira, pour la réunion, j'ai même discuté avec lui pour savoir si les lampadaires publics étaient allumés ou pas. Et sur le chemin du retour, il devait être vers les huit heures et quelques, je ne sais pas très bien, nous avons remarqué qu'ils étaient allumés. Mais au moment de l'accident, je ne sais pas s'ils étaient allumés.**

I3 : D'accord.

**[Interférences]**

I3 : Vous n'êtes pas sûre de comment étaient les lampadaires au moment de l'accident, mais après, au retour, quand vous vous êtes arrêtés, vous avez vu qu'ils étaient allumés. D'accord.

Mais, par conséquent...

**[murmures incompréhensibles]**

I3 : Cet endroit-là, nous savons déjà plus ou moins la longueur de la ligne droite. Peut-être que nous y irons, je ne sais pas, si le Tribunal le juge nécessaire et si Monsieur le Président le juge nécessaire, mais...

Quelle est la distance de cette ligne droite, donnez-m'en en une idée, si vous en avez une ?

I2 : **Maître, je n'en ai aucune idée, vraiment aucune.**

I1 : Nous nous y rendrons.

I3 : Bon, d'accord, Monsieur le Président est en train de dire que nous y irons, donc...

Dites-moi, quand vous êtes sortie de la voiture, avez-vous vu s'il y avait des habitations ? Ou il n'y avait pas d'habitations ? Ou des ateliers ? Ou tout autres constructions ou bâtiments où habiteraient ou séjourneraient des personnes ? Vous en avez une idée ?

I2 : **Maître, je me rappelle de l'entrepôt où nous nous sommes arrêtés, ça ressemblait à un entrepôt. Et puis, peut-être qu'il y avait une ou deux habitations, mais je n'en suis pas très sûre.**

I3 : D'accord. Et vous n'avez pas discuté avec des hommes qui sortaient de l'entrepôt ? Vous ne vous en souvenez pas ?

I2 : **Nous avons discuté avec des hommes qui étaient devant cet entrepôt.**

I3 : D'accord. Mais...

I2 : **Il y avait... Pardon ?**

I3 : Mais ils y travaillaient ou... ?

I2 : **Je n'en ai aucune idée, nous n'avons pas parlé là-dessus.**

I3 : Très bien. Très bien, Madame.

Voilà, Madame, je vous remercie de votre témoignage. Ce fut un plaisir, je vous remercie.

I2 : **De rien, au revoir.**

I3 : Au revoir.

I1 : Madame, veuillez maintenant répondre aux questions de votre collègue de la partie opposante, ici présente.

I4 : Bonjour. Vous m'entendez, chère collègue ?

I2 : **Bonjour. Oui, je vous entends.**

I4 : Bonjour.

Madame, encore quelques petites questions et c'est fini. Madame, vous vous rappelez si le monospace qui circulait devant vous circulait avec les feux allumés, éteints, avez-vous une idée ?

I2 : **Maître, je pense qu'il circulait avec les feux allumés, puisqu'au moment de la collision j'ai vu le véhicule à traction animale au moment où les feux du monospace ont illuminé la charge. Voilà.**

I4 : Exactement.

I2 : **Par ailleurs, quand nous nous étions déjà arrêtés devant cet entrepôt, j'ai vu les lumières du monospace s'éteindre. Donc, jusqu'à ce moment-là, elles avaient été allumées et elles se sont éteintes momentanément et se sont rallumées après, mais je ne sais pas pourquoi. Je ne sais pas pourquoi c'est arrivé.**

I4 : Mais, en principe, elles étaient allumées...

I2 : **Elles étaient allumées !**

I4 : Madame, vous vous souvenez du trafic et notamment si un autre véhicule circulait en sens inverse ? Pas lors de la collision, mais peu de temps avant la collision. Avez-vous une idée d'avoir croisé un autre véhicule qui circulait... ?

I2 : **Non, je n'en ai aucune idée, Maître. Je n'ai aucune idée d'avoir vu un véhicule passer, cela ne veut pas dire qu'il n'en soit pas passé un...**

I4 : Exactement.

I2 : **Mais je ne sais pas du tout si un véhicule est passé ou non.**

I4 : Vous ne savez pas, vous ne vous en souvenez pas...

I2 : **Non.**

I4 : Madame, vous avez mentionné que vous aviez commenté avec notre collègue que l'endroit était vraiment très sombre, c'est bien l'idée que vous avez, indépendamment du fait que vous ne vous rappeliez pas s'il y avait de la lumière ou pas, mais à cet endroit était très sombre, c'est ça ?

I2 : **Oui, il faisait vraiment très sombre. L'idée qui m'est restée c'est que le lieu, il faisait évidemment déjà nuit, mais que c'est un lieu très sombre, c'est l'idée qui m'en est restée.**

I4 : Madame, vous avez aussi mentionné que vous avez seulement remarqué le véhicule, ou plutôt la charge, immédiatement avant la collision, lorsque les feux du monospace ont éclairé la charge. Dites-moi une chose, Madame, avant l'accident ou après l'accident, après que vous vous soyez arrêtés... Avez-vous remarqué si le véhicule à traction animale circulait avec un quelconque type d'éclairage ?

I2 : **Maître, avant la collision, comme je l'ai déjà dit, je n'avais pas vu le véhicule à traction animale, après l'accident, nous avons encore fait un tour après que la Gendarmerie Nationale Républicaine portugaise (GNR) soit arrivée, sur place, nous attendions que la GNR finisse de remplir les licences pour nous identifier, et je n'ai vu aucun signe d'identification du véhicule, ou un signe réflecteur, je n'ai rien vu de cela.**

I4 : Madame, dites-moi finalement, vous avez été voir les véhicules, notamment le monospace, après l'accident, avez-vous vu les dommages sur le monospace ?

I2 : **Maître, je ne sais pas. Je n'ai aucune idée des dommages. La seule chose dont j'ai une idée c'est que, en effet, le monospace, lors de la collision, a essayé de tourner légèrement à gauche, mas les dommages, proprement dits, je n'ai pas remarqué.**

I4 : Très bien...

I2 : **Je ne m'en souviens pas.**

I4 : Je vous remercie, Madame.

I1 : Maître, libérez-vous également ce témoin ?

I2 : **Oui, oui, Monsieur le Président.**

I1 : Madame, votre témoignage s'arrête ici, je vous remercie de vous être présentée au tribunal, vous êtes libérée à partir de maintenant, bonne journée.

I2 : **Merci, bonne journée.**

I3 : Monsieur le Président, avant d'identifier le prochain témoin, permettez-moi d'aller aux toilettes.

I1 : Bien sûr.



**Audience nº 3**

**Durée :**

**23:47**

**Intervenants :**

- I1 :** Intervieweur 1 (le Juge)
- I2 :** Témoin Oculaire
- I3 :** Intervieweur 2 (l'Avocat de la défense)
- I4 :** Intervieweur 3 (l'Avocat de l'accusation)

I1 : Et bien, bonjour.  
 I2 : **Bonjour.**  
 I1 : Dites-moi votre nom complet.  
 I2 : **Carina Ferreira<sup>1</sup>.**  
 I1 : Votre état civil ?  
 I2 : **Célibataire.**  
 I1 : Votre profession ?  
 I2 : **Assistante opérationnelle.**  
 I1 : Et où habitez-vous ?  
 I2 : **Ici, à Presa.**  
 I1 : Je commence par vous demander si vous savez pourquoi vous venez ici au tribunal, aujourd'hui.  
 I2 : **Oui.**  
 I1 : Donc, nous discutons ici, aujourd'hui, un accident de la route, qui a eu lieu le 6 novembre 2007, précisément dans la localité de votre résidence, qui a impliqué, à l'époque, un véhicule à traction animale qui était conduit par le défunt Pedro Moreira<sup>2</sup>, qui est décédé par la suite...  
 I2 : **Oui.**  
 I1 : ... et un autre véhicule léger, immatriculé XX-XX-XX<sup>3</sup>.  
 Je commence par vous demander si vous avez assisté à cet accident. Vous étiez proche de l'endroit ?

I2 : **Je n'y ai pas assisté. Donc, je venais du travail et, au loin, j'ai vu le triangle. Et j'ai pensé que...**  
 I1 : Et je suppose que, quand vous êtes arrivée, il s'était déjà produit.  
 I2 : **Oui, oui. Et j'ai pensé que la voiture était en panne, parce que je ne voyais rien de plus. Je me suis approchée petit à petit et quand j'ai vu, en fait, j'ai vu un monsieur avec les mains en l'air, ça devait être le conducteur...**  
 I1 : Très bien.  
 I2 : **... parce que je ne le connaissais pas.**  
 I1 : Madame Ferreira, vous n'êtes ni parent ni membre de la famille de l'homme qui est décédé ?  
 I2 : **Non.**  
 I1 : Seulement voisins ?  
 I2 : **Oui, seulement voisins.**  
 I1 : Et, en qualité de témoin, par laquelle vous allez être écoutée, vous avez le devoir de répondre par la vérité à ce qui vous sera demandé, sous peine de commettre un délit, vous jurez de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité ?  
 I2 : **Oui, oui, la vérité.**  
 I1 : D'accord. Vous pouvez donc vous asseoir.  
 Vous allez répondre aux questions de Monsieur le Maître. Ce sera sur quelle matière, Maître ?  
 I3 : 1 à 21, 24 à 28 et 32 à 39.

<sup>1</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>2</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>3</sup> Occultation du numéro d'immatriculation afin de protéger les données des personnes concernées.

I1 : Je vous en prie, Maître.

I3 : Donc, Madame Ferreira, vous êtes voisine du défunt ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Donc, quand vous êtes arrivée, vous avez, pour ainsi dire, assisté à la mort de votre voisin. Donc, à l'heure où vous êtes arrivée, quand vous êtes arrivée...

**[Interférences]**

I2 : ... la voiture était déjà garée, j'ai vu Monsieur Pedro Moreira comme ça, le long de l'accotement. À partir de là, je ne me suis pas approchée de lui parce que je n'arrivais pas à m'en approcher. Il y avait déjà d'autres personnes. C'est ce que j'ai vu.

I3 : Je vais demander à Monsieur le Président, si je peux sortir une petite minute, je suis diabétique et je sens que j'ai besoin de manger quelque chose. Vous permettez ?

I1 : Bien sûr, Maître.

I3 : Juste une minute, un petit biscuit, laissez-moi m'asseoir.

I1 : Bien sûr, Maître.

**[Interruption]**

I3 : Madame, vous avez donc vu qu'il s'agissait de votre voisin.

I2 : **Oui.**

**[Interférences]**

I2 : **Il était à peu près six heures.**

I3 : D'accord, nous avons cela dans nos notes. Vous veniez du travail, vous travaillez où ?

I2 : **À Ílhavo.**

I3 : Et vous veniez en voiture, donc ?

I2 : **Oui. Je venais ramener ma sœur, à Corticeiro, à l'école primaire, près du lieu de l'accident. Nous alternons le voyage, une semaine sur deux.**

I3 : Donc, on discute, ici : vous connaissez cette rue ? c'est bien la « Rua do Futebol », n'est-ce pas ?

I2 : **« Rua do Campo ».**

I3 : **« Rua do Campo de Futebol » !**

I2 : **Oui.**

I3 : Dans cette rue, à l'époque de l'accident, il y avait déjà des maisons d'un côté et de l'autre ?

I2 : **Il y avait les mêmes maisons qu'il y a maintenant.**

I3 : Ah bon ?

I2 : **Il y a les maisons qu'il y avait auparavant.**

I3 : Rien n'a évolué jusqu'à maintenant ? Ce qu'il y a, c'est ce qu'il y avait ?

I2 : **Non, ce qu'il y a, c'est ce qu'il y avait.**

I3 : Alors, quelles maisons connaissez-vous là-bas ? Y a-t-il des villas pour habitation ?

I2 : **Oui.**

I3 : D'accord.

Y a-t-il aussi des habitations, ou des ateliers ou... ?

I2 : **Il y avait un entrepôt, qui appartenait, par coïncidence, à mon frère, et qui est loué.**

I3 : Ah, l'entrepôt appartenait à votre frère ?

I2 : **Oui.**

I3 : Combien de villas y a-t-il ?

I2 : **Pour ceux qui viennent de là-bas, comme je venais...**

I3 : Qu'est-ce que vous voulez dire par « de là-bas » ?

I2 : **De Corticeiro.**

I3 : D'où venaient les automobiles ?

I2 : **Oui, il y a une, deux, trois, quatre villas, jusqu'au lieu de l'accident.**

I3 : Donc, sur la ligne droite, il y a quatre villas ?

I2 : **Oui.**

I3 : Connaissez-vous les personnes qui résident dans ces villas ?

I2 : **Oui, deux sont en France, et deux autres y habitent.**

I3 : D'accord.

Donc, vous n'avez aucun doute, quatre du côté...

I2 : **... quand on vient de Presa, du côté où a eu lieu l'accident, du côté droit.**

I3 : Du côté droit, d'accord.

Dites-moi, et l'éclairage, là-bas, au moment de l'accident, y avait-il des poteaux d'éclairage ?

I2 : **Oui, il y en a.**

I3 : Il y a des poteaux d'éclairage ? ! Vous vous rappelez si les poteaux d'éclairage, quand vous y êtes arrivée, étaient allumés ou pas ?

I2 : **Oui, parce que je suis restée sur le côté et j'ai vu l'homme étendu par terre.**

I3 : Oui...

I2 : **Le long de l'accotement, il était comme ça.**

I3 : Oui, mais vous auriez pu le voir grâce à une lampe de poche que vous aviez à la main, ou...

I2 : **Non, non, je n'avais pas de lampe.**

I3 : Ou il pouvait y avoir une voiture avec les feux tournés vers lui...

I2 : **Non, non.**

I3 : Donc, vous voyiez grâce à l'éclairage public ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Mais vous avez remarqué si les lampadaires éclairaient comme il faut ?

I2 : **Oui, je pense que oui. Je pense que oui.**

I3 : C'est l'idée que vous avez ?

I2 : **Oui, l'idée que j'ai c'est que, dans ce cas, je n'aurais pas vu l'homme étendu, comme il l'était. Avec le béret sur la tête, et tout.**

I3 : À quelle distance l'avez-vous vu, plus ou moins ?

I2 : **Je ne sais pas, comme d'ici à la porte par laquelle je suis entrée. J'étais juste à côté de l'entrepôt de mon frère.**

I3 : Par quelle porte êtes-vous entrée ? Vous êtes passée par plusieurs portes !

I2 : **Non, l'autre, juste à l'entrée. Et c'était plus ou moins à cette distance parce que je n'ai pas réussi...**

I3 : Plus ou moins à une distance de 40 mètres, disons.

I2 : **Peut-être pas tant...**

I3 : Pas autant ?

I2 : **Non...**

I3 : Mais vous l'avez parfaitement vu avec le béret sur la tête ?

I2 : **Oui, j'en suis absolument sûre. Malheureusement, oui.**

I3 : Mais dites-moi, il y a des gens qui disent que la visibilité n'était pas très bonne. Il y a des gens qui disent qu'il faisait sombre, que la visibilité n'était pas bonne, nous avons déjà eu ici plusieurs personnes...

I2 : **Mais là-bas, elle est bonne. Il y a de l'éclairage...**

### [Interférences]

I3 : Mais il y a un homme dont l'idée, parce que bon, les personnes ont des idées, et les fausses mémoires sont une chose terrible !  
Cet homme a l'idée, qu'à l'époque, la lumière ne marchait pas encore là-bas.

I2 : **Oui, elle a toujours marché, la lumière a toujours marché !**

I3 : Pas toujours, à l'époque du roi Alphonse I<sup>er</sup>...

I2 : **Mais bon, depuis que...**

I3 : Toujours depuis qu'ils y ont fait les poteaux, ils ont toujours marché ?

I2 : **Oui ! Bien sûr !**

I3 : Il y a combien d'années qu'ils marchent ?

I2 : **Je ne sais pas, je n'en ai pas la moindre idée, Maître.**

I3 : D'accord. Nous le savons déjà mais, puisqu'on y est, il y a une ligne droite avec une longueur dont nous ne savons pas très bien calculer la distance. Ce doit être « d'ici jusqu'à la porte » ...

I2 : **C'est dans ces quatre villas...**

I3 : Mais vous avez plus ou moins une idée de quel est... Non, Monsieur le Président dit que nous y irons.

I1 : Nous y irons, oui.

I3 : Donc, votre idée quand vous y êtes arrivée, c'est que la visibilité est normale par rapport aux autres jours ?

I2 : **Oui, c'est ça. Parce que : j'ai vu cela au loin, comme je l'ai déjà expliqué, mais je n'ai vu personne crier, je n'ai rien vu. J'ai cru que la voiture était en panne. Quand j'ai été voir, c'est quand j'ai vu ça, je n'ai rien vu de plus.**

I3 : Et avez-vous parlé avec les hommes qui y étaient ?

I2 : **Je leur ai seulement dit que c'était mon voisin.**

I3 : La police y était déjà ?

I2 : **Non, non.**

I3 : Elle n'était pas encore arrivée ?

I2 : **Non, pas encore.**

I3 : Et vous dites que vous avez vu le conducteur avec les mains sur la tête. Que disait-il ?

I2 : **Je ne sais pas, j'étais en voiture, comment puis-je savoir ? ! Je l'ai vu comme ça, tourner en rond. Je l'ai juste vu comme ça.**

I3 : Vous passez là-bas souvent... ?

I2 : **Oui, au moins une semaine sur deux. Parce qu'une semaine, ma sœur me ramène et me laisse à la maison, l'autre, je ramène ma sœur et je la laisse à la maison.**

I3 : D'accord. Et vous conduisez ?

I2 : **Oui.**

I3 : Donc, ce jour-là, quand vous veniez du travail, expliquez-moi si vous veniez du Corticeiro vers Presa, ou si vous alliez de Presa vers Corticeiro.

I2 : **Non, je venais...**

I3 : Vous veniez à Presa ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Vous veniez dans le sens dans lequel venaient tous les autres ?

I2 : **Oui.**

I3 : Et vous êtes entrée dans le virage et la ligne droite, et quand vous étiez en train de conduire, vous avez tout de suite vu... ?

I2 : **Les feux de la voiture et le triangle.**

I3 : Ah, le triangle et les feux, d'accord...

I2 : **Oui, et la voiture en arrêt.**

I3 : Donc, et ce que je demande maintenant, c'est : dans ces conditions, vous, qui passez là-bas tous les jours, à la même heure...

I2 : **... oui, une semaine sur deux.**

I3 : Donc, quand vous entrez dans le virage, et en tenant compte que l'éclairage fonctionnait normalement, tout comme les lumières marchent aujourd'hui, vous avez une visibilité jusqu'à quelle distance ?

I2 : **Près de 50 mètres, je ne sais pas. Je ne sais pas !**

I3 : D'accord, d'accord.

I2 : **Mais, en fait, dans le sens quand on vient de Presa, le virage se trouve juste là, tout près.**

I3 : Non ! Nous allons tous dans le sens de Presa.

I2 : **Donc, vers Presa, c'est tout de même une bonne ligne droite, assez grande !**

I3 : Assez grande ?

I2 : **Oui.**

I3 : C'est-à-dire, quand vous circulez avec votre voiture, vous voyez à une distance suffisamment raisonnable pour éviter la collision ?

I2 : **Bien sûr !**

I3 : Vous n'avez jamais heurté... ?

I2 : **Non, Dieu merci, il y a 28 ans déjà.**

I3 : Donc, mais le problème ici, c'est s'il faisait tellement sombre qu'une automobile ne pourrait pas voir et est allée heurter la voiture.

I2 : **Non, je pense que ce sont des choses qui arrivent, que parfois nous ne savons pas distinguer... C'est une question de secondes. Seuls ceux qui ne conduisent pas...**

I3 : D'accord.  
Et donc, après, vous vous êtes approchée de l'homme qui était blessé ? Après, vous ne vous êtes jamais approchée de lui ?

I2 : **Non, il n'a jamais bougé.**

I3 : Mais après il a été emmené à l'hôpital...

I2 : **Oui, oui, à ce moment-là, je me suis éloignée pour appeler sa fille.**

I3 : D'accord.  
Donc personne n'a vu concrètement la collision avec la charrette. Mais je veux dire, comment la charrette l'a heurté, vous ne saviez pas à quel endroit il était... D'accord ! Ce que vous avez vu c'est lui, par terre.

I2 : **Oui, par terre.**

I3 : Comment était la charrette ?

I2 : **La charrette était « comme ça ».**

I3 : Elle était de travers ?

I2 : **De travers, et lui « comme ça », « vraiment comment ça ». La charrette, « comme ça » ...**

I3 : La charrette, « comme ça » et lui, où ?

I2 : **Et lui « comme ça », là devant.**

I3 : Mais vous n'avez pas vu la charrette sur lui ?

I2 : **Non...**

I3 : Vous l'avez vu à côté de la charrette ?

I2 : **À côté de la charrette, « comme ça ». Étendu « comme ça ».**

I3 : Dites-moi, vous savez qu'il a été transporté à l'hôpital... vous êtes allée appeler sa fille, d'accord.

I2 : **Oui...**

I3 : Et après ?

I2 : **On a dit qu'il serait emmené à Aveiro, d'abord. Qu'en principe, il irait à Aveiro.**

I3 : Puisque vous êtes indiquée dans cette matière, donc, dites-moi : Racontez-moi, par vos propres mots, vous avez dit à sa fille...

I2 : **Qu'il allait à Aveiro.**

I3 : D'accord.

I2 : **Donc, il y est allé, et sa fille après m'a téléphoné, en disant qu'il n'était pas encore arrivé à Aveiro.**

I3 : À Aveiro où ?

I2 : **À Aveiro, à l'hôpital.**

I3 : À l'Hôpital d'Aveiro, ah, d'accord...

I2 : **Et après, sa fille m'a dit, qu'en fin de compte, il avait été emmené à Coimbra. Voilà, c'est ça.**

I3 : Et vous savez qu'il a été à Coimbra ?

I2 : **Oui, j'ai été le voir.**

I3 : Ah, vous avez été le voir, c'est pour ça que vous êtes ici.

I2 : **Oui.**

I3 : Voilà, les lésions du rapport d'autopsie... nous les avons... mais puisque vous avez été le voir, il y est resté longtemps encore...

I2 : **Oui, encore longtemps, je ne sais pas, près de deux mois. Je ne sais pas exactement.**

I3 : Est-ce qu'il est décédé là-bas ou est-ce qu'il est décédé à la maison ?

I2 : **Je crois qu'il est décédé là-bas, je travaillais déjà, mais il est mort là-bas.**

I3 : D'accord.

Donc, combien de fois l'avez-vous visité ?

I2 : **Une fois.**

I3 : Une seule fois ?

I2 : **Oui.**

I3 : D'accord. Et vous lui avez parlé...

I2 : **Mais je n'ai pas voulu y retourner.**

I3 : Pourquoi ? Il était très... ?

I2 : **Oui.**

I3 : Il avait...

I2 : **Son visage était comme ça, comme ça très, je ne sais pas...**

I3 : Savait-il qu'il allait mourir ou avait-il peur ?

I2 : **Je pense que oui, parce qu'il regardait beaucoup sa fille. Je n'ai plus voulu y retourner, non.**

I3 : Et les contacts que vous avez eus avec lui, dans la conversation...

I2 : **Oui, nous avons discuté...**

I3 : Vous remarquiez qu'il était en train de souffrir et avait peur de mourir ?

I2 : **Je pense que oui, étant donné son visage et son regard.**

I3 : Rien que par le visage ?

I2 : **Et par le regard envers sa fille, comme ça...**

I3 : Et pendant la conversation que vous avez entretenue avec lui, il n'a jamais parlé de...

[Interférences]

I2 : **Il nous regardait comme ça...**

[Interférences]

I3 : D'accord.

I2 : **Moi aussi, à peine rentrée, je suis ressortie dès que je l'ai vu.**

I3 : D'accord, mais en fait...

I2 : **Oui, oui, c'était clair que son visage était un visage de souffrance.**

I3 : Et il ne vous a jamais dit si, à l'époque, il avait l'espoir de revenir ici ? S'il pensait ne jamais revenir chez lui ? Y a-t-il eu une conversation là-dessus ou il ne vous a rien dit ?

I2 : **Non, il n'a rien dit. Sa fille y était, en train de lui mettre des « trucs » imbibés d'eau sur les lèvres, parce qu'il avait les lèvres sèches...**

I3 : Donc, quand il est décédé, il était en grande souffrance.

I2 : **Oui.**

I3 : Maintenant, on demande ici : avant d'être entré à l'hôpital, où il a fini par mourir en grande souffrance, comment était-il avant, ici dans la commune ? Vous le connaissiez, c'était votre voisin, il était comment ? C'était une personne...

I2 : **C'était une personne qui travaillait beaucoup, il vivait pour le travail...**

I3 : Il était en parfaite santé ?

I2 : **Oui ! Il avait une très bonne santé ! Ça, tout le monde le sait !**

I3 : Savez-vous ce que transportait la charrette, le jour de l'accident ?

I2 : Ici nous appelons ça des « aiguilles », d'autres appellent ça [incompréhensible], d'autres appellent ça autre chose, il y a plein de noms.

I3 : Et qu'est-ce que c'est ça ? Ça vient des pins, c'est ça ?

I2 : Oui.

I3 : C'est pour la litière des animaux ?

I2 : Oui, c'est ça. Il a toujours eu beaucoup d'animaux.

I3 : D'accord.

[murmures incompréhensibles]

I1 : Maître, c'est le 24.

I3 : C'est le 24, ça y est, c'est celui des aiguilles des pins...

Et donc, lui, à cet âge-là, qui était encore loin de l'espérance de vie moyenne, il prenait sa vache, et il chargeait lui-même les pins ? Il chargeait lui-même la charrette ?

I2 : Oui, c'est ça.

I3 : Donc, il avait une vie active ?

I2 : Très active !

I3 : Il faut que je commence à dire que c'était un jeune, parce que j'ai bientôt son âge. Il n'était pas vraiment de mon époque, il était un petit peu plus vieux, mais... (rires).

D'accord, quand nous avons 20 ans, une personne de 40 est très vieille, n'est-ce pas ? Quand nous avons presque 70, 80 ans, c'est une personne de notre époque. D'accord, il avait 73 ans, c'est enregistré et documenté.

[murmures incompréhensibles]

I3 : Donc, vous êtes certainement allée aux funérailles ?

I2 : Je suis arrivée à la dernière minute, mais j'y ai été.

I3 : D'accord, vous savez que ses enfants lui ont payé les funérailles, nous avons ici le reçu...

I2 : Évidemment, ça doit se passer comme ça. C'est une chose que les enfants, que personne ne veut à la maison...

I3 : Oui, ils ont déjà reçu l'indemnité de la sécurité sociale...

[murmures incompréhensibles]

I3 : Très bien. En ce qui concerne ce que vous avez discuté avec l'autre conducteur, vous ne savez que ça, que vous passez par là et que vous voyez la visibilité dans des conditions normales à cette heure-là...

I2 : Oui, pour ceux qui viennent de ce côté, oui. Pour ceux qui viennent du côté inverse, la visibilité n'est pas si bonne.

I3 : Dites-moi, alors, l'accident a eu lieu plus ou moins au milieu de la ligne droite, plus d'un côté ou de l'autre ?

I2 : Plus vers l'autre virage, mais encore assez loin.

I3 : Quel autre virage ?

I2 : Le suivant.

I3 : Donc, ce que vous voulez dire, c'est que lors de la collision des véhicules, ceux-ci avaient déjà parcouru plus de la moitié de la ligne droite ? C'est ça ?

I2 : Oui, oui.

I3 : Pour que l'on puisse comprendre. Vous n'avez aucune idée des mètres ?

I2 : Des mètres ? Je ne sais pas, je ne veux pas mentir.

I3 : Nous allons voir après, je vous remercie.

I1 : Ce sera tout, Maître ?

I3 : Ce sera tout.

I1 : Maître, avez-vous des questions ?

I4 : Juste un éclaircissement.

I1 : Je vous en prie.

I4 : Madame Ferreira !

I2 : Oui.

I4 : Vous passez tous les jours, une semaine sur deux, à cet endroit...

I2 : Oui.

I4 : Et vous n'avez jamais trouvé que le lieu de l'accident était un lieu sombre, donc ?

I2 : Non, il n'est pas sombre... Il y a un lampadaire juste à côté de cet entrepôt de mon frère. Il y est pour qu'on puisse voir.

I4 : Je trouve cela très curieux parce que vous êtes le quatrième témoin à être entendu ici et vous êtes la première qui affirme que le lieu n'est pas très, très sombre.

I2 : Vous pouvez y aller et voir. (rire nerveux).

I4 : Vous êtes sûre que le lieu est bien éclairé ?

I2 : Bien sûr que oui.

I4 : Et qu'au jour de l'accident, il était bien éclairé, quand vous y étiez ?

I2 : **Je pense que oui, parce que s'il faisait sombre, je n'aurais pas vu l'homme étendu comme il l'était, encore avec le béret sur la tête et tout.**

I4 : Et en ce qui concerne la façon dont l'accident a eu lieu, vous rappelez-vous de voir le monospace et les dommages qu'il avait ?

I2 : **Je n'ai pas vu non plus parce que je ne me suis pas rapprochée.**

I4 : Vous vous rappelez si le monospace avait les feux de croisement allumés ?

I2 : **Je ne sais pas non plus... Je n'en suis pas sûre aussi. Je sais qu'il y avait le triangle, je l'ai vu tout de suite.**

I1 : Maître, vous libérez également ce témoin ?

I3 : J'ai juste oublié quelques petites choses, si vous permettez, Monsieur le Président.

I1 : Bien sûr, je vous en prie.

I3 : Savez-vous quelle signalisation il y avait, dans le sens dans lequel vous veniez, vers Presa ? S'il y avait des panneaux de limitations de vitesse ou autres ?

I2 : **Je pense que non, seulement de succession de virages.**

I3 : Vous n'avez aucune idée de l'existence de panneaux ?

I2 : **Non...**

I3 : Et du panneau qui indique « Presa », vous vous en souvenez ?

I2 : **Oui.**

I3 : Donc, quand l'accident a eu lieu, ils avaient déjà dépassé le panneau qui indique « Presa » ?

I2 : **Je pense que non, je ne suis pas sûre.**

I3 : Je verrai bien, alors, plus tard. Si vous n'êtes pas sûre, ne le dites pas, je verrai ça plus tard.

I1 : D'accord.

I3 : Je vous remercie !

I1 : Maître, libérez-vous ce témoin ?

I3 : Oui, oui.

I1 : Je vous remercie, alors, d'être venue au tribunal...

**[Interruption]**





**Audience nº 4**

**Durée :**  
**37 :36**

**Intervenants :**

- I1** : Intervieweur 1 (le Juge)
- I2** : Témoin Oculaire
- I3** : Intervieweur 2 (l'Avocat de la défense)
- I4** : Intervieweur 3 (l'Avocat de l'accusation)

I1 : Bonjour.  
I2 : **Bonjour.**  
I1 : Dites-moi votre nom.  
I2 : **António Sousa<sup>1</sup>.**  
I1 : Votre état civil ?  
I2 : **Marié.**  
I1 : Votre profession ?  
I2 : **À la retraite.**  
I1 : Et où habitez-vous ?  
I2 : **Barra de Mira.**  
I1 : D'accord. Vous êtes bien l'un des intervenants de l'accident de la route, objet de cette affaire, et donc, vous conduisiez le véhicule immatriculé XX-XX-XX<sup>2</sup>, n'est-ce-pas ?  
I2 : **Oui.**  
I1 : Vous êtes assuré, ou du moins vous l'étiez, par *Crédito Agrícola Seguros*, Compagnie d'assurance XXX<sup>3</sup>.  
I2 : **Oui.**  
I1 : Très bien.  
I1 : Cette circonstance ne vous empêche pas de répondre par la vérité à ce qui vous sera demandé ?  
I2 : **Que par la vérité.**  
I1 : J'informe que vous n'êtes pas en train d'être jugé dans cette affaire, vous le serez éventuellement dans une autre, dans celle-ci, ce n'est pas à vous

que l'on demande d'assumer la responsabilité. Et comme vous allez être écouté en tant que témoin, vous devez dire la vérité à ce qui vous est demandé, sous peine de commettre un délit.  
I2 : **Bien sûr.**  
I1 : Je vous demande alors si vous jurez de dire la vérité, toute la vérité, rien que la vérité.  
I2 : **Je le jure.**  
I1 : Vous pouvez vous asseoir. Et vous allez répondre aux questions de l'accusation.  
I4 : 32 à 37.  
I3 : Comment, Maître, excusez-moi ?  
I4 : 32 à 37.  
I4 : Monsieur Sousa, j'aimerais que vous me disiez plus ou moins quand et où a eu lieu l'accident.  
I2 : **Il a eu lieu dans la localité de Presa, à Mira. Bon, je ne sais pas le nom de la route.**  
I3 : Il s'agit de la « Rua do Campo de Futebol ».  
I1 : Oui.  
I3 : Et quand est-ce que c'est arrivé ? Vous savez ?  
I2 : **Le 6 novembre, il y a 3 ans.**  
I4 : Le matin ? L'après-midi ? Le soir ?  
I2 : **L'après-midi, à 18h30...**  
I4 : 18h30.

<sup>1</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

<sup>2</sup> Occultation du numéro d'immatriculation afin de protéger les données des personnes concernées.

<sup>3</sup> Occultation du nom de la compagnie d'assurance afin de protéger les données des personnes concernées.

I2 :	<b>Il faisait nuit.</b>
I4 :	Bon, Monsieur Sousa, racontez-nous ce qui s'est passé.
I2 :	<b>Bon, je venais tranquillement, comme toujours, je passais par là deux fois par jour...</b>
I4 :	Vous passiez par là souvent ?
I2 :	<b>Exact, deux fois par jour, l'autre ne faisait ce travail que lorsque j'étais malade.</b>
I2 :	<b>Et après, un homme ou une femme, je ne sais pas le sexe du conducteur, j'ai été ébloui et, tout d'un coup, j'étais déjà très proche de cet homme qui est décédé, avec la charge de brousse, et je n'ai pas pu éviter l'accident. J'ai freiné tant que j'ai pu, mais...</b>
I4 :	Allons donc par étapes. Vous circuliez, détendu...
I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	Pouvez-vous nous dire plus ou moins à quelle vitesse vous alliez ?
I2 :	<b>Ben, je ne peux pas préciser, car...</b>
I4 :	Mais approximativement. Il y a une différence entre rouler à 20 et rouler à 100, n'est-ce pas ?
I2 :	<b>Je n'allais pas si vite... je venais de sortir d'une déviation, de l'autoroute, le viaduc était en construction, juste à côté du terrain de football. J'étais sorti de là, l'accident a eu lieu un peu plus loin. Je ne pouvais en aucun cas aller très vite.</b>
I4 :	Mais « très vite », vous estimez que vous rouliez à 50, 60, 70, 100 km/h ?
I2 :	<b>Entre 40 et 50 km/h.</b>
I4 :	Plus ou moins 40/50 ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	Vous ne rouliez pas très vite, c'est ça ?
I2 :	<b>Non.</b>
I4 :	Vous connaissiez déjà assez bien le lieu, à ce qu'il paraît...
I2 :	<b>Oui, très bien.</b>
I4 :	Il faisait nuit, ou il faisait encore jour ?
I2 :	<b>Il faisait nuit.</b>
I4 :	Il faisait nuit. Vous circuliez avec les feux allumés ?
I2 :	<b>Oui. Avec les feux de croisement parce que j'ai allumé ceux-là quand j'ai senti le véhicule devant moi.</b>
I4 :	Très bien. Il y avait beaucoup de circulation sur la route ?

I2 :	<b>Non.</b>
I4 :	Maintenant, parlons du moment juste avant le lieu de la collision, les 50 derniers mètres, plus ou moins, y avait-il quelqu'un derrière vous ? En avez-vous une idée ?
I2 :	<b>Non.</b>
I4 :	Y avait-il une voiture qui circulait derrière vous ?
I2 :	<b>Non.</b>
I4 :	Non ?
I2 :	<b>La première personne qui est apparue, que j'ai vue, était une dame qui venait de chercher sa fille à la crèche, à Corticeiro de Baixo.</b>
I4 :	Vous ne vous souvenez pas d'y voir un couple d'avocats qui circulait en voiture derrière vous ?
I2 :	<b>À ce qu'il me semble, je n'ai pas vu ce couple d'avocats.</b>
I4 :	Parfait.
I2 :	<b>Je ne peux pas dire que j'ai vu, parce que je n'ai pas vu.</b>
I4 :	Très bien. Si vous n'avez pas vu, vous n'avez pas vu.
I4 :	Vous dites, alors, que vous ne vous souvenez pas d'une voiture qui circulait derrière vous. Devant vous, y avait-il des voitures qui circulaient en sens inverse ?
I2 :	<b>Il y avait cette personne qui m'a ébloui.</b>
I4 :	Cette personne circulait avec les feux de route, feux de croisement ou feux de position ?
I2 :	<b>Feux de route, qu'elle n'a pas changés.</b>
I4 :	Nous avons ici vos déclarations, que vous avez données, au gendarme qui a fait la participation, et qui était là le jour de l'accident ; avant de croiser cette voiture, vous circuliez déjà avec les feux de croisement. Ou vous circuliez avec les feux de route ?
I2 :	<b>Avec les feux de croisement.</b>
I4 :	Avec les feux de croisement !
I2 :	<b>Oui !</b>
I4 :	Monsieur le Président, je ne sais pas, peut-être... confrontant avec ce qui est écrit ici, ou du moins avec les déclarations... je peux lire ces déclarations ?
I1 :	Je vous en prie.
I4 :	À l'époque, juste après l'accident, vous avez déclaré ce qui suit : « je circulais dans la Rua do Campo de Futebol, à Presa, Mira, dans le sens

	Corticeiro de Baixo – Presa. Un véhicule à traction animale circulait devant moi, avec de la brousse, sans aucune signalisation à l'arrière ou sur les côtés, l'endroit n'ayant aucun type d'éclairage public ». Laissez-moi finir ! « Peu de temps avant l'accident, j'ai croisé une voiture qui circulait dans le sens inverse, ayant été forcé de passer en feux de croisement, de sorte que, dans cette circonstance, c'était totalement impossible de voir l'obstacle qui circulait au milieu de la route, de manière que sa perce... [hésitation]
I1 :	« Sa perception » !
I4 :	... perception n'ait eu lieu qu'au moment...
I3 :	C'est déjà l'Accord Orthographique <sup>4</sup> !
I4 :	... de la déviation pour éviter la collision ». Voilà, vous souvenez-vous de ces déclarations ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	À l'époque, vous avez dit que le lieu n'avait pas d'éclairage. Aujourd'hui, vous vous rappelez si l'endroit était bien éclairé, ou pas ?
I2 :	<b>Ce sont des lumières qui s'allument mais qui n'éclairent pas longtemps, je ne sais pas pendant combien de temps. C'est possible, parce que moi, après l'accident, c'est pour ça que j'affirme qu'il n'y avait personne derrière moi, puisque la première personne à qui j'ai demandé de l'aide a été cette dame, qui, je pense, a été entendue par l'expert de la compagnie d'assurance et qui s'appelait Maria Varela<sup>5</sup>.</b>
I4 :	Elle n'a pas été entendue ici.
I2 :	<b>Non ?</b>
I4 :	Je ne sais pas.
I3 :	Non, je ne connais pas le nom...
I4 :	Maria Varela...
I2 :	<b>Nous avons entendu ceux qui étaient sur le croquis.</b>
I4 :	Oui, voilà.
I2 :	<b>Mário Silva et Rosa Maria Silva sur le croquis. Les avocats, donc.</b>
I4 :	Exactement !

<sup>4</sup> Cela fait référence à la polémique sur le nouvel Accord Orthographique (qui date de 1990 et est en vigueur, au Portugal, depuis 2009), qui a entraîné le changement orthographique de beaucoup de mots de la langue portugaise, en faveur d'un rapprochement entre le langage écrit et oral.

I2 :	<b>Mais cette dame, ça a été la première personne à qui j'ai demandé de l'aide !</b>
I4 :	Oui, mais Monsieur Sousa, oubliez cette dame ! Ce que je vous demande c'est : au moment de l'accident, y avait-il de l'éclairage public sur la route ? La visibilité était bonne ? La visibilité était mauvaise ? Comment était-elle ?
I2 :	<b>La visibilité était mauvaise. Très mauvaise !</b>
I4 :	Très mauvaise... Il y avait des lampadaires d'éclairage public ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	Vous vous souvenez s'ils étaient allumés ou éteints ?
I2 :	<b>Je ne sais pas, je ne peux pas préciser ça.</b>
I4 :	Mais la visibilité était mauvaise ?
I2 :	<b>Exact.</b>
I4 :	Nous parlons du lieu exact de l'accident.
I2 :	<b>Du lieu exact de l'accident !</b>
I4 :	La visibilité était mauvaise... Cette voiture que vous avez croisée avant l'accident, vous l'avez croisée longtemps avant ? Juste quelques secondes avant ? À combien de mètres de l'accident ?
I2 :	<b>Cette voiture que j'ai croisée, si elle était venue un peu plus en avance, je ne l'aurais pas heurté parce que j'ai heurté la voiture à traction animale, juste sur le coin gauche de la voiture, ma voiture du côté droit. Moi, j'ai failli ne pas y échapper, et pour ne pas rentrer dans cette voiture, qui venait en sens inverse.</b>
I4 :	Donc, si je comprends bien, quand est venue cette voiture en sens inverse, vous vous étiez déjà aperçu de la présence de la charrette et vous alliez la dévier ?
I2 :	<b>Évidemment.</b>
I4 :	La voiture est apparue devant vous...
I2 :	<b>J'étais déjà très proche de la charrette.</b>
I4 :	D'accord.
I2 :	<b>Si je n'avais pas freiné...</b>
I4 :	Vous avez vu la charrette ?

<sup>5</sup> Nom fictif afin de protéger les données du témoin / de la personne.

I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	Vous avez vu la charrette et vous étiez sur le point de vous dévier ?
I2 :	<b>Je l'ai vue et j'ai même freiné. Si je n'avais pas freiné, même en roulant lentement comme j'ai fait, j'aurais renversé la charrette par-dessus l'homme. Et l'homme n'avait rien sur lui, deux ou trois mètres, je ne sais pas...</b>
I4 :	Mais vous avez freiné ?
I2 :	<b>... en fait, après l'accident, je suis allé voir le monsieur. Excusez-moi, oui, j'ai freiné ! Il faut que je dise la vérité, après avoir vu l'homme, étendu sur la route, je n'étais pas bien. J'ai peut-être eu une chute de tension, parce que je suis diabétique, et, ensuite, les pompiers sont arrivés et m'ont mis dans l'ambulance. Ils m'ont ramené au centre médical d'ici et moi, je n'étais pas bien. Je ne tenais pas debout. Voilà. Quand j'ai heurté cet homme et lui par terre, à partir de ce moment-là...</b>
I4 :	Oui, mais je ne veux pas savoir à partir de ce moment-là, je veux savoir jusqu'à ce moment-là.
I2 :	<b>Oui, jusqu'à ce moment-là.</b>
I4 :	Jusqu'à ce moment-là !
I2 :	<b>Précisément. Jusqu'à ce moment-là, c'est ce que je suis en train de dire.</b>
I4 :	Ce n'est pas une situation facile, mais nous devons savoir ce qui a causé ce mal-être.
I4 :	Dites-moi, vous aviez déjà remarqué le véhicule à traction animale depuis longtemps ?
I2 :	<b>Non ! Si je l'avais vu depuis longtemps, je ne l'aurais pas percuté ! Voilà ! J'ai compris sur le coup parce que, bon, j'ai été ébloui et l'homme n'avait aucun type de signalisation.</b>
I4 :	Mais alors, il nous faut préciser cela : qu'est-ce qui est arrivé d'abord, avoir vu le véhicule à traction animale ou avoir été ébloui, comme vous le dites ?
I2 :	<b>Bon, on vient sur la route, si on est ébloui, s'il y a un volume qui n'a pas de signalisation, nous n'avons aucune chance.</b>
I4 :	Monsieur Sousa, vous continuez à ne pas répondre à ma question. Vous avez dit que vous avez vu le véhicule à traction animale.
I2 :	<b>Je l'ai vu déjà sur le coup, voilà !</b>
I4 :	Vous aviez déjà été ébloui ?

I2 :	<b>Exactement !</b>
I4 :	Vous aviez déjà été ébloui ?
I2 :	<b>J'avais déjà été ébloui, bien sûr !</b>
I4 :	Que voulez-vous dire par « j'avais déjà été ébloui » ? L'autre voiture circulait avec les feux de route, c'est ça ?
I2 :	<b>Exactement. Et il ne les a jamais baissés.</b>
I1 :	Et ces feux de route ne vous permettaient pas de voir le volume devant vous ?
I2 :	<b>Ils ne permettaient pas parce que...</b>
I1 :	Mais il était très proche ?
I2 :	<b>... j'étais, bien évidemment, que j'étais déjà bien proche de lui !</b>
I1 :	Mais vous avez tout de même essayé de vous dévier ?
I2 :	<b>J'ai essayé de me dévier, puisque je ne l'ai heurté qu'avec le coin !</b>
I1 :	Et vous avez réussi à vous dévier, si vous l'avez tout de même heurté avec le coin ?
I2 :	<b>Exactement ! Quand j'ai pu, j'ai essayé, mais je n'ai pas réussi.</b>
I4 :	Vous avez donc été ébloui quand vous étiez déjà très proche du véhicule ?
I2 :	<b>Très proche !</b>
I4 :	Et jusqu'à ce que vous soyez ébloui, vous ne l'aviez pas encore vu ?
I2 :	<b>Non.</b>
I4 :	Je sais que c'est difficile, Monsieur Sousa, mais je vais vous demander... À 30 mètres, vous aviez les feux de croisement allumés. D'après votre témoignage à la police, vous deviez circuler avec les feux de route et vous êtes passé aux feux de croisement quand vous avez vu l'autre voiture.
I2 :	<b>Oui.</b>
I4 :	Jusqu'à ce que vous ayez passé et croisé l'autre véhicule, à quelle distance étiez-vous du tracteur ?
I2 :	<b>Je ne peux pas préciser...</b>
I4 :	30 ? 40 mètres ?
I2 :	<b>Moins !</b>
I4 :	Moins ? Moins que 30 mètres. Et même comme ça, vous n'aviez pas encore remarqué la présence de ce véhicule à traction animale ?
I4 :	Pourquoi ? À 30 mètres, avec les feux de croisement allumés, vous auriez dû voir quelque chose, des lumières réfléchissantes... Vous n'avez rien réussi à voir ?

**I2 :** Et bien, si l'on est ébloui par un véhicule...

I4 : Mais avant d'avoir été ébloui, vous étiez à 30 mètres du tracteur.

**I2 :** Vous savez qu'il faut voir, devant.

I4 : Monsieur Sousa, dites-moi autre chose : vous n'avez remarqué le véhicule à traction animale que sur le coup ?

**I2 :** Exactement.

I4 : Sur le véhicule à traction animale, y avait-il une quelconque signalisation ?

**I2 :** Non, il n'y avait rien.

I4 : Il n'y avait rien ? Ni une lampe clignotante ?

**I2 :** Rien de rien.

I4 : Il n'y avait rien ?

**I2 :** Le véhicule à traction animale n'avait rien. Il n'y avait rien.

I4 : Rien ?

**I2 :** Rien de rien !

I4 : Pas une seule lumière ?

**I2 :** Pas de réflecteur, pas de lumière, rien ! Je ne peux pas dire qu'il en avait...

I4 : D'accord. Bon, dites-moi encore une chose : que transportait-il, en matière de charge ?

**I2 :** Il transportait de la brousse, des aiguilles [incompréhensible], aiguilles de pin. Je ne sais pas si on appelle ça autrement, ailleurs.

I4 : C'est un chargement clair ? Foncé ?

**I2 :** Foncé ! Large !

I4 : D'accord. Donc, il était très chargé ?

**I2 :** Exactement. Et quand l'accident a eu lieu, je ne peux pas non plus très bien préciser dans quelle position l'homme se trouvait, parce que je n'ai pas vu. Je ne sais pas s'il était devant l'animal, s'il était de côté.

I4 : Vous ne vous êtes rendu compte du volume au milieu de la route que sur le coup ?

**I2 :** Exactement.

I4 : Vous n'arrivez pas à comprendre où était l'homme, et même après, vous n'arrivez à voir l'animal qu'après l'accident.

**I2 :** L'animal était déjà dans le champ à côté, dans un terrain. Parce que la voiture ne s'est pas dressée, elle est tombée vers le bas.

I4 : On demande, ici, si vous circuliez à votre droite, sur la chaussée. Vous étiez sur la chaussée où vous circuliez normalement ?

**I2 :** Exactement.

I4 : Vous étiez au milieu de la route ? Plus vers la droite ?

**I2 :** Non, j'étais sur ma voie, normalement.

I4 : On demande, ici, si vous n'alliez pas à une vitesse supérieure à 50 km/h.

**I2 :** Je pense que non. Parce que si j'allais très vite, j'aurais tout renversé sur le monsieur.

I4 : Au moment où l'accident a lieu, l'éclairage était faible ?

**I2 :** Oui.

I4 : Il faisait déjà nuit ?

**I2 :** Oui. Et très sombre !

I4 : Vous ne vous rappelez donc pas si, avant l'accident, avant de croiser le véhicule, vous circuliez avec les feux de route ou avec les feux de croisement ?

**I2 :** Je circulai avec les feux de croisement.

I4 : Vous circuliez avec les feux de croisement...

**I2 :** Tout à fait, avec les feux de croisement !

I4 : On demande, ici, vous avez également déjà répondu, si le véhicule à traction animale circulait sans aucun éclairage ou réflecteur.

I1 : Il a déjà répondu, Maître. Et vous avez déjà dit aussi que vous acceptiez cette réponse.

I4 : Et il était totalement chargé sur une voie...

I3 : Le problème, ici, c'est si cela est exigible, c'est une question de Droit.

I1 : Bien sûr !

I4 : On demande ici, et c'est la dernière question que je vais vous poser, si le fait que le lieu n'ait pas d'éclairage, et le véhicule à traction animale pas de signalisation, rendait impossible que vous puissiez voir le véhicule à traction animale pendant sa circulation.

**I2 :** Non...

I4 : Mais ça a été requis, Monsieur le Président.

I1 : Ça a effectivement été requis, oui.

I3 : C'est pour que Monsieur le Président réponde (rires). Il faut aussi qu'il réponde [murmures incompréhensibles]

I4 : C'est peut-être dû au manque d'éclairage ou au manque de lumière sur le véhicule à traction animale ?

**I2 :** À mon avis, il faut distinguer deux choses : c'est le manque de signalisation sur le véhicule à traction animale et, ensuite, l'éblouissement.

I4 : Je vous remercie, Monsieur.

I1 : Monsieur Sousa, comme je vous l'ai dit ici, vous ne répondez pas pour cette affaire. C'est votre assureur qui est appelé à raison. Vous avez remarqué ce véhicule à peu près à 30 mètres ?

**I2 :** Non, non.

I1 : À quelle distance vous trouviez-vous de lui quand vous l'avez vu ?

**I2 :** Vraiment très près. À 30 mètres, j'aurais évité l'accident.

I1 : Et vous avez freiné ?

**I2 :** J'ai freiné ! Quand je me suis vraiment rendu compte, j'ai freiné.

I1 : Et vous circuliez vraiment à 50 km à l'heure ? Parfois, nous sommes distraits.

**I2 :** Dans ce cas-là, je n'allais pas plus vite que ça.

I1 : Ce couple d'avocats qui, d'après ce qu'il a dit au tribunal, suivait derrière vous, et à une vitesse plus ou moins constante, comme la vôtre, donc, à une certaine distance, mais à une vitesse plus ou moins similaire...

**I2 :** Mais excusez-moi, je n'ai pas vu ce couple d'avocats.

I1 : D'accord. Je suis juste en train de vous dire ce qu'ils ont dit. D'après eux, ils roulaient un peu éloignés de vous, ils ont dit qu'ils allaient à la même vitesse, ils ne se sont jamais rapprochés de vous, sauf après la collision, quand vous vous êtes arrêtés. Au moment où ils ont continué, jusqu'à ce qu'ils s'arrêtent près d'une usine, un peu plus loin, ou d'un entrepôt qu'il y a un peu plus loin. Et ils roulaient, en effet, à plus de 50 kilomètres à l'heure. Vous ne circuliez pas non plus à un peu plus que ça ?

**I2 :** Non.

I1 : Nous nous laissons distraire très facilement.

**I2 :** Mais, Monsieur le Président, si, derrière moi, et elle ne venait pas si loin que ça derrière moi, la première personne qui est apparue ça a été cette dame, Maria Varela, comment est-ce possible que ce couple venait juste derrière moi ?

I1 : Mais c'est ce qu'ils ont dit.

**I2 :** C'est ce qu'ils ont dit, mais je suis en train de dire la vérité ! Je suis vraiment désolé de ce qui s'est passé, et il n'y a personne qui puisse être plus fâché que moi, parce que je suis sur la route depuis 45 ans, et c'est la première chose...

I1 : Ça ne vous est jamais arrivé...

**I2 :** Exactement !

I1 : D'accord.

**I2 :** Personne ne peut être plus fâché que moi !

I1 : Voilà une situation...

**I2 :** Mais la première personne qui est apparue, et à qui j'ai demandé d'appeler la Gendarmerie Nationale Républicaine portugaise (GNR) et l'ambulance, ça a été cette dame, Maria Varela.

I1 : D'accord. Vous allez encore répondre aux questions de la défense, s'il vous plaît.

**I2 :** Bien sûr.

I3 : Monsieur Sousa, vous n'avez pas vu la voiture avec ces messieurs là-bas ?

**I2 :** Je ne l'ai pas vue, je n'ai même jamais parlé avec eux.

I3 : Le gendarme qui a fait la participation est votre ami, n'est-ce pas ?

**I2 :** On s'entend bien.

I3 : Mais le gendarme, qui est votre ami, a écrit ici que ces avocats sont les seuls témoins de l'accident. C'est parce qu'il a parlé avec eux, là-bas.

**I2 :** Maître, après avoir quitté le centre médical et être allé à la GNR, et y avoir fait mon témoignage, ce gendarme a dit à son collègue qu'il n'y avait aucun témoin de l'accident. Ça, il l'a dit, j'allais déjà beaucoup mieux. Il a dit cela au commissariat de la GNR.

I3 : Monsieur Sousa, ce que je vous dis à vous, c'est que le gendarme, qui est votre ami...

**I2 :** Non.

I3 : Bon, ça n'a pas d'importance, je ne suis pas en train d'en profiter, ce que je dis est vrai, il faut que nous sachions...

**I2 :** Bien sûr...

I3 : ... [le gendarme] fait clairement mention des témoins, qu'il n'a pas inventés, en plus, ils sont avocats à Águeda. Vous voyez, il s'agit de deux personnes qui sont avocates à Águeda, il n'allait pas inventer que ces personnes [incompréhensible]

**I2 :** Mais Monsieur, ces avocats sont peut-être apparus un autre jour, parce que, le jour de l'accident, j'ai dit au commissariat de la GNR qu'il n'y avait pas de témoins de l'accident.

I3 : Le fait est que le croquis se trouve ici.

I2 :	<b>Tout à fait.</b>
I3 :	Donc, nous n'allons pas nous y mettre.
I2 :	<b>Non.</b>
I3 :	Et maintenant, dites-moi : vous passiez par là-bas deux fois par jour ?
I2 :	<b>Deux à l'aller et deux au retour.</b>
I3 :	Quatre fois, donc.
I2 :	<b>Quatre fois.</b>
I3 :	Et vous travaillez pour X <sup>6</sup> et, à l'époque, vous alliez ramener des employés, ou qu'est-ce-que...
I4 :	Maître, cette matière n'est pas indiquée.
I3 :	Non ?
I4 :	Non. Seule la matière de l'accident est indiquée.
I3 :	Bon, d'accord.
I4 :	32 à 37.
I3 :	D'accord. Donc, d'où vous veniez ou où vous alliez ne nous intéresse pas du tout, on est d'accord.
I2 :	<b>Non, je venais de ramener des employés à la maison.</b>
I3 :	Bon, d'accord, d'autres personnes ont déjà répondu à ça. Mais vous ne répondez pas à ça, ma collègue ne veut pas. Et je veux respecter exactement l'objection qu'elle a faite.
I3 :	Donc, vous connaissiez bien le lieu, vous y passiez deux fois par jour, vous rappelez-vous des panneaux quand vous venez du Corticeiro vers Presa, vous veniez dans ce sens, n'est-ce pas ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I3 :	Quand vous venez du Corticeiro vers Presa, il y a deux panneaux... Non ! Veuillez m'excuser, mais ça fait partie du cadre de l'accident !
I4 :	Non, ça n'en fait pas partie, Maître !
I1 :	Non, ça n'en fait pas partie.
I4 :	J'ai seulement indiqué du 32 au 37.
I1 :	Oui, seulement du 32 au 37.
I3 :	Mais ça fait partie de ce cadre-ci, il s'agit de faits instrumentaires en ce qui concerne la...

I1 :	Non, Maître, elle n'en fait pas partie !
I3 :	Non ?
I1 :	Non.
I3 :	D'accord, je retire ma question tout de suite. Je pense que c'est une conception très restreinte, du point de vue de la procédure de la liste.
I1 :	Oh, Maître, pour moi, ça n'existerait même pas. Mais je ne suis pas législateur.
I4 :	Bien sûr.
I3 :	Mais la ligne de la procédure à suivre veut que l'on pose les grandes questions et, qu'ensuite, viennent les faits instrumentaires.
I1 :	Qui a eu l'idée de la création de l'instruction, là était précisément l'idée...
I4 :	Exactement.
I1 :	... que l'instruction établisse la définition des topiques.
I3 :	Exactement.
I1 :	Ce qui se passe, c'est qu'on fait de l'instruction ce qui, auparavant, était l'ancien questionnaire.
I3 :	Bon. Nous avons dû faire, ici, une « chose », mais, alors, j'affirme que je me sens très gêné dans cette affaire. Mais je vais respecter ce qui m'est demandé.
I3 :	Bon, j'ai déjà demandé ça, y avait-il quelqu'un derrière vous, vous ne l'avez pas vu ?
I2 :	<b>Non.</b>
I3 :	Maintenant la question est simple : mais s'il y avait quelqu'un, vous étiez distrait, puisque vous auriez dû voir qui roulait derrière vous.
I2 :	<b>Mais il n'y avait personne !</b>
I3 :	Bon, d'accord, Monsieur Sousa.
I2 :	<b>Voilà ! Voilà le problème.</b>
I3 :	Bon, c'est votre thèse.
I2 :	<b>Ce n'est pas ma thèse, c'est la vérité !</b>
I3 :	Bon, d'accord. Maintenant, il faut que je vous dise cela : c'est la question 34. Vous avez dit que vous avez croisé un véhicule qui roulait en sens inverse. Je ne réfute pas ce que vous avez dit, mais, par exemple, l'avocat

<sup>6</sup> Occultation du nom de l'entreprise, afin de protéger les données des personnes concernées.

	qui roulait derrière vous, et qui a vu, a dit qu'il ne se rappelait pas avoir croisé un autre véhicule. Il était derrière vous.
I2 :	<b>Mais ce Monsieur avocat ne dit pas la vérité.</b>
I3 :	Bon, d'accord. Et maintenant, en ce qui concerne le choc, est-il vrai que vous avez dit « Mon Dieu, j'ai tué cet homme et je ne l'ai pas vu ! » ? au moment où... Ce n'est pas vrai, non plus ?
I2 :	<b>Je n'ai pas dit ça.</b>
I3 :	Bon, d'accord.
I2 :	<b>Je n'ai pas dit ça.</b>
I3 :	Dites-moi, la ligne droite mesure plus ou moins combien de mètres ?
I2 :	<b>Je ne peux pas préciser.</b>
I3 :	D'accord. Plus ou moins ?
I2 :	<b>Je ne sais pas du tout.</b>
I3 :	D'accord, nous y irons, mais en tout cas, c'était une idée...
I2 :	<b>Je dirais 300 mètres.</b>
I3 :	Bon. C'est à peu près ça, 300 mètres ?
I2 :	<b>Je ne sais pas.</b>
I3 :	Peut-être moins. Mais bon, d'accord, c'est une référence. C'est une longue ligne droite, avec des centaines de mètres. Bon, vous pensez qu'elle mesure 300 mètres...
I2 :	<b>Je ne sais pas, je ne sais pas.</b>
I3 :	Peut-être 200, bon.
I2 :	<b>Oui. Elle n'est pas très grande.</b>
I3 :	En effet, certaines mesurent des kilomètres.
I2 :	<b>Oui, exactement.</b>
I3 :	300 mètres, d'accord, nous verrons, plus tard.
I2 :	<b>Parce qu'il ne s'agit pas d'une ligne droite, ça va du terrain de football jusqu'à l'entrée de Presa.</b>
I3 :	D'accord. Maintenant, dites-moi : y avait-il des lampadaires ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I3 :	D'accord. Mais il paraît que la visibilité était mauvaise. Je vous pose donc la question suivante : les lampadaires étaient allumés ou pas ?
I2 :	<b>Et bien, s'ils étaient allumés, c'est au moment où ils n'émettent pas beaucoup de lumière. Ce sont des ampoules qui doivent chauffer d'abord. Je pense que c'est ça.</b>

I3 :	Elles étaient en train de chauffer ?
I2 :	<b>Exactement.</b>
I3 :	Voilà l'idée que vous avez ?
I2 :	<b>Précisément. C'est l'idée que j'ai.</b>
I3 :	D'accord. Vous passiez par là régulièrement, vous connaissiez bien le lieu, d'après ce que vous avez dit pendant l'instance de Maître. Vous qui passiez par là deux fois par jour, avez-vous souvent croisé des charrettes, quand vous y passiez ?
I2 :	<b>Non, c'était la seule.</b>
I3 :	Ce jour-là. Et auparavant ?
I2 :	<b>Même les autres jours, c'était la seule. Je l'ai croisée plusieurs fois.</b>
I3 :	D'accord. Vous l'avez souvent croisée ?
I2 :	<b>Souvent !</b>
I3 :	Donc, croiser la charrette de Monsieur Pedro Moreira à cet endroit était habituel, c'est-à-dire, croiser la charrette et Pedro Moreira à l'avant, n'est-ce pas ?
I2 :	<b>Parfois, plus tôt. Mais, évidemment, ce n'était pas tous les jours.</b>
I3 :	D'accord.
I2 :	<b>Parfois, il passait par là.</b>
I3 :	Mais disons, vous passiez par la charrette au moins une fois par semaine ?
I2 :	<b>Une fois par semaine, je ne peux pas vous dire, Maître.</b>
I3 :	Mais c'était fréquent !
I2 :	<b>Mais de temps en temps, je la croisais.</b>
I3 :	De temps en temps, vous croisie la charrette.
I2 :	<b>Je le connaissais bien. Il avait été chauffeur de bus...</b>
I3 :	Et c'est votre ami ! C'était votre ami...
I2 :	<b>Non, non. C'est-à-dire, nous n'étions pas amis.</b>
I3 :	D'accord, mais vous n'étiez pas ennemis ?
I2 :	<b>Nous n'étions pas ennemis, pour l'amour de Dieu !</b>
I3 :	Bon, mais toutes les fois où vous l'avez croisé, y avait-il une lumière sur la charrette ?
I2 :	<b>Non.</b>
I3 :	Le nombre de fois où vous l'avez croisé...



I2 :	<b>Exactement.</b>
I3 :	Et combien de fois, plus ou moins, je sais que c'est impossible de répondre avec rigueur, l'avez-vous croisé et il n'avait pas de lumière sur la charrette ?
I2 :	<b>Parfois, nous disions, quand j'étais accompagné, « ce monsieur va déclencher un de ces problèmes, un de ces jours ».</b>
I3 :	J'imagine bien ! Mais combien de fois l'avez-vous croisé, plus ou moins, tout au long de la vie ?
I2 :	<b>Oh, Maître, je n'en sais rien du tout.</b>
I3 :	D'accord, Monsieur Sousa. Mas vous ne lui avez jamais dit « Pedro, ne vaudrait-il pas mieux mettre une lumière sur la charrette, quand je te verrai demain ? Je passe par ici tous les jours et j'ai déjà... »
I2 :	<b>Non non.</b>
I3 :	Vous ne lui avez jamais dit ?
I2 :	<b>Non.</b>
I3 :	Puisqu'on y est, vous le croisiez toujours au même endroit, sur cette ligne droite ? Ou aussi à d'autres endroits ?
I2 :	<b>En général, à cet endroit.</b>
I3 :	À cet endroit ?
I2 :	<b>Le viaduc de l'autoroute était en construction, de ce côté-ci, jusqu'au carrefour près de sa maison. Un peu plus haut, près du virage.</b>
I3 :	D'accord. Mais donc, sur la ligne droite de 300 mètres ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I3 :	Toujours dans un endroit fatidique ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I3 :	Toujours dans un endroit fatidique. Monsieur Sousa, quand vous passiez par-là, je ne sais pas, je suppose, c'était une question qui ne se trouve pas précisément dans la liste de questions, mais c'est instrumentaire, et ma collègue ne se rend pas compte, vous alliez presque deviner que vous alliez rencontrer cet homme à cet endroit-là.
I2 :	<b>Non, je n'allais pas deviner. Je ne pouvais pas deviner. Il ne passait pas tous les jours par là.</b>
I3 :	D'accord.
I2 :	<b>Je n'étais même pas en train de me rappeler de lui !</b>
I3 :	Bon, à ce moment-là, non ?

I2 :	<b>Non !</b>
I3 :	Bon. Vous auriez pu dire « Bon, je vais sûrement croiser Moreira encore une fois ».
I2 :	<b>Oui...</b>
I3 :	D'accord. Maintenant, j'aimerais interroger le témoin en ayant pour base les photos qui figurent sur le document numéro...
I1 :	Oui, oui, Maître, je les ai ici.
I4 :	C'est le rapport, n'est-ce pas ?
I3 :	Comment ?
I4 :	Il s'agit du rapport ?
I3 :	Il appartient à la Cellule d'Investigation Criminelle portugaise. Si Monsieur le Président le permet, voici les photos.
I1 :	Oui, oui. Peut-être qu'il vaut mieux que vous vous rapprochiez. Pouvez-vous venir ici, s'il vous plaît ?
I3 :	Donc, vous avez ici des photos qui ont été prises, dans le sens Corticeiro – Presa, Maître, s'il vous plaît.
I3 :	Donc, ceci a été fait par la Cellule d'Investigation, il s'agit de gendarmes qui s'occupent de je ne sais quoi, pour que nous n'ayons pas tout à faire...
I2 :	<b>Oui, d'accord.</b>
I3 :	Quelqu'un doit bien faire quelque chose. Ils ont écrit ici « lieu de l'accident », le lieu de l'accident est correct ?
I2 :	<b>Par ici...</b>
I1 :	Là, où c'est marqué avec cette croix.
I3 :	Oui, c'est ça.
I2 :	<b>... et ici, il y a un immeuble.</b>
I3 :	Oui, c'est ça.
I2 :	<b>C'est cela, près d'un immeuble.</b>
I3 :	Bon, d'accord, et si vous reconnaissez les lieux, par exemple, il y a là les panneaux de succession de virages et de 40 kilomètres de vitesse maximum. Vous connaissez ces panneaux ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I3 :	Ils y étaient déjà à l'époque ?
I2 :	<b>Ça, je ne sais pas. Je n'ai pas fait attention à ça.</b>

I3 : Bien sûr, bien sûr. Monsieur Sousa, nous devons toujours faire attention aux panneaux. Mais bon, c'est un conseil hors procédure.

I2 : **Exactement. Mais le panneau y est ?**

I1 : Maintenant il y est, à l'époque, vous ne vous en rappelez pas.

I2 : **C'est ça.**

I3 : Et avant ce panneau, vous souvenez-vous de ce panneau-là, du côté de Corticeiro, de 50 kilomètres à l'heure ?

I2 : **Oui.**

I1 : Celui-là.

I3 : Oui.

I2 : **Je n'en sais rien.**

I3 : 50 kilomètres, limite de vitesse de 50 kilomètres.

I2 : **Limite de 50 kilomètres ? Je ne vois pas.**

I3 : Vous n'êtes pas sûr ?

I2 : **Non.**

I3 : D'accord.

I1 : Mais avez-vous rencontré un panneau qui dit « Presa » ?

I2 : **Oui, il y est.**

I1 : Celui-là y est ? Il y était déjà à l'époque ?

I2 : **Oui, oui.**

I3 : Tant qu'on y est, la question, vous permettez, Monsieur le Président ?

I1 : Oui, Maître, le tribunal n'est pas encore restreint à la liste de questions, donc, je peux poser les questions que je veux.

(rires) heureusement que le tribunal peut le faire.

I3 : Monsieur António, vous connaissez ce panneau qui dit « Presa » depuis combien d'années ?

I2 : **Il y est depuis de nombreuses années déjà.**

I3 : D'accord. Mais approximativement ?

I2 : **Je ne peux pas préciser, n'est-ce pas ?**

[Interférences]

I3 : ... de l'accident ? Et vous ne vous souvenez pas du panneau qui indique 50 kilomètres ?

I2 : **C'est possible.**

[Interférences]

I3 : Voilà la distance que vous estimez être de 300 kilomètres, peut-être plus...

[Interférences]

I3 : (rires) Excusez-moi.

[Interférences]

I3 : L'accident a lieu pratiquement à la fin de la ligne droite ?

I2 : **L'idée que j'ai c'est que...**

[Interférences]

I3 : Oui, vous aviez déjà parcouru plus de la moitié.

[Interférences]

I3 : En partant du principe que la ligne droite mesure 300 mètres, vous aviez déjà certainement parcouru 200 mètres ?

I2 : **Oui, peut-être.**

Vous pouvez vous asseoir.

I1 : Avez-vous d'autres questions ?

I3 : Non, j'ai fini, Monsieur le Président.

I4 : Puis-je, Monsieur le Président ?

I1 : Je vous en prie, Maître.

I4 : Puis-je revenir ici sur un point ?

I1 : Oui, Maître.

I4 : Monsieur Sousa, j'ai été très surprise, et je vous ai déjà lu ce que vous avez dit lors de la description de l'accident. Et, en effet, vous n'avez jamais mentionné avoir été ébloui. Après, vous avez même parlé de l'assurance, d'avoir parlé avec le monsieur de l'assurance, et moi, pendant que mon collègue faisait son instance, j'ai cherché dans vos déclarations à la compagnie d'assurance, datées du 12 décembre 2007. Juste après l'accident. Jusqu'à maintenant, vous n'avez jamais dit que vous aviez été ébloui, pourquoi ?

I2 : **Bien sûr que j'en ai parlé.**

I4 : Non. Vous ne l'avez pas dit à la police, vous ne l'avez pas dit à l'assurance, vous avez toujours dit que la seule cause, et c'est pour ça que nous sommes ici... Vous avez déjà votre procédure pénale, qui va être maintenant jugée, mais qui n'a rien à voir avec celle-ci.

I3 : Peut-être pas, Monsieur le Président. Si cela résout le problème, il est possible que nous renoncions à l'affaire.

I4 : Non, vous ne pouvez pas, Maître, elle doit avoir lieu.

I3 :	Non, nous renonçons à l'américaine, c'est-à-dire, nous ne faisons pas de force...
I4 :	Mais vous savez que d'ici un mois, vous allez avoir un jugement, et nous allons nous revoir ce jour-là, ce n'est même pas d'ici un mois, mais dans 15 jours, vous allez avoir une procédure pénale, n'est-ce pas ? Vous le savez ? Vous allez être jugé.
I2 :	<b>Le 4.</b>
I4 :	Le 5 avril ! Du moins, dans mon agenda, c'est écrit 5 avril.
I2 :	<b>Le 5 du 4 ?</b>
I4 :	Je ne fais même plus confiance à mon agenda.
I2 :	<b>C'est le 5 du 4, oui.</b>
I4 :	Le 5 du 4 !
I1 :	Je peux admettre que vous ayez dit ça au gendarme. Mais avec les difficultés que nous avons trouvées dans cette description de ce qu'il a déclaré...
I4 :	Mais j'ai ici une déclaration...
I1 :	Parce que ce qui est sûr, c'est qu'il a immédiatement mentionné qu'il a croisé un véhicule.
I4 :	Il a croisé un véhicule ! Et dit qu'il est passé des feux de route aux feux de croisement.
I1 :	Ici, le gendarme dit même « passer en feux de position », Maître. Je ne pense pas qu'il soit passé en feux de position.
I4 :	Et puis, dans la description qu'il a faite à l'expert de la compagnie d'assurance, il n'a jamais non plus mentionné avoir été ébloui. Et quand il a dit que la seule cause de l'accident, après, si le tribunal considère que c'est convenable, je joindrai ça en annexe et il sera confronté avec cela ça. La seule cause qu'il attribué au fait d'avoir eu l'accident, c'est que « le véhicule à traction animale n'avait aucune signalisation, même à l'arrière, ce qui aurait empêché d'être vu à temps ». Et il n'a jamais mentionné avoir été ébloui.
I2 :	<b>Je ne l'ai pas dit à la GNR de Praia de Mira ?!</b>
I4 :	Vous n'en avez jamais parlé, jusqu'à la procédure pénale ! Ceci est réellement une version qui peut beaucoup vous favoriser lors de la

I4 :	procédure pénale. Mais ici, vous n'êtes pas en train d'être jugé. Vous êtes sûr que vous avez été ébloui ?
I2 :	<b>Bien sûr que j'en suis sûr !</b>
I4 :	Vous êtes sûr ?
I2 :	<b>J'en suis sûr !</b>
I4 :	Vous êtes sûr que vous avez été ébloui ?
I2 :	<b>Je n'en ai aucun doute !</b>
I4 :	Et vous ne l'avez jamais dit à votre ami [le gendarme] ? Vous n'avez jamais dit [au gendarme] que vous aviez été ébloui ? Vous n'avez jamais dit à l'expert de la compagnie que vous aviez été ébloui ? Et je suis presque sûr que, si je consulte la procédure pénale, du moins jusqu'à ce que vous ayez été inculpé, que vous n'en avez également jamais pas parlé.
I2 :	<b>Je n'en ai pas parlé au monsieur de la Police de Circulation de Praia de Mira ?!</b>
I4 :	Monsieur Sousa, vos déclarations sont enregistrées, vous êtes sûr que vous avez été ébloui ?
I2 :	<b>J'ai été ébloui.</b>
I3 :	Je ne souhaite plus rien demander.
I1 :	Monsieur, tant qu'on y est, et dans le même but de la découverte de la vérité, puisqu'il s'agit d'un témoin qualifié à cet égard, je vais vous demander effectivement si vous travaillez pour l'entreprise X, S.A. <sup>7</sup> ?
I2 :	<b>Oui.</b>
I1 :	Et quand vous conduisiez au moment de l'accident, vous étiez au service de l'entreprise ?
I2 :	<b>Au service de l'entreprise.</b>
I1 :	C'était elle qui vous donnait les ordres, qui vous disait où aller et ce que vous deviez faire ?
I2 :	<b>Je ne quittais la route que quand j'arrivais à l'usine le soir.</b>
I1 :	Et vous receviez un salaire pour ça ?
I2 :	<b>Un salaire par "reçus verts"<sup>8</sup></b>
I1 :	D'accord.
I1 :	Maître, vous libérez également ce témoin ?

<sup>7</sup> Occultation du nom de l'entreprise, afin de protéger les données des personnes concernées

<sup>8</sup> Document délivré par quelqu'un qui fournit un service en régime de travail libéral au Portugal, c'est-à-dire, reçus spécifiques des travailleurs indépendants au Portugal.

I3 : Oui.  
I1 : Vous aussi, Maître ?  
Dites-moi, Maître.  
I3 : J'ai joint en annexe... D'accord ! C'est que vous auriez pu... Merci !  
I4 : Je ne m'y oppose pas.  
I1 : Vous êtes donc dispensé à partir de ce moment.